

THAIS CARDOSO DAS NEVES

A FRONTEIRA OESTE NO GOVERNO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE:
a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796)

Dourados – 2019

THAIS CARDOSO DAS NEVES

**A FRONTEIRA OESTE NO GOVERNO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE:
a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. **Nauk Maria de Jesus**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

N513f Neves, Thais Cardoso Das

A FRONTEIRA OESTE NO GOVERNO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE:: a demarcação de limites e seus personagens (1789-1796) [recurso eletrônico] / Thais Cardoso Das Neves. -- 2019.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Nauk Maria de Jesus.

Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Colonial. 2. Fronteira. 3. Capitania. 4. Mato Grosso. 5. João de Albuquerque. I. Jesus, Nauk Maria De. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

THAIS CARDOSO DAS NEVES

**A FRONTEIRA OESTE NO GOVERNO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE: a
demarcação de limites e seus personagens (1789-1796)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Nauk Maria de Jesus (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Maria de Fátima Gomes Costa (Dr., UFMT) _____

3º Examinador:

Protasio Paulo Langer (Dr., UFGD) _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que participaram da minha história e me fizeram ser o que sou. Sou um pouco de todos que me ensinaram coisas sobre a vida e o mundo.

Com imenso carinho agradeço a orientadora deste trabalho Nauk Maria de Jesus, obrigada pela orientação paciente e pela confiança que depositou em mim, sem elas talvez não chegasse até aqui.

A minha família, meus pais, Joselina Cardoso das Neves e Ruy Ferreira das Neves, por tudo que fizeram e ainda fazem por mim. Aos meus irmãos Vinicius, Felipe, Beatriz Neves e minha cunhada Simone Carvalho, pelo apoio incondicional em meus estudos.

Quero agradecer especialmente a Andréa Suelen Maciel pela paciência, pelo apoio e pela colaboração imprescindível neste trabalho.

Preciso agradecer também aos queridos professores da pós-graduação que foram essenciais na minha formação e a eles quero deixar o meu mais sincero agradecimento.

Aos membros da minha banca de qualificação, professora Maria Fátima Costa e professor Protasio Paulo Langer, pelos comentários e críticas ao trabalho.

Entre os amigos, agradeço a todos os companheiros de orientações, Gustavo Balbuena, Rafaely Zambianco, Everson Bataioli, Fernanda Dalmaz, Heloisa Faria e Mateus Araújo que me ajudaram muito com ideias e reflexões sobre a pesquisa.

E por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram e me apoiaram durante essa jornada.

RESUMO

O presente trabalho analisou as discussões de limites no governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quinto governador da capitania do Mato Grosso nos anos de 1789 a 1796, e como ele procurou cumprir suas instruções de governo. Nesta pesquisa apontamos as estratégias de manutenção de territórios, os impactos das negociações monárquicas na capitania e a diplomacia de João de Albuquerque com os governadores espanhóis. Nesse sentido procuramos identificar os atores sociais envolvidos na delimitação das fronteiras e problematizamos a noção de fronteira. Foi utilizado como fonte principal os manuscritos encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público de Mato Grosso, referentes aos anos do governo de João de Albuquerque. Também foram utilizados mapas do final do século XVIII.

Palavras-chave: 1) Fronteira. 2) Mato Grosso. 3) Demarcação.

ABSTRACT

The present paper analyzed the limits of discussions in the government of João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, the fifth governor of the Mato Grosso captaincy from 1789 to 1796, and how he sought to comply with his governing instructions. In this research we point out the strategies of territory maintenance, the impacts of monarchical negotiations on the captaincy and the diplomacy of João de Albuquerque with the Spanish governors. In this sense we seek to identify the social actors involved in the delimitation of borders and a reflection of what would be the border. The main source was the manuscripts found in the Overseas Historical Archive and the Mato Grosso Public Archive, referring to the years of João de Albuquerque's government. Late 18th century maps were also used.

Keywords: 1) Border. 2) Mato Grosso. 3) Demarcation.

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - CARTA em que se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré.....	25
Mapa 2 - Definições de limites da capitania de Mato Grosso	50
Mapa 3 - Carta geográfica do rio Guaporé desde a sua origem.....	59
Mapa 4 - PLANO do Monte em q[ue] existe o Presídio de Nova Coimbra.....	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Destaque inicial Vila Bela (capital), do Mapa 1	27
Figura 2 – Destaque da Serra da Vila, do Mapa 1	29
Figura 3 – Detalhes das povoações e ilhas, do Mapa 1.....	30
Figura 4 – Fundação de Vizeu, do Mapa 1.....	31
Figura 5 – Missão Mequens, do Mapa 1	33
Figura 6 – Missões Castelhanas, do Mapa 1	35
Figura 7 – Territórios espanhóis, do Mapa 1.....	38
Figura 8 – Forte Príncipe da Beira, do Mapa 1	39
Figura 9 – Antiga fortificação castelhana, do Mapa 1.....	41
Figura 10 – Antigas aldeias, do Mapa 1	42
Figura 11 – Dificuldades de navegação, do Mapa 1	43
Figura 12 – Final da expedição, do Mapa 1	44
Figura 13 – Recorte 1, Distâncias das missões espanholas, do Mapa 3.....	62
Figura 14 – Recorte 2, Território português, do Mapa 3.....	63
Figura 15 – Recorte 3, Santa Anna, Mapa 3.....	64
Figura 16 – Recorte 4, Algumas rotas, do Mapa 3.....	65
Figura 17 – Recorte 5, Conhecimento do território espanhol, do Mapa 3	66
Figura 18 – Recorte 6, Mobilidade Militar, do Mapa 3	67

Figura 19 – Recorte 7, Territórios lusos, do Mapa 3.....	68
Figura 20 – Recorte 8, Região Salina, do Mapa 3.....	69
Figura 21 – Recorte 9, Serras e rios, do Mapa 3	70
Figura 22 – Recorte 10, Descrições do território, do Mapa 3	71
Figura 23 – Recorte 11, Vila Bela, do Mapa 3.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo da Torre do Tombo (Portugal)

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá)

CDR – Centro de Documentação Regional (UFGD)

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS E FIGURAS	07
LISTA DE ABREVIATURAS	09
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - Sistema e Plano da demarcação	19
<i>A Ideia Geral</i> de Luís de Albuquerque	22
João de Albuquerque e o Tratado de Santo Ildefonso	48
O importante negócio das demarcações	49
CAPÍTULO 2 – O Governo e a Demarcação das Fronteiras	55
A administração de João de Albuquerque na defesa da fronteira.....	55
A diplomacia de João de Albuquerque e os governos fronteiriços	73
CAPÍTULO 3 – As Múltiplas Fronteiras da capitania de Mato Grosso	96
Rede de informações na fronteira oeste.....	97
Indígenas na formação das fronteiras	106
A fuga de escravos	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
BIBLIOGRAFIA	129

INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuramos analisar como o governador João de Albuquerque agiu para cumprir as instruções de seu irmão e antecessor no governo da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque, e se conseguiu êxito no cumprimento delas. Ao mesmo tempo, buscamos entender quais fatores atuaram na construção das fronteiras e como elas eram compreendidas no final do século XVIII.

Pretendemos refletir o modo como as fronteiras da capitania de Mato Grosso foram delineadas, principiando pela discussão sobre a demarcação de limites entre Portugal e Espanha, e o modo como foi conduzida pelo governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Os diversos personagens presentes nesse território, como indígenas e escravos negros, e suas participações em relação à demarcação, do mesmo modo foram analisados neste trabalho. Visamos abordar como ocorreu a formulação do Tratado de Santo Ildefonso, que teve seu início no período anterior ao governo de João de Albuquerque, com a intenção de esclarecer determinados acontecimentos que influenciaram as atitudes do governador em sua administração.

Teremos como foco na presente pesquisa o quinto governador da capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque, em cujo início de governo já se desenrolava há alguns anos a tentativa de delimitação territorial para efetivar o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Percebemos, por meio de documentação, a construção de um espaço fronteiriço que não se definia apenas por uma linha determinada entre as Coroas Ibéricas, mas sim por um limite de territórios, produto cultural do encontro de diversos grupos que transitavam naquele espaço.

Embasando o nosso argumento temos as análises de Tamar Herzog, em seu livro *Fronteiras da Posse* (2018), em que examina as múltiplas definições das fronteiras nas Américas. Muito além do que os espaços determinados por meio de tratados, a autora defende a fronteira como um resultado de múltiplas ações protagonizadas por diversos agentes. Através de indivíduos e grupos que requeriam territórios para si, para suas comunidades ou para seus monarcas, o espaço fronteiriço foi se formando para além de acordos assinados entre Portugal e Espanha. A contribuição dos diversos grupos locais, segundo Herzog, para a formação das fronteiras, demonstra a complexidade diante dos processos que permeavam as divisões territoriais entre as Coroas Ibéricas.¹

¹ HERZOG, T., *Fronteiras da Posse*, p. 17-27.

Considerando a fronteira ocidental da América portuguesa, utilizamos alguns autores para a análise. Luiza Volpato, no segundo capítulo de seu livro *A conquista da Terra no universo da Pobreza* (1987), analisa os conflitos de fronteira. Segundo a autora, a fronteira não pode ser estudada somente pelos seus conflitos, ou seja, a fronteira permitiu o relacionamento entre portugueses e espanhóis com características peculiares como a espionagem, a deserção, a fuga de escravos e o trânsito de grupos indígenas. O conceito criado por Volpato para compreensão dessas relações é o *intercâmbio de fronteira* e, a partir dessa ideia, ela apresenta uma breve análise das multiplicidades de relações produzidas e influenciadoras desse espaço.²

Renata Malcher de Araújo, em sua tese intitulada *A Urbanização do Mato Grosso no Século XVIII* (2000), analisou o processo de criação social da fronteira da capitania de Mato Grosso e como ele moldou a sociedade do território. Em seu texto, a autora passa pela história colonial de Mato Grosso, seus governos e estratégias portuguesas no desenvolvimento e manutenção do local. Nos capítulos 4 e 5, Araújo tratou dos governos dos irmãos Luís e João de Albuquerque e das discussões dos limites ocorridas em seus governos.³

Ainda sobre as múltiplas fronteiras, Nauk Maria de Jesus, em sua tese *Na Trama dos Conflitos* (2006), tratou das variadas fronteiras existentes na capitania de Mato Grosso, tais como a imperial, cultural e linguística, entre diversas outras, confirmando a ideia de complexidade entre os espaços fronteiriços. Por envolver diversos grupos e indivíduos, a fronteira se torna um espaço de interação, confronto e negociações, e é a partir dessas relações que pretendemos analisar a fronteira da capitania de Mato Grosso durante o governo de João de Albuquerque.⁴

Outra pesquisa acerca da fronteira oeste foi a tese de Otávio Ribeiro Chaves, *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império Português* (2008). A tese trata da política de povoamento da fronteira oeste e de como a constituição da fronteira da capitania de Mato Grosso se consolidou por meio de suas edificações militares e urbanas e das estratégias da coroa e de seus governadores para consolidação territorial.⁵

Outros trabalhos para o estudo de fronteiras são as dissertações produzidas por Suelme Evangelista Fernandes e Bruno Mendes Tulux. Eles apresentam o mesmo período, mas com

² VOLPATO, L. R. R., *A conquista da terra no universo da pobreza*, p. 53-77.

³ ARAUJO, R. M. *A Urbanização de Mato Grosso no Século XVIII*. 2000.

⁴ JESUS, N. M. *Na Trama dos Conflitos, A administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*, p. 25.

⁵ CHAVES, O. R., *Política De Povoamento E A Constituição Da Fronteira Oeste Do Império Português*. 2008.

um olhar direcionado às fundações militares na fronteira e à dinâmica envolvida na defesa dos territórios portugueses.⁶

Ao aprofundarmos nossas análises, percebemos que havia outros interesses que iam contra as definições do Tratado. Ao assinar o Tratado de Santo Idelfonso, a Coroa Portuguesa não considerou os vários anos de ocupação dos territórios além da fronteira e, por meio do acordo, algumas áreas já ocupados pelos portugueses deveriam se tornar posse espanhola. Não sabemos, por ora, as razões que levaram a essa posição. O que constatamos na documentação foi o descontentamento da administração da capitania de Mato Grosso durante o período na demarcação territorial. Por meio da insatisfação constatada, poderemos analisar as estratégias utilizadas nas negociações e litígios dos territórios limítrofes e perceber a postura do governador João de Albuquerque no contexto.

Contudo, para compreendermos as ações do governador João de Albuquerque em relação à demarcação de limites, precisamos retomar aspectos do governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, antecessor e irmão de João de Albuquerque. Diversos trabalhos enfocaram o governo de Luís de Albuquerque e sua trajetória administrativa. Entre eles podemos destacar o de Gilberto Freyre, *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII* (1978)⁷ e o de Janaina Amado e Leny Caselli Anzai, *Luís de Albuquerque: viagens e governo na Capitania de Mato Grosso* (2014).⁸

Entretanto, em relação ao governo de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, temos poucas publicações que compõem apenas capítulos ou partes de pesquisas sobre a Capitania de Mato Grosso. O trabalho de grande relevância foi a publicação de Maria de Fátima Costa e Flávia Kurunczi Domingos, *Devassa no Guaporé. Usos e abusos do poder na Colônia (1797-1805)* (2009). As autoras transcreveram a devassa para investigar a acusação de enriquecimento do governador João de Albuquerque.

Antes de avançarmos na discussão, informamos que João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres era filho de Francisco de Albuquerque de Castro e de Dona Izabel Antônia de Menezes, era natural da Ínsua, Conselho de Penalva do Castelo, bispado de Viseu, nascido

⁶ FERNANDES, S. E., *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)* 2003; TULUX, B. M., *O Presídio de Miranda e a Defesa do Império Português na Fronteira Sul da Capitania de Mato Grosso (1797-1822)*. 2012.

⁷ FREYRE, G. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. 1978.

⁸ AMADO, J.; ANZAI, L. C., *Luís de Albuquerque: viagens e governo na Capitania de Mato Grosso*. 2014.

em 1741 e falecido em 28 de fevereiro de 1796 na capitania de Mato Grosso.⁹ Ele foi Cavaleiro da Ordem de São João de Malta e nomeado governador e capitão general da Capitania de Mato Grosso em 18 de novembro de 1788.¹⁰ Era irmão de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto governador da capitania de Mato Grosso. João de Albuquerque sucedeu seu irmão no governo da capitania e governou entre os anos de 1789 e 1796.

A sede do governo lusitano na capitania de Mato Grosso era em Vila Bela da Santíssima Trindade, vila capital. Até a chegada de João de Albuquerque, os governadores que o antecederam buscaram provê-la com uma infraestrutura compatível com a de uma capital de uma capitania, tais como construção de edifícios administrativos, templos e incentivos para vinda de pessoas para se fixarem no local.¹¹

Quando João de Albuquerque iniciou seu governo, a capitania de Mato Grosso já tinha 41 anos de fundação, e o que se percebe é que, desde a sua fundação, os conflitos territoriais e as tensões nas fronteiras foram constantes. Por ser um território de fronteira, seus administradores sempre procuravam expandir seus domínios. Com isso, os litígios de diversos espaços com os espanhóis faziam parte do contexto administrativo da capitania. Com a construção de fortes, de presídios e com a fundação de arraiais e vilas, a capitania passou por diversas disputas de território com o lado castelhano. E por se tratar do contexto de demarcação de limites pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), vemos que a execução destes limites gerou tensões entre portugueses e espanhóis.

Ao chegar à capitania, João de Albuquerque assumiu o governo em momentos de discussão de demarcação territorial, nos quais muitos estabelecimentos e povoados fundados em anos anteriores foram requeridos pelos espanhóis, que se fundamentavam no Tratado de Santo Ildefonso. Assim, era constante o estado de apreensão com os vizinhos espanhóis nessa fronteira.¹²

A Coroa Portuguesa, ao enviar João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para suceder seu irmão, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, conservava o governo dos Albuquerque na Capitania de Mato Grosso e buscava manter, assim, uma administração expansionista e diplomática que já ocorria há 17 anos nos territórios.

⁹ COSTA, M. F.; DOMINGOS, F. K., *Devassa no Guaporé. Usos e abusos do poder na Colônia (1797-1805)*, p. 16-18.

¹⁰ ANTT - Chancelaria Régia D. Maria I, Livro 34 p. 52. Agradeço a Gustavo Balbuena de Almeida que gentilmente cedeu a documentação citada.

¹¹ COSTA, M. F.; DOMINGOS, F. K., *Op. Cit.*, p. 14.

¹² COSTA, M. F.; DOMINGOS, F. K., *Op. Cit.*, p. 18.

Ao chegar de viagem de Portugal rumo à Vila Bela da Santíssima Trindade, João de Albuquerque relatou, em carta ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, suas primeiras impressões sobre a capitania de Mato Grosso. Para chegar à capital, o futuro governador passou pelo rio Madeira e pelo Forte Príncipe da Beira e descreveu suas “trabalhosas cachoeiras”, não só as do rio Madeira, mas também as do Mamoré, e as demais dificuldades de navegação até a chegada ao Forte.¹³

Ao vivenciar a primeira enchente no rio Guaporé, o governador deparou-se com um particular problema de algumas áreas da capitania: as doenças que assolavam a população. A enchente que ele encarou acabou por fazer suas primeiras vítimas e, em um período de dois dias, vários índios que estavam em sua canoa adoeceram gravemente e alguns vieram a óbito.¹⁴ João de Albuquerque também contraiu uma grave enfermidade¹⁵ e, ao desembarcar em Vila Bela, em 16 de outubro de 1789, devido ao estado de saúde, só conseguiu se levantar da cama no dia 20 de novembro, data da posse de seu governo.¹⁶

João de Albuquerque chegou a Vila Bela para assumir a administração das mãos de seu irmão, Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que fizera sua indicação ao cargo de governador ao ministro Martinho de Melo e Castro.¹⁷ Aos 48 anos de idade, João de Albuquerque iniciou o governo da capitania de Mato Grosso, e a impressão que temos foi de que ele procurou dar continuidade aos negócios e ao governo de seu antecessor. Em suas primeiras instruções, recebidas do seu irmão, foi-lhe recomendado manter do mesmo modo algumas questões políticas de fronteira. Isso fica explícito em sua carta de instrução, a qual advertia não modificar em coisa alguma as questões relacionadas às discussões de limites, e

¹³ AHU – Caixa 27, Documento 1569. OFICIO, do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, abril, 23 – Vila Bela.

¹⁴ AHU – Caixa 27, Documento 1569. OFICIO, do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, abril, 23 – Vila Bela.

¹⁵ AHU – Caixa 27, Documento 1569. OFICIO, do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, abril, 23 – Vila Bela.

¹⁶ AHU – Caixa 23, Documento 1560. CARTA do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres à rainha [D. Maria]. 1790, Janeiro, 1 – Vila Bela.

¹⁷ FERREIRA, M. D. R., *Das minas gerais a Mato Grosso: Gênese, evolução e consolidação de uma capitania*, p. 58. A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, criada em 1736, era responsável por administrar questões que envolvessem os domínios ultramarinos, inclusive nomeações, patentes e despachos dessas nomeações. Entretanto, a autora afirmou que Luís de Albuquerque recomenda ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar a nomeação de seu irmão para sucedê-lo em seu cargo. Sobre nomeações, ver BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K., *História da Expansão Portuguesa*. 1998.

que se prosseguisse com a estratégia da mesma maneira que seu antecessor a conduzia,¹⁸ pois Luís de Albuquerque deixava a capitania em desacordo com o Tratado de Santo Ildefonso e com a determinação de suas linhas de fronteira.

Administrar a capitania de Mato Grosso não era algo simples, pois os problemas com a delimitação das fronteiras, a manutenção das defesas contra os espanhóis e a preocupação com os locais em que havia minérios sempre preocuparam seus administradores.

Portugal adotava para seus territórios conquistados em suas colônias diferentes práticas de administração por meio das realidades locais distintas.¹⁹ Com isso, cada governador era instruído de modo diferente em relação às peculiaridades de sua capitania. As instruções dadas ao governador pela Coroa muitas vezes eram adaptadas devido aos interesses próprios ou ao meio em que o administrador estava inserido. Como afirma Laura de Melo e Souza,²⁰ as “distâncias oceânicas distorciam práticas, tradições e ordens”, e as ações da administração local poderiam revelar os interesses do próprio governador ou de seus aliados mais próximos.

Entretanto, se o interesse inicial nos domínios da fronteira oeste era o ouro, este passou a não ser mais o objeto principal dos lusitanos. As regiões auríferas atraíram para revelar o verdadeiro tesouro que esses territórios possuíam: a própria terra e seus rios passaram a ser considerados a *chave* da conservação dos domínios do interior do Brasil.²¹ A importância da capitania de Mato Grosso elevou-se mais ainda no cenário lusitano, e a Coroa passou a afirmar sua relevância nas escolhas de seus governadores e nas instruções de como eles deveriam administrar esse território.²²

A capitania de Mato Grosso surge, então, em 1748, em meio ao contexto do Tratado de Madrid,²³ com o desmembramento da capitania de São Paulo. A nova capitania tinha como principais povoações a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá (1727) e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) como a Vila-Capital.²⁴ Mato Grosso cobria uma superfície de 65 mil léguas quadradas e tinha seus limites ao norte com a capitania do Grão-Pará e Rio Negro; ao sul com a capitania de São Paulo, ao ocidente com os governos espanhóis de Moxos, Chiquitos e

¹⁸ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFICIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, Maio, 8 – Vila Bela.

¹⁹ COSENTINO, F. C., *Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII)*, p. 69.

²⁰ SOUZA, L. M., *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVII*, p. 21.

²¹ ARAUJO, R. M., Op. Cit., p. 90.

²² ARAUJO, R. M., Op. Cit., p. 90.

²³ Este tratado teve início em 1746 e só foi concluído em 1750.

²⁴ SILVA, J. B., *Vila Bela a Época de Luís de Albuquerque (1772-1789)*, p. 16.

Paraguai, e a leste com a capitania de Goiás.²⁵ A região possuía também uma especificidade no cenário imperial por ter características tanto mineiras como fronteira geopolítica. Como afirma Jesus,²⁶ Mato Grosso pode ser considerada uma *capitania-fronteira-mineira*. Sua localidade esteve ligada à exploração de ouro e à expansão das fronteiras.

Para um melhor desenvolvimento, este trabalho foi dividido em três capítulos, com o intuito de se compreender as diversas discussões ao redor da fronteira. No primeiro capítulo, intitulado “Sistema e Plano da Demarcação”, analisamos o contexto de discussão do Tratado de Santo Ildefonso na capitania de Mato Grosso. Assinado no governo de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, procuramos compreender a defesa de territórios entre o governador da capitania e a coroa portuguesa. Compreender as discussões locais que ocorriam no período de assinatura do Tratado e como a definição de limite firmada entre as Coroas impactam os espaços territoriais da capitania nos possibilita perceber o posicionamento dos administradores portugueses e espanhóis nas negociações dos espaços. Buscamos, ainda, reconstituir informações sobre a compreensão de territorialidade por meio da cartografia do período. Para tal, utilizamos um mapa produzido em meio às discordâncias do Tratado de limites.

No segundo capítulo, intitulado “Governo local e a demarcação das fronteiras”, discutimos como ocorreu a disputa por territórios no período de indefinição de limites, pela perspectiva dos diferentes interesses de governadores espanhóis e portugueses, e como eles procuraram manter os interesses de suas coroas e as estratégias para efetivação e manutenção de seus territórios. Trazemos novamente uma análise cartográfica, com o objetivo de desvendar a mobilidade social, os interesses e as estratégias utilizadas para discussão sobre territórios.

No terceiro capítulo, intitulado “As múltiplas fronteiras da capitania de Mato Grosso”, apresentamos reflexões acerca dos agentes sociais envolvidos na demarcação das fronteiras. O trânsito de oficiais portugueses e espanhóis em territórios vizinhos e a rede de informações criadas neste contexto nos possibilitará avaliar a atuação de outros personagens para o contexto de negociação territorial. Avaliamos as estratégias de grupos indígenas e de portugueses em meio aos desacordos territoriais. Também analisamos os escravos e suas fugas empreendidas para os domínios vizinhos, com o intuito de compreender os múltiplos indivíduos na formação dessas fronteiras. Procuramos reunir as informações dispersas sobre

²⁵ CANOVA, L., *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa*, p. 32.

²⁶ JESUS, N. M. Op. Cit., p. 29.

os personagens secundários, porém de grande importância para as discussões de negociações nos espaços fronteiriços.

No que diz respeito às fontes utilizadas, elas se constituem de dois acervos. O primeiro – o do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) encontra-se digitalizado e disponível *online* para consulta, através do Projeto Resgate. O segundo acervo corresponde ao do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), que mantém os documentos referentes ao período colonial organizados e catalogados e à disposição do público. Fotografamos diversas correspondências referentes às discussões de limites no governo de João de Albuquerque, para posterior transcrição e análise.

CAPÍTULO 1

SISTEMA E PLANO DA DEMARCAÇÃO

O processo das conquistas territoriais na América portuguesa colonial envolveu a ocupação e defesa de lugares estratégicos para os lusitanos. Ocupar significava criar, organizar e administrar extensos territórios e controlar os diversos habitantes no sul do continente americano.¹

Nas capitanias o personagem fundamental para assegurar essa política de ocupação eram os administradores, como os governadores e capitães-gerais. Eles desempenhavam uma administração civil e militar na jurisdição de sua capitania. Suas nomeações eram indicadas por meio do Conselho Ultramarino e, posteriormente, pela Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar. Entretanto, essas nomeações poderiam ser feitas pela Coroa ou estar sujeitas à aprovação real.² Outro fator de grande relevância para escolha de um governador eram os laços familiares, pois, por vezes, a administração era confiada a um grupo pequeno de nobres e membros de suas famílias.³ Os governadores contavam com um aparato administrativo para auxiliar no comando de sua capitania, tais como as câmaras municipais, juízes de fora, militares nomeados pela coroa e administrações eclesiásticas.⁴

Ao designar governadores e capitães-gerais para a capitania de Mato Grosso, a coroa apresentava algumas preocupações, pois a administração da referente capitania envolvia diversas questões. O capitão-general que ali governasse seria responsável pela defesa da fronteira, sem grandes recursos militares, pela povoação local, pelas relações com os povos indígenas, tratos comerciais e fortificações militares.⁵

A capitania de Mato Grosso, por sua localização e estabelecimento do governo, deveria assegurar para a coroa portuguesa os territórios limítrofes com as terras castelhanas em uma conjuntura de definição territorial por meio dos Tratados de Limites. Para isso a coroa e o governo local executavam estratégias para posse e manutenção de territórios próximos às missões espanholas.

Os limites dos domínios ibéricos eram locais instáveis e os territórios em suas imediações estavam constantemente em desacordo entre portugueses e espanhóis. Pensar em

¹ MAGALHÃES, J. R., *A formação Territorial do Brasil*, p. 5

² BETHENCOURT F., et al. *História da expansão Portuguesa*, p. 171.

³ BETHENCOURT F., et al. Op. Cit., p. 171.

⁴ BETHENCOURT F., et al. Op. Cit., p. 171.

⁵ SILVA, P. P. C. *Instruções aos Capitães-Generais*. Introdução. p. 8.

limites nesse período é considerar as nações indígenas que há muitos anos habitavam nessas terras, os escravos negros que fugiam para a região espanhola à procura de melhores condições e portugueses e espanhóis que se enfrentavam pelas disputas territoriais aparelhando militarmente a fronteira para garantir a defesa de seus domínios e ataque aos inimigos.

Os conflitos entre portugueses e espanhóis foram constantes desde o início da colonização. Com isso, o Estado procurou, por meio de Tratados, medir, controlar e demarcar os territórios da América colonial. Por meio de cartógrafos, geógrafos e engenheiros, entre outros, as coroas passaram por diversas tentativas de desenhar contornos mais precisos para suas colônias.⁶

Na segunda metade do século XVIII, as coroas portuguesa e espanhola passaram a procurar uma definição de limites mais sólida, com marcos geográficos e por meio de balizas naturais, relacionados ao relevo e à hidrografia da colônia. Por meio do princípio de *uti possidetis* [quem de fato possui tem o direito], o Tratado de Madri (1750) buscou estabelecer os limites das colônias ibéricas. Contudo, a procura por sua concretização significou um período político de negociações e conflitos entre portugueses e espanhóis.⁷

A consumação do Tratado deveria ocorrer por meio das expedições demarcatórias com participação de oficiais portugueses e espanhóis.⁸ Essas expedições ou partidas de demarcação procuravam oficializar os limites dos domínios territoriais, que deveriam verificar os pontos de referências dos limites e assentar os marcos de limites entre as nações.⁹ Mesmo posteriormente ao Tratado de Madri, os governadores da capitania de Mato Grosso prosseguiram com suas fundações para expandir seus territórios e, com a utilização do *uti possidetis*, puderam justificar suas posses e estabelecer seus domínios.

Vale ressaltar a compreensão de posse sobre domínios que se teria no período. Como afirma Herzog, portugueses e espanhóis utilizavam-se da posse para defender uma ocupação legítima, sendo que, a posse, nesse período, era a forma que permitia adquirir direitos sobre o território e, para isso, era possível se utilizar de diversas atividades, desde a criação de povoados, que era mais aceito pelas Coroas, até a utilização de pastagem esporadicamente, ou alegações de utilização de rotas.¹⁰

⁶ MAGALHÃES, J. R., Op. Cit., p. 5.

⁷ CORREIA, J., GODOY, P., *O Tratado de Madri e as políticas territoriais no Brasil meridional (1750-1777)*, p. 6.

⁸ CORREIA, J., GODOY, P., Op. Cit., p. 6.

⁹ CAMARGO, F., *A pendenga interminável: As demarcações do Tratado de Santo Ildefonso*, p. 235.

¹⁰ HERZOG, T. *Fronteiras da Posse*, p. 48

No caso dos rios, o comércio fluvial já era motivo para estabelecer direito sobre a navegação e posse das suas margens. A ausência de reivindicação dos locais ocupados pelos colonos também era interpretada como consentimento de posse. Ou seja, quando povoados eram instalados em territórios pertencentes à nação adversária, se em um longo período não houvesse a requisição da devolução dessas terras, os que ali estavam alegavam que foi permitido sua posse do local pela ausência de reivindicação.¹¹

Utilizando a prerrogativa de posse, os portugueses avançaram durante anos para territórios considerados de domínio espanhol. Alguns territórios de posse portuguesa que ultrapassaram a linha divisória do Tratado de Madri faziam parte dessa política de expansão. A capital Vila Bela fez parte da conquista de territórios espanhóis, com sua fundação no ano de 1752, posterior à assinatura do Tratado de Madri, e foi estabelecida para além dos domínios determinados para os portugueses.

Onze anos depois do Tratado de Madri, foi firmado um novo acordo, o Tratado de El Pardo (1761). Ele suspendeu as demarcações decorrentes do Tratado de Madri e determinou que cada coroa voltasse a ocupar as terras anteriormente limitadas pelo Tratado de Tordesilhas, o que veio a gerar ainda mais desacordos entre autoridades. Menos tempo ainda durou o Tratado de Paris (1763), que devolveu a Colônia de Sacramento aos portugueses, no entanto, esse Tratado gerou conflitos nos quais os espanhóis investiram e tomaram terras portuguesas.¹²

Um novo plano de invasão por parte dos espanhóis para retomada de Rio Grande foi planejado. Quando eles já iniciavam os preparativos do que poderia ter sido um dos maiores conflitos da história colonial chegou a notícia de que um novo Tratado havia sido firmado entre as nações vizinhas.¹³ Em 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, considerado, como afirma Fabiano Vilaça,¹⁴ mais desvantajoso para Portugal do que para a Espanha, pois ele seguia, em linhas gerais, o Tratado de Madri, mas com alguns ajustes decorrentes dos últimos conflitos.¹⁵

O Tratado de Santo Ildefonso, também conhecido como Tratado Preliminar de Limites, foi um acordo negociado pelo primeiro secretário real de Castela, marquês de Florida-Blanca, e por D. Francisco Inocência de Souza Coutinho, embaixador de Madri. O acordo contava

¹¹ HERZOG, T. Op. Cit., p. 48.

¹² ARAUJO, R. M. *A Urbanização de Mato Grosso no século XVIII*, p. 118.

¹³ ARAUJO, R. M., Op. Cit., p. 236.

¹⁴ SANTOS, F.V., *O governo das conquistas do Norte*, p. 210.

¹⁵ Em linhas gerais Portugal cede a Colônia de Sacramento e toda a Banda Oriental do Uruguai, em troca Portugal fica com o território dos Sete Povos das Missões e a soberania sobre o Rio Grande e adjacências. Ver CAMARGO, F. Op. Cit. p.236.

com 25 artigos, dos quais alguns eram cópias¹⁶ de artigos do Tratado de Madri. Todavia, ele era considerado um acordo preliminar, ou seja, o texto se tornaria definitivo quando se cumprissem as expedições de demarcações previstas no artigo XV.¹⁷

O acordo apresentava muitas semelhanças com o Tratado de Madri, com a maior diferenciação direcionada à região do Prata. Com isso, o Tratado de Ildefonso permitia a demarcação por meio de balizas naturais e a utilização do *uti possidetis*, porém, algumas áreas eram pré-determinadas em seus artigos. Esperava-se, então, que, por meio das expedições demarcatórias, os dois domínios negociassem as regiões que melhor comportassem os limites fronteiriços. Outro ponto interessante era que nas margens dos rios comuns às duas nações não seria permitida a construção de nenhum tipo de forte, vila ou estabelecimento.¹⁸

Do mesmo modo que o Tratado de Madri, o Tratado de Santo Ildefonso também dependeria de partidas demarcatórias que conduzissem o reconhecimento dos limites e definissem os pontos nos quais seriam colocados os marcos. Como no Tratado anterior, as novas demarcações não conseguiam alcançar o consenso entre os administradores sobre os pontos a serem estabelecidos.¹⁹ Devido há anos de expansões para o interior do território colonial, as definições de limites compreendidas pelas coroas em seus acordos em muito divergiam dos contornos existentes povoados e ocupados por seus colonos.

Um dos governadores que prosseguiu consideravelmente com a expansão da capitania por meio de fundações de povoados, vilas e fortes foi Luís de Albuquerque, irmão de João de Albuquerque e antecessor na administração da capitania de Mato Grosso. Não só grande expansionista, Luís de Albuquerque também foi um grande opositor dos Tratados assinados por Portugal com a coroa espanhola.

A IDEIA GERAL DE LUÍS DE ALBUQUERQUE

Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi o quarto Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso (1772-1788) e o que governou pelo maior período.

¹⁶ Os artigos IX, X e XI do Tratado de Ildefonso são cópias, com algumas modificações, dos artigos VI, VII e VIII da demarcação do Tratado de Madri. MORAES, B. S. L. Op. cit. 93.

¹⁷ Tratado preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en la América Meridional; ajustado y concluido en San Lorenzo, a 11 de octubre de 1777. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tratado-preliminar-sobre-los-limites-de-los-estados-pertenecientes-a-las-coronas-de-espana-y-portugal-en-la-america-meridional-ajustado-y-concluido-en-san-lorenzo-a-11-de-octubre-de-1777--0/html/ff8d38fc-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html#I_1_. Acesso em 12 de maio de 2018.

¹⁸ Tratado preliminar, Op. Cit.

¹⁹ CAMARGO, F., Op. Cit., p. 236.

Durante seu governo percebemos algumas mudanças, desde a questão estrutural urbana, como a abertura de ruas, a construção de edifícios e fortificações, como o movimento de mercadorias que ocorria por meio de “periódicas caravanas comerciais, as expedições”.²⁰ Diversos aspectos foram tratados por Luís de Albuquerque, mas nos deteremos na delimitação territorial.

Benone Moraes, em sua dissertação de mestrado, apresentou a compreensão desse governador sobre as definições de limites acordadas entre as metrópoles e suas formulações para alterar alguns artigos do Tratado de Santo Ildefonso. A partir daqui teremos como base o seu trabalho para abordarmos a discussão dos limites no governo de Luís de Albuquerque.²¹

A partir do conhecimento adquirido do território, Luís de Albuquerque elaborou sua *Ideia Geral*, com a qual, por meio de um conjunto de mapas e textos, procurou convencer a Coroa Portuguesa de que o melhor plano para as demarcações dos limites era contra a definição do Tratado de Santo Ildefonso. Ele não só discordou dos artigos propostos no Tratado, como também propôs uma melhor definição, segundo ele, para os interesses lusitanos.²²

No início do seu governo ficou nítido que um dos seus principais objetivos era a produção de mapas, plantas e cartas com a finalidade de esquadriñar ao máximo os terrenos de Mato Grosso e proximidades. Isso foi feito por meio de explorações de reconhecimento de territórios²³ ocorridas entre os anos de 1773 e 1781.²⁴ As expedições, em geral, foram formadas por militares e por pessoas especializadas em medições e reconhecimento de regiões e, muitas vezes, contou com a participação do próprio governador Luís de Albuquerque.²⁵

Em uma delas, ocorrida em dezembro de 1773, comandada pelo próprio Luís de Albuquerque, buscou-se explorar desde Vila Bela, por meio do curso do rio Guaporé, até a foz do rio Mamoré. As medições durante essa viagem, cujo percurso total durou cerca de dois meses, foram realizadas também pelo governador, auxiliado por um engenheiro. Um dos objetivos dessa viagem era escolher um local para a construção de uma fortaleza para defesa do território e alocar uma população para residir à margem do rio Guaporé.²⁶

²⁰ COSTA, M. F., DOMINGOS, F. K. *Devassa no Guaporé*, p. 14.

²¹ MORAES, B. S. L., *Dilatar Limites: A “Ideia Geral” de Luís De Albuquerque (1772-1781)*.

²² MORAES, B. S. L. op. cit., p. 64-65.

²³ MORAES, B. S. L. op. cit., p. 64-65.

²⁴ Segundo MORAES (2011) esses registros constam nos *Anais de Vila Bela* e nos *Anais do Senado e da Câmara de Cuiabá*.

²⁵ MORAES, op. cit., p. 65.

²⁶ MORAES, op. cit., p. 67-68.

As rotas fluviais de comércio de Vila Bela a Belém do Pará também foram visitadas pelas expedições do governador Luís de Albuquerque. O resultado dessa expedição foi a produção de um mapa intitulado *Carta em que se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré a principiar em V.a Bella Capital do Mato Grosso [...]*, datado de 1777, além de um ofício enviado a Martinho de Melo e Castro com os objetivos dessa viagem.²⁷

A viagem expedicionária pela rota comercial em 1773 foi executada por um projeto da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com o objetivo de estabelecer instalações civis e militares que auxiliassem o comércio no tráfego fluvial daquela região. Caberia a Luís de Albuquerque apenas cumprir a ordem da Companhia e do governador do Pará. Não satisfeito com a determinação, Luís de Albuquerque enviou a Martinho de Melo e Castro um ofício, no qual solicitava mais autonomia para executar seus planos para a capitania de Mato Grosso.²⁸

As instruções da Companhia também incluíam a recuperação do forte de Bragança.²⁹ Entretanto, nessa expedição, Luís de Albuquerque definiu um novo local para construção de um forte, devido aos problemas daquele território onde ficava o antigo forte da Bragança. O novo forte seria fundado em 1776, com o topônimo de Príncipe da Beira, e passaria a desenvolver a função não só de guarnição do local, mas também de armazenamento de produtos comercializados na rota Guaporé/Amazonas.³⁰

O mapa abaixo foi produzido a partir dos dados coletados durante a expedição de 1773.

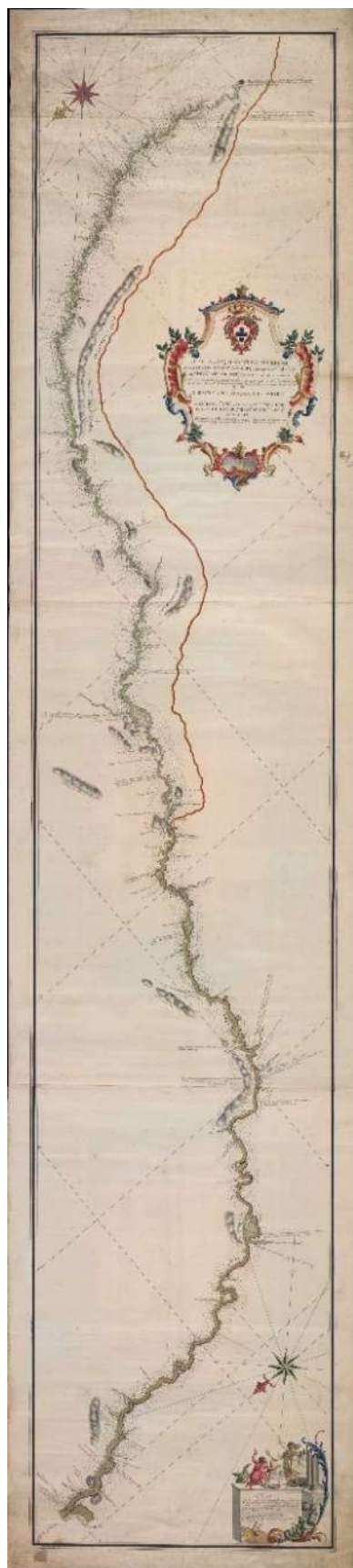
Mapa 1 - CARTA em que se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré.

²⁷ MORAES, op. cit., p. 68.

²⁸ AHU: Ofício do Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para Martinho de Melo e Castro, 1773. Caixa 16, Documento 1030. Apud MORAES, op. cit., p. 69.

²⁹ Em 1762 a guarda estabelecida em Santa Rosa Velha foi transformada em presidio, com o nome de Nossa Senhora da Conceição, e segundo Rolim de Moura, deveria se tornar um forte, situação que só ocorreu seis anos depois, com o Forte de Bragança, construído no governo de João Pedro Câmara. Em 1771 o Forte de Bragança desabou em consequência de uma enchente. O material de sua construção foi aproveitado para a construção do Forte do Príncipe da Beira anos depois. BLAU, 2007, p. 86-87.

³⁰ MORAES, op. cit., p. 72.



[1776?]. Carta em q se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré a principiar em Va. Bella captal. do Mato Grosso [cartográfico]. desenho a nanquim, 262 x 52,5cm em f. 270 x 60,5. **Fonte:** Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart474046/cart474046.html Acesso em: 14 de setembro de 2018.

O Mapa 1 foi intitulado de *Carta em que se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré, a principiar em V^a Bella capital do Mato Grosso que jaz em 15° de latitude Austral e em 317° e 42 de longitude contada da Ilha do Ferro, até que o segundo dos ditos Rios conflui no outro grande da Madeira, constituindo naquela parte da América o termo da Raya Cast^a oferecida A Rainha N.S.D Maria Primeira pelo G.or e Cap.am GN.al da sobre dita capitania e do Seu Concelho Luís D'Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres; debaixo de cujos Olhos e direção, se levantou e configurou com toda a maior exatidão que se fez possível nos fins do ano de 1774 e princípios de 1775*. Como seu título já apresenta, ele iniciou em Vila Bela, datando assim sua fundação e seu fundador. Informações acerca da latitude e longitude são vistas em toda extensão da imagem, e diversas outras informações dos territórios, como as imediações dos rios, também são registradas no mapa. É importante ressaltar que o mapa não está orientado no sentido Norte-Sul, mas sim Sul-Norte, o que foi representado por meio da reprodução da rosa dos ventos indicando a direção no sentido da flor de lis.

Benone Moraes apresenta o mesmo mapa em sua dissertação de mestrado, com uma imagem total da obra e um recorte, porém, o objetivo de suas discussões é o modo como Luís de Albuquerque construiu a sua *Ideia Geral*. Alguns pontos do mapa foram discutidos pelo autor por meio de referências a latitudes e longitudes. O que procuramos analisar no mapa aproxima-se da análise de Moraes das questões estratégicas de Luís de Albuquerque, porém, afasta-se no modo como utilizamos essa representação. Destacamos diversos recortes do mapa que buscaremos apresentar, evidenciando a formação da fronteira por meio da participação de diversos agentes, seja na escolha de locais estratégicos de defesa pelos administradores, seja por meio da localização e realocação dos indígenas locais. As narrativas produzidas no corpo do mapa nos permitem pensar o que era considerado importante na visão da administração portuguesa local, a ponto de registrá-lo na produção de um mapa utilizado por muitos anos.

Voltando ao mapa apresentado, observamos que a dedicatória foi oferecida à Rainha pelo Governador Luís de Albuquerque, entretanto, a produção do mapa provavelmente foi executada por engenheiros que estariam juntamente com ele na expedição. É válido destacar que foram produzidas cópias desse trabalho na capitania antes do envio a Portugal.³¹

De um modo geral, o mapa exhibe as correntes dos rios Guaporé até a junção com o Mamoré, e do Mamoré até a confluência com o rio Madeira. Ele apresenta algumas

³¹ Sobre as discussões de autoria do Mapa 1 ver: MORAES, B. S. L., Op. Cit., p. 75-76.

povoações próximas a esses rios, passando por vilas e fortes ao longo de suas representações. Fica nítido que o cerne do mapa trata de dois importantes rios da região, Guaporé e Mamoré. A carta geográfica também traz diversos textos em referência aos locais retratados, auxiliando na compreensão de seus expedicionários acerca dos territórios que eles buscavam reconhecer. Outro ponto de destaque é a linha vermelha e amarela traçada ao longo de toda imagem, pois ela marcaria a divisão entre os territórios portugueses (situados ao lado esquerdo do observador) e os castelhanos (ao lado direito).

O relevo aparece sombreado e referenciado, assim como os rios afluentes são representados de maneira parcial. A vegetação também só foi apresentada próxima às margens em alguns pontos. Quanto às localidades, algumas são trazidas para a peça cartográfica com símbolos e suas toponímias, tais como fazendas e locais considerados importantes para serem ressaltados pelo interesse lusitano.

Figura 1 – Destaque inicial Vila Bela (capital), do Mapa 1



Fonte: Biblioteca Nacional

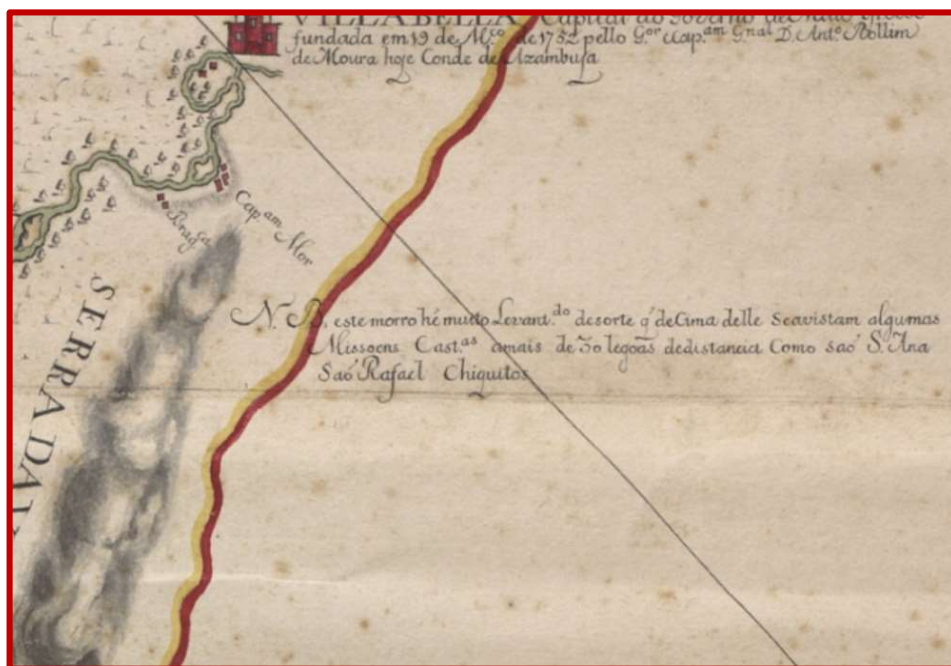
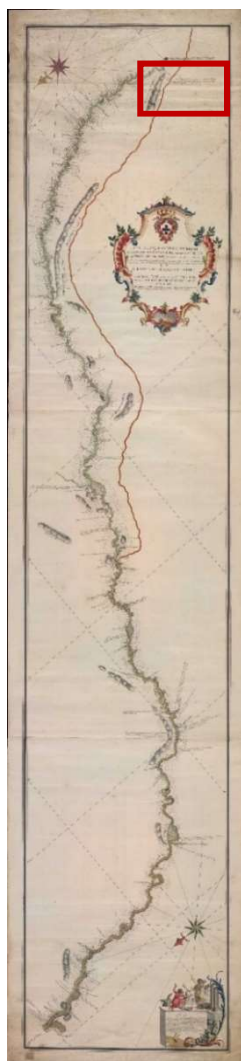
O recorte inicia-se a partir de Vila Bela e apresenta o ano de fundação da vila e o nome de seu fundador, o governador e capitão general Antônio Rolim de Moura. Percebemos que o maior símbolo estampado no mapa é o da representação da Vila capital, talvez devido a sua importância no contexto da capitania, compreendendo que os demais povoamentos e forte são representados com um símbolo reduzido em relação a esse.

Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada por ordem régia, através da qual a coroa portuguesa passava a efetivar suas posses por meio de pontos estratégicos. Ao definir o território onde seria situada a vila-capital, o governador Rolim de Moura determinava um local que considerou possuir melhor capacidade de ação sobre o território da capitania, permitindo uma defesa mais eficiente das comunicações da região. Ao se instituir a vila como capital, visava-se, com o estabelecimento do governador, à ampliação da hipótese de criação de novas povoações aos arredores. Era por meio da efetivação da vila-capital, com seu aparato administrativo, jurídico e militar, que poderia ocorrer a incorporação definitiva desse território limítrofe ao território maior da colônia.³²

A escolha estratégica do terreno de Vila Bela deu-se tanto pela sua localização às margens do rio Guaporé, permitindo um melhor controle da rota fluvial, quanto pela sua proximidade a uma serra. No mapa podemos visualizar, próximo à vila, um relevo intitulado “serra da vila”, como apresentado abaixo.

Figura 2 – Destaque da Serra da Vila, do Mapa 1

³² ARAUJO, R. M. Op. Cit., p.107.



Fonte: Biblioteca Nacional

A figura contém a seguinte frase: “Este morro é muito levantado de sorte que de cima dele se avistam algumas Missões Castelhanas a mais de 30 léguas de distância como são S. Ana, São Rafael de Chiquitos”. Com a fundação de Vila Bela, a próxima ação foi a busca pela posse de toda margem oriental e pela exclusividade de navegação do Guaporé. A presença das missões espanholas era vista como uma ameaça à conquista desses novos territórios.³³

Considerando a importância de ocupar e guarnecer os limites fronteiros para proteger as terras lusas, ter um local no qual se pudessem avistar os territórios espanhóis mais próximos à vila-capital era de grande importância. Outro ponto que cabe ressaltar é que a linha de fronteira está traçada utilizando o relevo da serra como baliza natural e mantendo a mesma em território português.

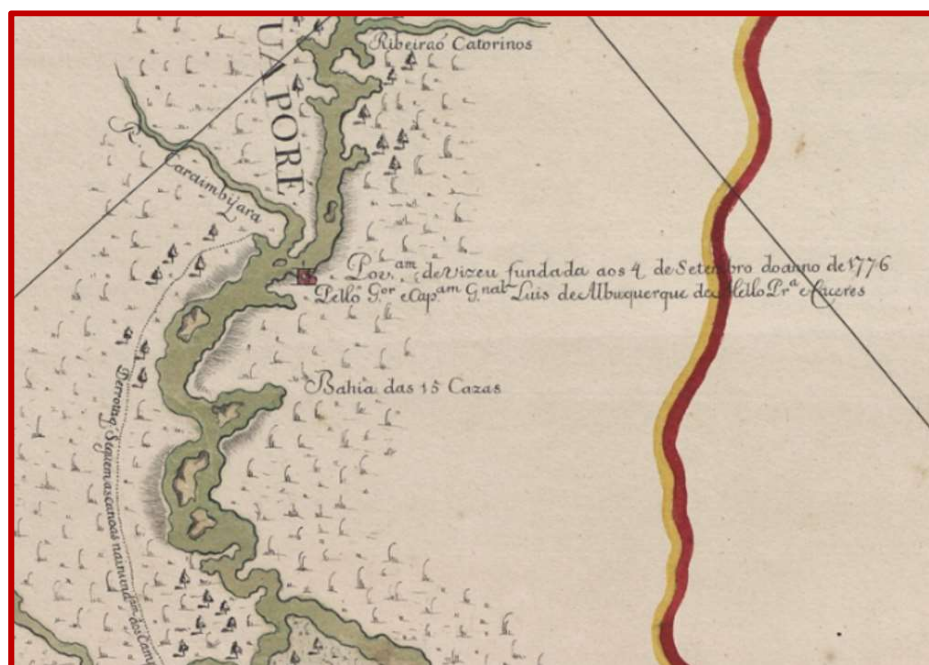
Percebemos as estratégias com as quais portugueses, após a fundação de Vila Bela, passaram a assegurar a posse dos territórios que possibilitariam manter a utilização de

³³ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p.108.

Pelo olhar do observador percebemos também o grande vazio ao se afastar da rota do rio. Compreendendo a produção do mapa que foi feita por meio da rota fluvial, podemos considerar que não seria importante o que estaria para além desse limite desenhado pelo autor do mapa, ou a distância não permitiria avistar o que poderia estar nesses locais.

Como a representação buscou apresentar o curso do rio, percebemos a importância desses caminhos para a administração local. Tendo em vista que os rios são os principais meios de penetração no território de Mato Grosso, eles se constituíram em importantes caminhos. Por meio deles foram estruturados os territórios da capitania, garantindo acesso a diversas vilas e povoados fundados com a expansão desses limites. Em uma região com poucas povoações e muitas vegetações, o acesso mais seguro e mais utilizado eram certamente as rotas fluviais.³⁵

Figura 4 – Fundação de Vizeu, do Mapa 1



Fonte: Biblioteca Nacional

³⁵ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 72.

Compreendendo a importância das rotas fluviais, assegurar sua utilização e sua posse era fundamental para garantir a consolidação dos domínios portugueses e a forma mais utilizada para efetivar o domínio sobre os rios eram a fundação de povoações.

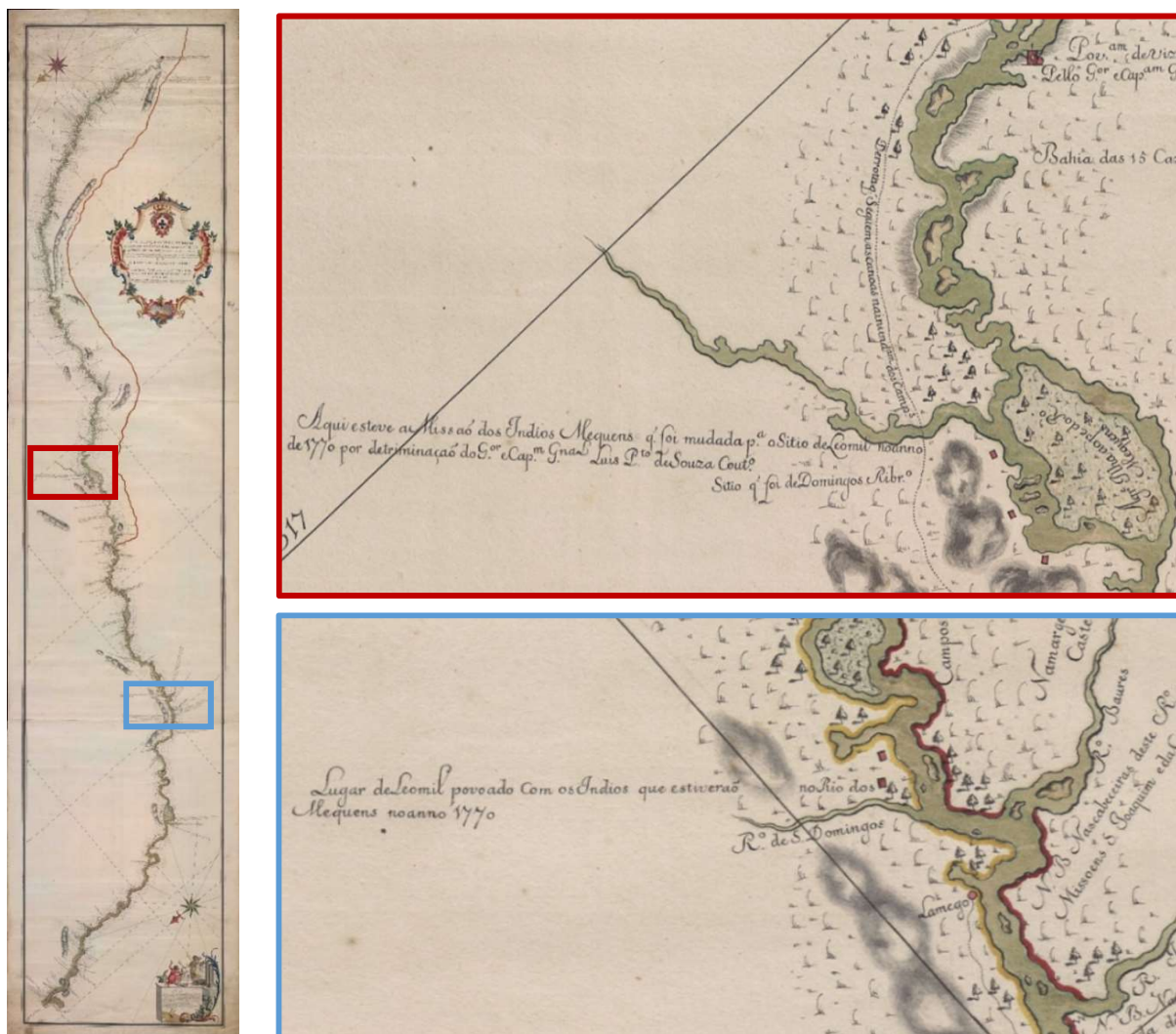
No trecho do mapa (figura 4) temos o seguinte texto: “Povoação de Vizeu fundada aos 4 de setembro do ano de 1776 pelo Governador e Capitão General Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres”. O povoado de Vizeu foi fundado na margem ocidental do rio Guaporé e, de acordo com o Tratado de Madri, deveria ser considerado domínio espanhol.³⁶ Novamente, há a fundação com a finalidade do emprego do *uti possidetis*, procurando, assim, o uso privativo do rio Guaporé pelos portugueses, que possuíam instalações nas duas margens.

Por meio dessas localidades, juntamente com seu fundador e ano de fundação, o autor do mapa procurou dar ênfase à história portuguesa dessa região, tornando-o um levantamento das ações portuguesas na região do Guaporé/Mamoré significativa para declarar a posse dessas regiões, justificando a legalidade da propriedade desses territórios.

Próximo a esse povoado, no mapa vemos, em sequência, o que seria a outra margem do rio Guaporé, isto é, uma antiga missão.

Figura 5 – Missão Mequens, do Mapa 1

³⁶ MORAES, B. S. L., Op. Cit., p. 79.



Fonte: Biblioteca Nacional

O trecho do mapa apresenta o detalhe textual seguinte: “Aqui esteve a Missão dos Índios Mequens que foi mudada para o Sitio de Leomil no ano de 1770 por determinação do Governador e Capitão General Luís Pinto de Souza Cout.º”. Essa missão foi fundada em 1754 pelo jesuíta Agostinho de Lourenço que, por meio de instruções régias entregues a Rolim de Moura, foi orientado a fundar aldeias para libertar os índios cativos de guerra.³⁷

A comunidade indígena já havia sido mudada uma vez. Após a fundação da antiga aldeia, na foz do Corumbiara, ocorreu uma epidemia que ocasionou sua transferência para próximo ao rio Mequens. Posteriormente, o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho transferiu novamente a aldeia para próximo ao forte de Nossa Senhora da Conceição,

³⁷ CARVALHO, F. A.L. *Lealdades Negociadas*. p. 153

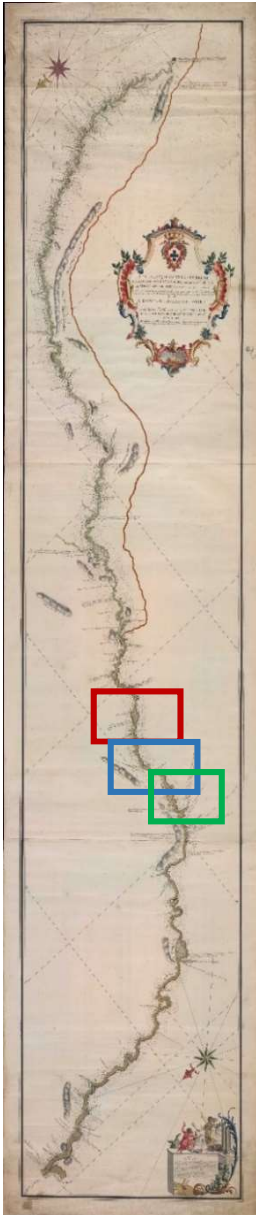
nomeando o local de Leomil. A estratégia consistia em que esses indígenas auxiliassem no sustento da guarnição.³⁸

As notas textuais apresentadas no mapa fazem parte de sua composição, contendo dentro de si a narrativa própria da linguagem cartográfica. O autor do mapa passa a relatar, em meio à representação ilustrativa dos territórios, um pouco do histórico de ocupação e da estratégia de povoamento dessas áreas.

Posteriormente, na segunda representação (destaque em azul da figura 6), encontramos o seguinte texto: “Lugar de Leomil povoado com os Índios que estiveram no Rio dos Mequens no ano de 1770”, indicando o local para onde os índios Mequens foram transferidos. Com essas informações, o mapa passa a abordar dados do passado e contemporâneo daquele período, deixando registrado o histórico das estratégias de apropriação desses territórios.

Figura 6 – Missões Castelhanas, do Mapa 1

³⁸ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 131 e 157.



Fonte: Biblioteca Nacional

Para além de cartografia e histórico de ocupações vemos também as disputas territoriais que ocorreram entre portugueses e espanhóis. Destacamos três partes próximas do mapa que nos trazem referências textuais referente a disputas territoriais ocorridas na fronteira ocidental da América portuguesa. A parte em destaque vermelho exhibe-nos o texto seguinte: “Neste lugar que é da parte de Portugal esteve a Missão de S. Miguel cuja era dos Castelhanos”. No destaque em azul o texto seguinte: “Neste lugar esteve a Missão de Santa Rosa primeiramente”. E, ao final, o destaque verde nos traz o texto: “Na margem direita deste R. Baures, dia e meio de viagem, esteve a Missão Castelhana de S. Miguel q os Portugueses queimaram no ano de 1763”.

Esses três elementos textuais na peça cartográfica expõem a rivalidade a respeito de alguns terrenos na margem do rio Guaporé. As aldeias castelhanas de São Miguel, São Simão e Santa Rosa, localizadas na lateral oriental do rio Guaporé, eram anteriores ao Tratado de Madri, em 1750, porém esse Tratado definiu que essas aldeias passariam a pertencer aos portugueses. Cabe salientar que, em Santa Rosa, foram encontradas minas de ouro, o que motivou instruções reais para conceder sesmarias ao redor desse povoado, para que os sesmeiros evitassem o aumento populacional dos castelhanos no local.³⁹

As aldeias passaram a ser um elemento de disputas entre espanhóis e portugueses, não somente pelo interesse nos indígenas, mas também pela reivindicação dos missionários castelhanos à navegação exclusiva do Guaporé, assegurando que a abertura do rio deixaria vulneráveis suas missões.⁴⁰

Após o Tratado de Madri os espanhóis mudaram as aldeias de Santa Rosa, São Miguel e São Simão para a margem ocidental. A primeira a ser mudada foi a de Santa Rosa, e os missionários procuraram levar juntamente os índios aldeados, o que gerou extensas discussões e negociações entre portugueses e espanhóis. A decisão de ficar ou não no território deveria caber aos indígenas que ali residiam, segundo o Tratado. Porém, o interesse em ter os indígenas ainda sobre sua tutela fez com que os espanhóis atuassem fogo nas plantações, forçando-os a se mudarem da aldeia antiga, que recebeu o nome de Santa Rosa Nova, deixando a antiga localidade, com o topônimo de Santa Rosa Velha.⁴¹

No entanto, a importância da territorialidade fez com que diversos indígenas voltassem para Santa Rosa Velha, o que ocasionou discussões sobre a deserção deles para os territórios portugueses. Já os lusos defendiam-se alegando que os espanhóis foram violentos ao

³⁹ BLAU, A. R. D. *O “Ouro Vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*, p. 79.

⁴⁰ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 108.

⁴¹ BLAU, A. R. D. Op. Cit., p. 80.

queimarem as antigas aldeias, forçando os indígenas a irem para o território ocidental do Guaporé.⁴² Com a migração de muitos indígenas ocorreu o despovoamento de Santa Rosa Nova, que obrigou os espanhóis a mudarem os poucos indígenas para São Pedro.⁴³

No ano de 1761, a aldeia de Santa Rosa foi transformada em Fortim Nossa Senhora da Conceição, mas, devido aos terrenos alagadiços, esse local foi quase completamente destruído em 1771.⁴⁴

Esses territórios passaram por litígios em um longo período, não só pelas terras, mas pelos indígenas que ali estariam. Os interesses no rio e nas minas também vieram a aumentar as tensões locais. No entanto, o que vemos registrado no mapa seria um pouco da história desses territórios conflituosos. Lembramos que populações indígenas por meio de aldeias, missões e vilas foram utilizadas em diversos contextos para ocupação e manutenção de territórios, como veremos melhor mais à frente.

Nesse ponto específico do mapa, as divisões dos limites foram apresentadas exatamente sobre as margens do rio Guaporé, o que se entende pela mudança, realizada pelos castelhanos, das aldeias para a margem oposta, passando a pertencer a margem oriental aos portugueses.

Todavia, as definições políticas das fronteiras pouco importavam para a maioria dos indígenas locais, que habitavam nesses territórios há muitos anos antes da chegada dos europeus. A questão era de conhecimento das coroas ibéricas, que procuravam atrair e manter indígenas em seus territórios, pois sabiam que, caso não houvesse um tratamento adequado, tais grupos se deslocariam para outros territórios. Portugal e Espanha nunca se interessaram pela territorialidade que os grupos indígenas reconheciam desses locais, os termos de limites e disputas nada significavam aos índios que transitavam entre os lados da divisão europeia convencional, pois eles tinham seus familiares, amigos e trocas comerciais nas áreas consideradas tanto portuguesas como espanholas.⁴⁵

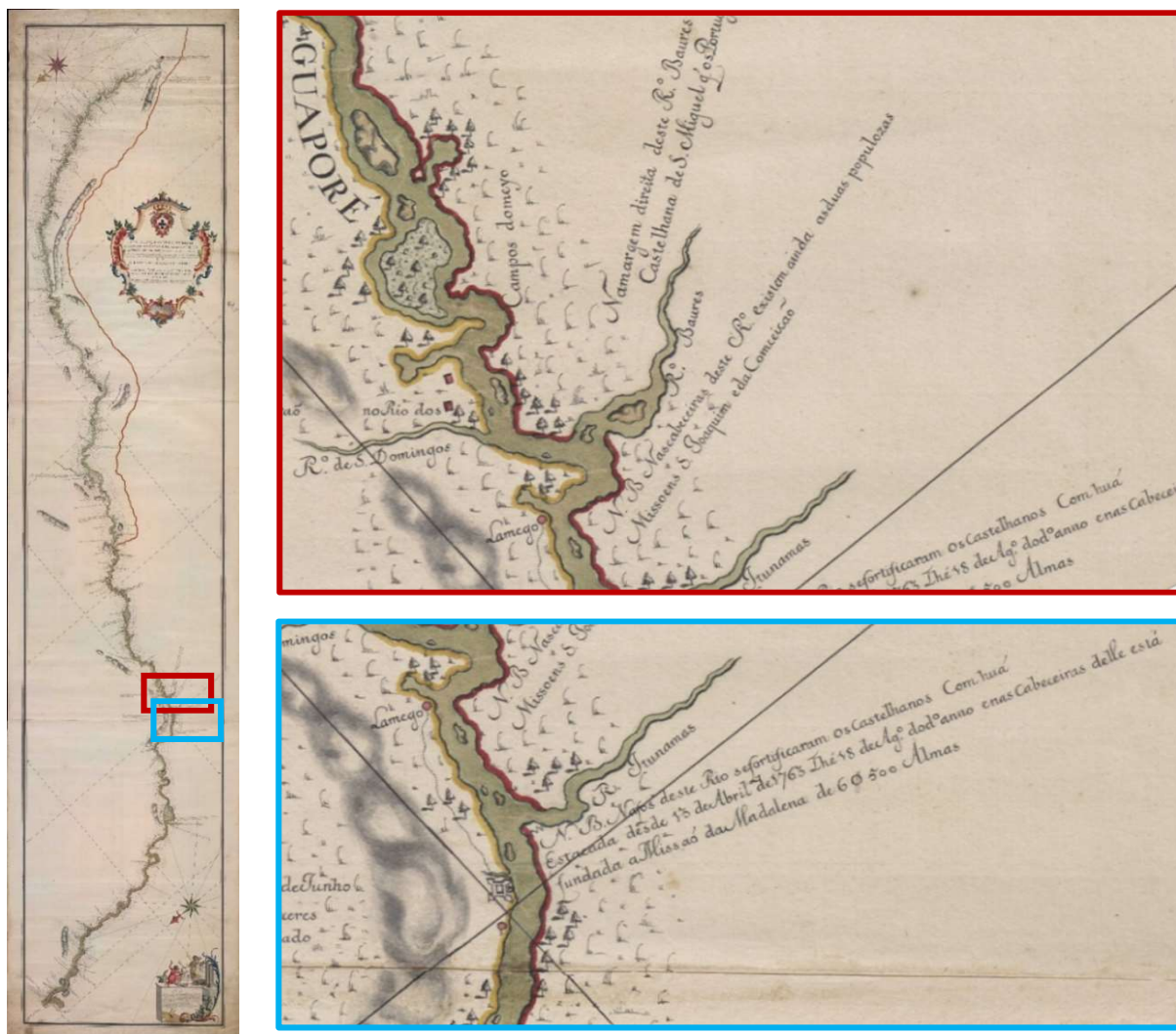
Figura 7 – Territórios espanhóis, do Mapa 1

⁴² BLAU, A. R. D. Op. Cit., p. 81.

⁴³ BLAU, A. R. D. Op. Cit., p. 82.

⁴⁴ JESUS, N. M. *Na Trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*, p.349.

⁴⁵ BLAU, A. R. D. Op. Cit., p. 85.



Fonte: Biblioteca Nacional

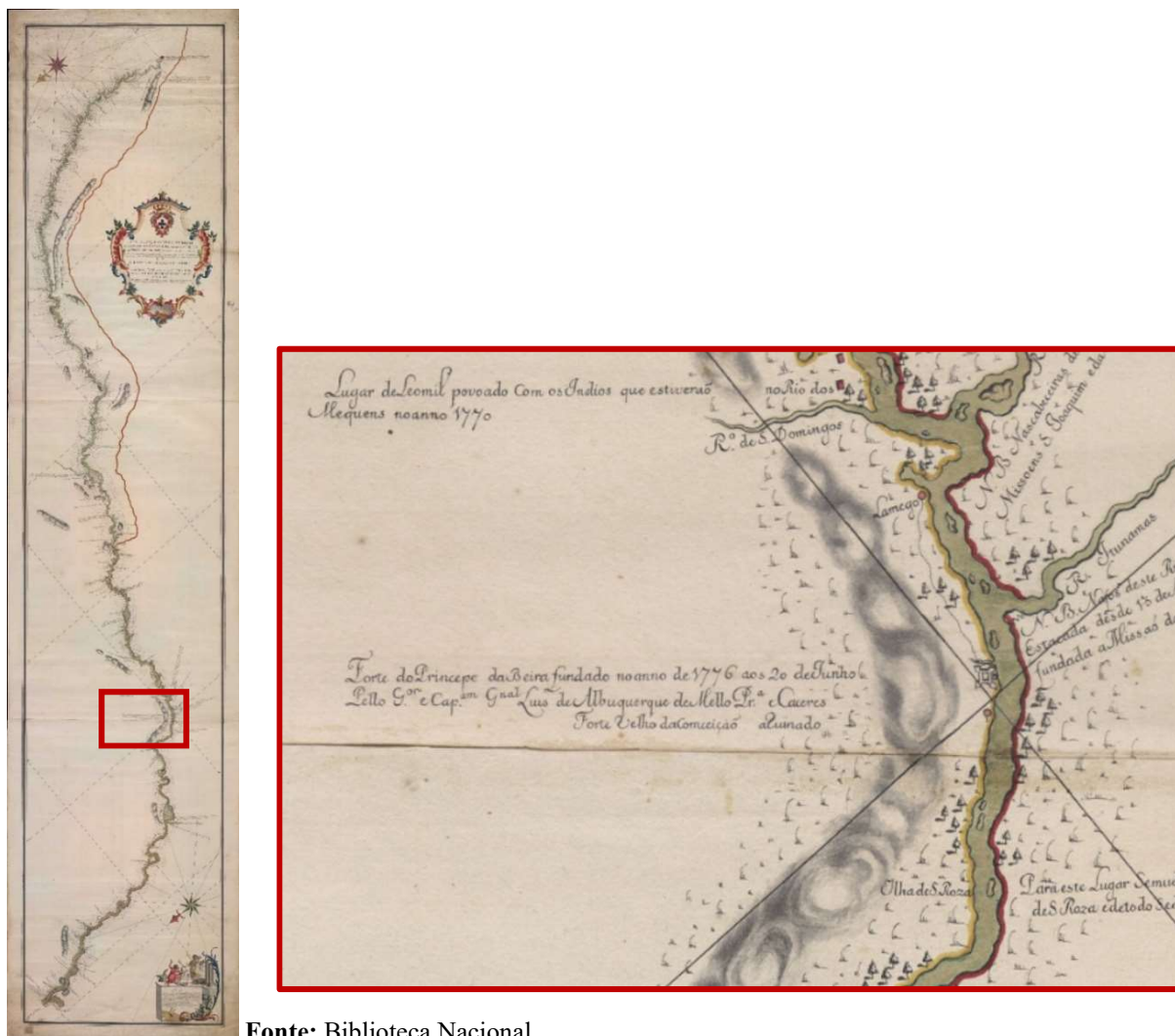
Mais à frente, o mapa apresenta elementos textuais com detalhes de povoados castelhanos. Na parte em destaque vermelho temos o texto: “Nas cabeceiras deste R. existem ainda as duas populosas Missões S. Joaquim e da Conceição”. E no recorte em azul a seguinte informação: “Na foz deste Rio se fortificaram os Castelhanos com uma Estacada desde 13 de abril de 1763. E 18 de agosto do dito ano e nas cabeceiras dele está fundada a Missão de Madalena de 6.500 almas”.

Assim, vemos um breve histórico das ocupações espanholas, com as datas e quantidade de habitantes desses locais. Registrar o histórico em um mapa português demonstra não só o conhecimento a respeito dos territórios dos vizinhos espanhóis, como também a possível ameaça que os locais eram para os domínios portugueses da fronteira.

A ocupação portuguesa e a espanhola em locais estratégicos como o rio Guaporé e Mamoré traziam benefícios de transporte, comércio e minérios. Nessa percepção, o mapa

apresenta as medidas tomadas pela administração local portuguesa para consolidar e manter a posse do rio Guaporé, não só por meio de disputa com territórios espanhóis, mas também com o registro de povoados castelhanos. Conforme afirma Denise Maldini, a fronteira e a conquista eram categorias indissociáveis nesse contexto de disputa.⁴⁶

Figura 8 – Forte Príncipe da Beira, do Mapa 1



Fonte: Biblioteca Nacional

A relevância dos fortes na defesa e manutenção dos domínios era reconhecida em meio a esse contexto de disputas territoriais. No mapa temos a exibição do Forte Príncipe da Beira. O trecho do mapa apresenta a seguinte inscrição: “Forte Príncipe da Beira fundado no ano de 1776 aos 20 de junho pelo Governador e Capitão General Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte Velho da Conceição arruinado”.

⁴⁶ MEIRELES, D. M., *Guardiães da Fronteira. Rio Guaporé, século XVIII*, p. 117.

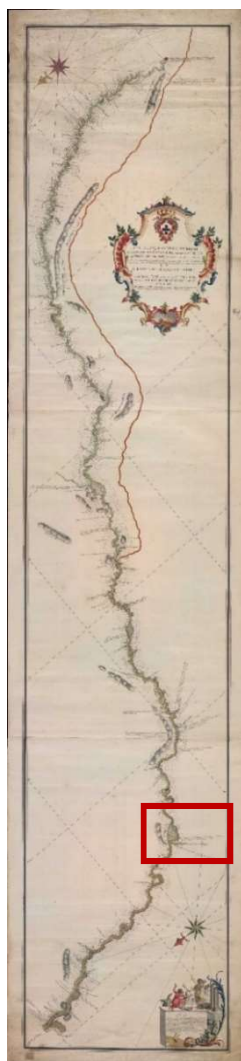
Como exibido anteriormente, o terreno da aldeia de Santa Rosa havia se tornado o forte de Nossa Senhora da Conceição, destruído em 1771 devido aos alagamentos. Os portugueses então procuraram um terreno próximo e menos predisposto a alagamentos e, assim, à pouca distância, fundaram o Forte Príncipe da Beira. Ele foi construído às margens do rio Guaporé, com a finalidade prioritária de defesa e ocupação de território, pois se tratava de uma estrutura física resistente e com um entorno produtivo mantido por não-militares. Era uma edificação autossuficiente, o que seria de grande relevância na possibilidade de ataques longos, caso fosse interrompido o abastecimento do local. O território para a fundação desse novo forte foi escolhido por ser um local estratégico, que permitiria não só barrar os avanços castelhanos e suas missões, como também ocupar mais ainda as margens desse rio.⁴⁷

Vale ressaltar que as ordens da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para essa expedição incluíam a recuperação do forte da Conceição. Mas Luís de Albuquerque acabou por definir um novo local para a construção do forte, devido aos problemas estruturais do antigo forte da Conceição. O Forte Príncipe da Beira passaria a desenvolver a função tanto de guarnição do local quanto de armazenamento de produtos comercializados na rota Guaporé/Amazonas.⁴⁸

Figura 9 – Antiga fortificação castelhana, do Mapa 1

⁴⁷ FERNANDES, S. E. *O Forte Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*, p. 37.

⁴⁸ MORAES, B. S. L. Op. Cit., p. 72.



Fonte: Biblioteca Nacional

Um pouco adiante o mapa apresenta mais referências à ocupação espanhola nas margens dos rios. No local onde o Guaporé se encontra com o Mamoré há o seguinte registro: “Nas cabeceiras deste Grande Rio existe ainda hoje as Missões Castelhanas da Exalt.am S. Anna, S. Pedro novo Trindade, S. Ignácio Loreto”. E um pouco abaixo: “Sitio donde os Castelhanos tiveram estacada e se fortificaram no ano referido 1763”.

Esse ponto inicia a confluência do rio Guaporé com o Mamoré, outro importante rio da região. Reconhecer e registrar os pontos de possíveis ataques dos vizinhos espanhóis era de grande importância na estratégia de defesa da fronteira. A persistência em conquistar a posse do rio Guaporé não foi exclusividade dos portugueses e, por meio dos registros no mapa, torna-se perceptível a intenção dos castelhanos referente da posse do rio.

Figura 10 – Antigas aldeias, do Mapa 1



Fonte: Biblioteca Nacional

Por vezes vemos, no decorrer do mapa, detalhes do trajeto e informações que poderiam ser de interesses para conhecimento do local. O detalhe acima exibe o seguinte texto: “Aqui neste Sitio estiveram os Índios Pacanovas que não existem por terem falecido de doenças”.

Novamente o corpo do mapa apresenta um pouco o histórico desse trajeto feito pelo governador. É sabido que o contato do colonizador com os indígenas contribuiu para a disseminação de diversas doenças, para as quais os índios não tinham imunidade, causando assim uma alta taxa de mortalidade.⁴⁹

⁴⁹ BLAU, A. R. D. Op. Cit., p. 26.

Figura 11 – Dificuldades de navegação, do Mapa 1



Fonte: Biblioteca Nacional

Outro ponto que podemos destacar são os relatos do próprio percurso feito pelos expedidores. No decorrer do corpo do mapa vemos anotações sobre as dificuldades de travessias e perigos apresentados pela rota por meio dos rios Guaporé e Mamoré. Temos em destaque acima um trecho que relata: “Cachoeira da bananeira q hé a pior”. Um pouco abaixo lemos: “Aqui nesta cachoeira da bananeira se fálhou um dia e se descarregaram os botes”.

Possivelmente trata-se de um local no qual se fez impossível atravessar por meio fluvial e os portugueses tiveram que descarregar seus pertences e atravessar por via terrestre. A correnteza e atribuladas cachoeiras existentes em meio aos grandes rios da capitania de Mato Grosso foram relatadas por diversos exploradores e portugueses. Vale lembrar que as rotas fluviais eram a forma principal de se deslocar na capitania e por esse motivo registrar as possíveis dificuldades poderia ser de grande relevância.

Figura 12 – Final da expedição, do Mapa 1



Fonte: Biblioteca Nacional

Ao final do mapa, representado como o fim da rota percorrida, temos a seguinte inscrição: “Aqui nos demoramos um mês enquanto se fizeram várias observações a saber desde 15 de fevereiro de 1774 até 2 de março”. Desse modo indica-se o fim da expedição e a demora em se observar diversos pontos necessários para o reconhecimento do rio e dos territórios.

Lembrando que, ao longo do mapa, foi traçada uma linha amarela, que definiria os territórios pertencentes aos portugueses, e uma vermelha, que determinaria os territórios espanhóis.

Sobre essa linha divisória, também podemos perceber que não representa as definições previstas no Tratado de Madri, embora a produção do mapa ocorrendo posteriormente ao Tratado. As notas apresentadas ao final do mapa trazem algumas informações:

“Notas

1ª Todo o território q’ se divisa ao Norte ou nordeste da divisão amarela pertence ao R.l domínio Português e pelo Contrário todo o outro q’ Separa a cor Incarnada se reputa Cast.o

2ª Tem de largura o grande Rio da Madeira braças

494

3ª Tem o Mamoré _____
ditas _____ 440

4ª Confluência de ambos estes dois Rios ditas
900

5ª De profundidade ambos eles estando Cheios ditas
10

6ª Velocidade da Corrente em hú Seg.do de tempo=a 1/60 de
minuto pal 85/22

7 Vr.am d'Agulha p.a N.E. Na dita Confluência 7º 61.”

A peça cartográfica, intitulado *Carta em q se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré*, foi aproveitada pelo governador Luís de Albuquerque para defender seus interesses sobre a definição de limites acordada no Tratado de Santo Ildefonso. Com o mapa, Luís de Albuquerque contribuiu para um melhor conhecimento dos territórios limítrofes, principalmente no tocante às rotas fluviais e à ocupação da região de fronteira com os domínios castelhanos.

As expedições empreendidas pelo governador, a partir do ano de 1775, objetivavam determinar uma linha de fronteira mais a oeste do rio Paraguai, diferente da ideia vinda desde Rolim de Moura de utilizar o próprio rio como baliza natural. No mesmo ano Luís de Albuquerque ordenou a um grupo de militares reconhecer o local conhecido por *Fecho dos Morros*, próximo ao curso do rio Paraguai, ordem essa que se encontrava nas instruções recebidas em seu início de governo. Além de buscar o reconhecimento do local, Luís também pretendia ocupá-lo para manter privativa a navegação do rio para os portugueses.⁵⁰

Os portugueses já tinham o conhecimento de que os espanhóis haviam fundado, próximo a essa região, a vila de Concepción, e isso seria mais um motivo para fundar um forte nas proximidades, que seria o futuro forte de Nova Coimbra.⁵¹ As discussões acerca da construção de uma guarnição militar já haviam sido iniciadas em governos anteriores, como forma de garantir o comércio e a comunicação fluvial e de prevenir o ataque dos indígenas locais. Vale ressaltar que circulavam os rumores de que os espanhóis das missões de Chiquitos procuravam uma rota de acesso às missões Guaranis.

⁵⁰ MORAES, B. S. L. Op. Cit., p. 88.

⁵¹ MORAES, B. S. L. Op. Cit., p. 88.

Posteriormente, ao tomar conhecimento do Tratado de Santo Ildefonso, durante seu governo, Luís de Albuquerque se utilizou dos documentos cartográficos e das expedições que havia empreendido, e de outras que foram realizadas, para formular um documento chamado de *Ideia Geral*. Tratava-se de um conjunto de documentos produzidos pelo governador, entre mapas e cartas, nos anos de 1780-1781, com a intenção de se rediscutir a linha de limites prevista no Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Luís de Albuquerque, ao tomar conhecimento do conteúdo do Tratado, que excluía dos domínios portugueses alguns terrenos conquistados, como a própria capital Vila Bela, sentiu a necessidade de argumentar, por meio de cartas e mapas, que a expansão portuguesa não se deteve nos anos posteriores ao Tratado de Madri e deveria ser levada em consideração nesse novo Tratado. O conjunto documental foi enviado por Luís de Albuquerque a partir de agosto de 1780, ao então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. No ano seguinte foram enviados alguns mapas produzidos por especialistas conjuntamente com o governador.⁵²

Os mapas produzidos para assegurar seus argumentos de renegociação dos limites do novo Tratado são a *Carta Geographica dos Extensões Territorios, e principaes Rios do governo, e Capitania Geral do Mato grosso, que mais Centralmente confinam aos Dominios Espanhoes d'a America Meridional [...]*, de 1781, ea *Carta Topographica de huma parte da Vasta Capitania do Matto grosso, na qual se mostram as diferentes Picadas, e Exames antecipados [...]*, de 1781.⁵³

Esses documentos foram produzidos por Luís de Albuquerque que, desde o início do seu governo, enviou e participou de expedições para melhor reconhecimento os territórios e rios da capitania. Com isso, veio a adquirir um grande conhecimento desses territórios. O ofício enviado juntamente com os mapas apresentava seus argumentos sobre a linha de fronteira. Por meio de medições de latitude e de longitude, de dados geográficos e demais informações, o governador defendia a contraposição aos artigos do Tratado de 1777. Luís de Albuquerque dividiu a *Ideia Geral* por textos relativos a cada área da fronteira e, ao fim, desenvolveu uma pequena conclusão juntamente com os anexos referenciados ao longo de seu texto.⁵⁴

O primeiro tópico do ofício era *Desde o Prezidio de Nova Coimbra, athe defronte do Marco do Jauru*, no qual se tratava da ocupação da margem ocidental do rio Paraguai,

⁵² MORAES, B. S. L. Op. Cit., p. 95.

⁵³ MORAES, B. S. L. Op. Cit., p. 96.

⁵⁴ AHU, Ofício de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para Martinho de Melo e Castro, 1780. Caixa 21, documento 1287. Apud MORAES, B. S. L. Op. Cit. p. 96.

colocada em prática com a criação do presídio de Nova Coimbra e a Vila de Albuquerque. O segundo tópico intitulou-se *Desde as vizinhanças do marco do Jauru, até salvar o princípio da Cordilheira fronteira a capital de Villa Bella, para Rumo de S.O.* Nele o governador tratou da delimitação da foz do Jauru até a margem do Guaporé pelo artigo X do Tratado. O artigo foi questionado por ele ao longo de sua administração e de seu sucessor, por excluir da capitania de Mato Grosso sua própria capital Vila Bela, a qual deveria ser cedida aos espanhóis.⁵⁵

Em carta régia de 1780, já havia sido recomendado a Luís de Albuquerque a defender esse território e procurar uma alternativa pelos rios Aguapei e Alegre para alongar a linha divisória para oeste e sul. O governador justificava que esse território tinha grande importância para Portugal e nenhuma para Espanha. Além disso, ele alegava também o problema das fugas recorrentes de escravos no local que, por isso, deveria ser mais bem guarnecido⁵⁶.

O terceiro tópico da *Ideia Geral* intitulava-se *Desde por detrás da Serra, ou Cordilheira de Villa Bella, até a Foz do Rio Simão na margem Ocidental do Guaporé.* De forma geral, tratou-se sobre a posse privativa do uso desse rio e sua ação para a fundação de Viseu. O quarto tópico do documento era *Desde a Barra do Rio São Simão no Guaporé, ou suas vizinhanças até a junção dos Rios da Madeira, e Mamoré, ou mais ao Norte onde enfim terminara a navegação comum.* Tratava da preservação dos estabelecimentos fundados muito antes do Tratado Preliminar, como o forte de Nossa Senhora da Conceição e, conseqüentemente, de sua reedificação por meio da fundação do forte Príncipe da Beira⁵⁷.

O quinto tópico tratou do trecho que ia *desde o ponto que se determinar na Margem Ocidental do Rio Madeira para lançar a Linha de Leste-Oeste que há de ligar o Rio Javari; até a embocadura deste Rio das Amazonas, ou Maranhão,* percurso apontado por haver dificuldades na demarcação por ser uma área desconhecida pelos portugueses e espanhóis. Ao final do ofício o governador esboçou conclusões nas quais reforçava as problemáticas que envolviam a demarcação desses limites.⁵⁸

A *Ideia Geral* baseava-se no conhecimento dos limites da capitania de Mato Grosso, desde seus primeiros governadores até o governo do próprio Luís de Albuquerque. O governador procurou, por meio do conhecimento territorial adquirido ao longo dos anos, criar uma estratégia de ocupação territorial para favorecer e dinamizar a comunicação, escoamento,

⁵⁵ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 174.

⁵⁶ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 175.

⁵⁷ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 176.

⁵⁸ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 176.

comércio e a posse das riquezas oferecidas pelo território. Muitos pontos iam contra os limites definidos pelo Tratado Preliminar, o qual Luís de Albuquerque afirmava que prejudicaria os domínios portugueses. Não só a formulação da *Ideia Geral* marcou a contribuição de Luís de Albuquerque para compreensão das estratégias portuguesas nas questões sobre fronteiras, como também suas ações ao fundar diversos povoados e fortes procuraram garantir seu plano de ocupação territorial.⁵⁹ Com base na leitura do território, ele encaminhou as instruções ao seu sucessor e irmão João de Albuquerque.

JOÃO DE ALBUQUERQUE E O TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

Para analisar a conjuntura voltaremos ao personagem principal dessa pesquisa, o quinto governador da capitania de Mato Grosso, João de Albuquerque.

Encarregado, em seu governo, da demarcação de limites, João de Albuquerque, ainda em Portugal, enviou uma carta com suas reflexões à Coroa acerca do Tratado de Santo Ildefonso. Em tom de investigação sobre o Tratado ele questionou primeiramente se “as ideias de meu irmão que concebeu o Plano são em todo, ou em partes aprovadas” pela Coroa. Em seguida, pediu instruções acerca do Tratado para criação de um discurso que teria com os comissários espanhóis ao chegar à capitania.⁶⁰

João de Albuquerque demonstrou interesse na navegação do rio Paraguai, o qual almejava tornar privativo a Portugal para que se mantivesse uma navegação e comunicação constante e sem interrupções entre Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, vontade esta que ele mesmo afirmou ir contra o Tratado.⁶¹ O segundo ponto de interesse de João de Albuquerque são os limites definidos nos artigos IX e X do Tratado. O artigo IX indicava o rio Paraguai como uma baliza natural e que a navegação seria comum às duas coroas. Já o artigo X tratava da linha reta assegurada na foz do Jauru até a margem do Guaporé.⁶²

Ele afirmava que a trajetória poderia permitir que os espanhóis interpretassem de outro modo a linha traçada, o que resultaria em caminhos dentro dos domínios espanhóis, os quais poderiam ser considerados perigosos. Por fim, João de Albuquerque demonstrou a dificuldade da demarcação da margem ocidental do rio Madeira até o Javari, por se tratar de um território

⁵⁹ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 176.

⁶⁰ AHU - Caixa 26. Documento 1537. Reflexões do governador que vai para o Mato Grosso [João de Melo Pereira e Cáceres] sobre as Demarcações. Ca. 1788.

⁶¹ AHU - Caixa 26. Documento 1537. Reflexões do governador que vai para o Mato Grosso [João de Melo Pereira e Cáceres] sobre as Demarcações. Ca. 1788.

⁶² Tratado preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en la América Meridional. Op. Cit.

desconhecido e do qual desconfiava ser em grande parte impenetrável. Ao fim do documento, João de Albuquerque mais uma vez solicitou instruções acerca das demarcações, pois nesse momento já haviam se passado onze anos do início de vigência do Tratado. Ele requereu confirmação da coroa para saber se ela havia concordado com os planos de seu irmão, mesmo parcialmente.⁶³ Provavelmente esses planos poderiam se remeter aos formulados na *Ideia Geral* criada por Luís de Albuquerque anos antes.

Anexo a essa carta havia outra, na qual João de Albuquerque tratava da partida portuguesa de demarcação, com alegações de que essa ficou à espera dos espanhóis por muito tempo. A demora gerou despesas à Real Fazenda da capitania (no sustento de “cavalos, bestas de carga, índios de serviços, embarcações”, entre outros gastos) e, para reforçar suas alegações, ele afirmava que o Conde de Florida Blanca estava convencido das irregularidades do Tratado preliminar e pronto a fazer outro ou corrigi-lo. Por fim, João de Albuquerque afirmou que aguardaria instruções sobre essas questões quando chegasse à capitania.⁶⁴

Assim como os governadores anteriores, João de Albuquerque recebeu suas instruções do irmão ao chegar à capitania e, por meio delas, deveria direcionar seu governo. Porém, qualquer problema de maior relevância deveria ser remetido ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, e com era trocado constantemente correspondência referente a situação da capitania e dos problemas enfrentados no governo.

O IMPORTANTE NEGÓCIO DAS DEMARCAÇÕES

Ao chegar à capitania para assumir o governo, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres foi instruído pelo seu irmão e antecessor, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A instrução foi elaborada com base nas ordens do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, que solicitou que o sucessor fosse instruído em todos os detalhes do *Sistema e Plano* que Luís havia adaptado quanto às demarcações de Limites.⁶⁵

No início da ordem de Martinho de Melo solicitou-se a Luís de Albuquerque que instrísse o sucessor de todas as noções que teria sobre o importante negócio das demarcações, devido ao grande conhecimento adquirido no seu governo, para que João de

⁶³ AHU - Caixa 26. Documento 1537. Reflexões do governador que vai para o Mato Grosso [João de Melo Pereira e Cáceres] sobre as Demarcações. Ca. 1788.

⁶⁴ AHU - Caixa 26. Documento 1537. Reflexões do governador que vai para o Mato Grosso [João de Melo Pereira e Cáceres] sobre as Demarcações. Ca. 1788.

⁶⁵ AHU - Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 - Vila Bela.

Fonte: ARAUJO, Renata Malcher. A Urbanização de Mato Grosso no Século XVII. Local: Editora, 2000. p. 197.

Podemos perceber, assim, a fronteira definida pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), a fronteira proposta pela *Ideia Geral* de Luís de Albuquerque e os limites existente naquele momento na capitania de Mato Grosso, além de algumas importantes fundações portuguesas limítrofes.

Fica evidente que a proposta de Luís de Albuquerque em sua *Ideia Geral* era de expandir em algumas áreas a fronteira portuguesa para além da existente, não só pela questão territorial, mas também pelo interesse na navegação privativa de diversos rios importantes. Com esses elementos podemos compreender melhor as discussões acerca da demarcação proposta por Luís de Albuquerque e como ele pretendeu ocupar tais domínios.

As instruções recebidas por João de Albuquerque remeteram-se, a todo momento, ao “Sistema e Plano das Demarcações” elaborado por Luís de Albuquerque e dividido em seis partes. Na primeira parte Luís de Albuquerque assumiu que seu “Sistema e Plano” em alguns momentos era contrário em relação ao Tratado de Santo Ildefonso, devido à proposta do Tratado ser prejudicial aos interesses de territórios que favoreceriam a capitania. Desse modo, quando a proposta de delimitação do Tratado fosse contrária à indicada na *Ideia Geral*,⁶⁷ não deveria ser permitida. Luís de Albuquerque ainda reafirmou que o Tratado teria diversos erros, pois suas definições beneficiariam unicamente a Espanha e seria contrário aos interesses portugueses.⁶⁸

No segundo item, ele referiu-se aos documentos da *Ideia Geral* e aos mapas geográficos, que poderiam ser encontrados na secretaria, juntamente com quatro volumosos livros cronológicos com todas as correspondências sobre as demarcações de limites trocadas com o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Entretanto, o governador afirmou que ainda não havia nada conclusivo sobre as demarcações de limites e que aguardava um posicionamento Real sobre o Tratado, ou um acordo estipulado entre as duas Coroas.⁶⁹

Na terceira parte, Luís de Albuquerque discutiu sobre como seu sucessor deveria prosseguir com seu *Sistema e Plano* para não se desviar dele em nenhum momento. Os pontos

⁶⁷ Sobre a *Ideia Geral* de Luís de Albuquerque ver: MORAES, B S. L. Dilatar Limites: A “Ideia Geral” de Luís de Albuquerque (1772-1781). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso. 2011. No qual o autor discute exclusivamente esse documento.

⁶⁸ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

⁶⁹ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

principais versavam sobre a consolidação e a sustentação dos estabelecimentos fundados nos limites de fronteira da capitania. Para isso foram informados os locais em que se deveriam ter maiores cuidados, como a povoação de Casalvasco, próximo à Província de Chiquitos, a povoação de Albuquerque e o presídio de Nova Coimbra⁷⁰ (Ver mapa).

No quarto item, o governador tratou da partida de demarcação portuguesa, que havia sido desfeita e logo passou a ser alvo de cobrança dos espanhóis. Com isso João de Albuquerque foi instruído a distrair os comissários sobre esse assunto, seguindo as Reais Ordens. Ele deveria mencionar aos castelhanos que, por ter sido desfeita essa partida por diversos motivos, como a espera por nove anos, as grandes despesas geradas com a espera e as doenças incapacitantes dos oficiais da partida portuguesa fizeram a coroa lusa ordenar o aguardo de uma nova ordem para se criar uma outra partida.⁷¹

Luís de Albuquerque também alertou que seu sucessor não deveria se comprometer com situação que não pudesse executar e deveria se manter fiel às ordens Reais. Ao concluir Luís de Albuquerque salientou que o governador deveria convencer os espanhóis que a demora em reestabelecer a nova partida portuguesa não seria comparável ao tempo de espera que os portugueses aguardaram a partida espanhola.⁷²

O quinto ponto abordado por Luís de Albuquerque referiu-se aos documentos necessários à compreensão do *Sistemas e Plano* que, segundo ele, havia sido adaptado e que a Coroa solicitou ser mantido. O principal documento, salientado por Luís de Albuquerque acerca das demarcações, foi a *Ideia Geral* e poderia ser encontrado no Livro de Registro que estaria na capitania. Demais documentos, como ofícios e cartas trocadas com a Secretaria de Estado Ultramarina, estariam juntos e deveriam ser consultados por João de Albuquerque. Com isso, Luís de Albuquerque passou a descrever a folha e data de cada documento para consulta posterior de seu sucessor.⁷³

No último item de sua instrução, Luís de Albuquerque concluiu que os demais negócios que dependiam do expediente do governador e não respectivo às demarcações deveriam ser

⁷⁰ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

⁷¹ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

⁷² AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

⁷³ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

encontrados nas Coleções das Reais Ordens antigas e modernas nos Livros e Maços de Papeis. E que essas questões deveriam também ser mantidas e reguladas pelo seu sucessor de modo mais útil a coroa portuguesa.⁷⁴

O que podemos perceber na carta instrução é que Luís de Albuquerque apresentou um descontentamento com a Coroa portuguesa por negociar um Tratado que, para ele, parecia muito desfavorável à capitania de Mato Grosso, tema que ele apresentou detalhadamente e para o qual sugeriu as devidas melhorias no documento *Ideia Geral*.

Nesse âmbito, Luís de Albuquerque, como mencionado, solicitou ao seu sucessor que declinasse das perguntas que os administradores espanhóis fariam sobre o início das demarcações e, caso não chegassem novas ordens da Coroa Portuguesa, que deveria informar não poder decidir nada até que sua coroa ordenasse.⁷⁵

Percebemos que, na *Ideia Geral*, Luís de Albuquerque expôs um plano de demarcação, com linhas a serem revistas e mudadas para diferentes regiões, embasada por meio dos mapas produzidos. A partir dessa ideia, o governador localizou brechas nos próprios artigos do Tratado Preliminar de Limites para modificar a demarcação em benefício de Portugal.⁷⁶ Já no Sistema e Plano, que ele deixa como instrução para seu sucessor, o governador apresentou um roteiro de como agir com as demarcações.

Nesse *Sistemas e Plano* percebemos, em alguns trechos, o descontentamento de Luís de Albuquerque com a demora na aceitação por parte da coroa do que seria sua *Ideia Geral*, como em partes que ele alegou que as ordens da coroa deveriam zelar em favor dos Reais interesses, mesmo essas ordens consideradas por ele termos de indecisão e controvérsia absoluta.

Em vários momentos Luís de Albuquerque relembrou que a *Ideia Geral* havia sido levada à presença Real desde 1780. Contudo, após nove anos, não havia nada decisivo ainda e ele não sabia o que realmente a coroa portuguesa havia decidido sobre as definições de limites. Com isso ele só poderia afirmar que deveria aguardar um novo acordo estipulado pelas duas Coroas.

Se fazia parte de uma estratégia maior ou era apenas indecisão da coroa acerca das definições de limites, o governador só saberia posteriormente. Naquele momento a ordem

⁷⁴ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

⁷⁵ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

⁷⁶ MORAES, B. S. L. Op. Cit., p. 140.

maior era aguardar e não permitir o cumprimento do Tratado. Descontente ou não com a situação, caberia à administração da capitania de Mato Grosso aguardar um posicionamento da Coroa Portuguesa sobre o assunto e manter a situação em espera pelo tempo necessário.

Luís de Albuquerque entregou suas instruções ao seu irmão e, receoso, talvez, em deixar a capitania tão rapidamente, adiou sua viagem e só voltou a Portugal em junho de 1790,⁷⁷ o que lhe permitiu auxiliar João de Albuquerque em seus primeiros meses de governo.

Ainda na capitania, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres enviou um ofício⁷⁸ ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, no qual informou ter dado as instruções ao seu sucessor sobre o que ele chamava de “Sistema e Plano das Demarcações”, visto que foi pedido para que se conservasse no mesmo idêntico estado e nem consentido que se modificasse coisa alguma até chegar as novas ordens da coroa. Ainda nesse ofício Luís de Albuquerque confirmou o cumprimento da ordem de desfazer a Partida de demarcações dos domínios portugueses.⁷⁹

⁷⁷ AHU - Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO, do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela.

⁷⁸ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

⁷⁹ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

CAPÍTULO 2

O GOVERNO E A DEMARCAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Ao administrar a capitania de Mato Grosso, com seu extenso território fronteiriço, em momentos de demarcação, João de Albuquerque teve que lidar com as tensões relacionadas à definição de limites e à inquietação dos governadores espanhóis em ocupar os territórios determinados no Tratado de Santo Idelfonso, em 1777.

No início de seu governo, João de Albuquerque recebeu cartas dos comissários espanhóis, que exigiam a evacuação de algumas instalações portuguesas para que seus territórios fossem anexados aos domínios castelhanos. As instruções recebidas pelo governador, de seu antecessor, não permitiam que ele tomasse nenhuma decisão acerca dos assuntos pertinentes à definição de limites e exigiam que aguardasse ordens da coroa portuguesa para qualquer resolução, como foi dito no primeiro capítulo.¹

Concomitantemente João de Albuquerque protelou as intenções demarcatórias dos espanhóis e reforçou a segurança da capitania para um possível ataque, pois a impaciência dos administradores espanhóis só aumentava a tensão. Vigilância e cautela² pareciam ser as palavras de ordem em relação aos espanhóis e rondas, reforços de guarnições e municiamientos foram adotados em espaços estratégicos próximos aos locais reivindicados pelos vizinhos castelhanos.

A ADMINISTRAÇÃO DE JOÃO DE ALBUQUERQUE NA DEFESA DA FRONTEIRA

As discussões de fronteiras sempre ocorreram na capitania de Mato Grosso, desde a sua fundação, devido às disputas por territórios, e não foi diferente no governo de João de Albuquerque. As tensões intensificavam-se devido à demora na execução do Tratado de Santo Idelfonso. Os governadores das províncias espanholas, alguns comissários e o vice-rei espanhol passaram a pressionar João de Albuquerque para que ele desocupasse e restituísse alguns territórios que, segundo o Tratado, pertenceriam aos domínios da Espanha. O

¹ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes Francisco Pedro de Melo. 1790, outubro, 01 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1152 Caixa Nº 25.

² Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes Francisco Pedro de Melo. 1790, outubro, 01 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1152 Caixa Nº 25.

governador português afirmava que deveria esperar a formação de uma nova partida de demarcação, adiando ao máximo qualquer cumprimento do Tratado.

Um dos primeiros atos de João de Albuquerque no governo da capitania foi desfazer a partida de demarcação portuguesa, em cumprimento às ordens da coroa portuguesa. A partida havia sido formada no governo de seu antecessor, Luís de Albuquerque e, devido aos interesses da administração portuguesa, foi desfeita para implementar a ordem de prorrogação de qualquer definição na fronteira. Para assegurar a ordem o governador justificava que há anos os portugueses aguardaram os demarcadores espanhóis para iniciar os trabalhos de delimitação do Tratado de Ildefonso. Porém, os espanhóis não vieram com sua partida, o que causou um grande gasto da capitania na manutenção desses oficiais.³

Entretanto, quando os castelhanos souberam que a partida portuguesa havia sido encerrada pelo governador, eles passaram a exigir rapidamente a criação de outra para dar seqüência à execução do Tratado de limites. As tensões em relação à execução do Tratado delinearão as negociações entre os governadores espanhóis e João de Albuquerque.

No segundo ano de seu governo, João de Albuquerque enviou a Martinho de Melo e Castro algumas cartas, trocadas com o comissário espanhol Antônio Alvares de Sotomayor. Nas cartas o comissário espanhol pedia o cumprimento do Tratado de Ildefonso, por meio das partidas de demarcação e reivindicava, pelo artigo X do Tratado, a posse de alguns locais com fundações portuguesas às margens do rio Paraguai, como Casalvasco e o Forte Príncipe da Beira.⁴

O artigo mencionado, alvo de grandes críticas desde o governo anterior, tratava da delimitação por meio de uma linha reta, desde a foz do rio Jauru até a margem direita do rio Guaporé. O limite excluiria inclusive Vila Bela dos territórios portugueses.⁵

Em resposta ao comissário Antônio Alvares de Sotomayor, o governador João de Albuquerque explicou os motivos que levaram a desfazer a partida portuguesa, e que só poderia compor uma novamente quando recebesse ordens da coroa portuguesa.⁶ O governador

³ AHU – Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela.

⁴ AHU – Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela.

⁵ AHU – Caixa 27, Documento 1573. OFÍCIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, maio, 8 – Vila Bela.

⁶ AHU – Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela.

também esclareceu que quaisquer negociações de localidades só poderiam ocorrer na execução do Tratado Preliminar de Limites (1777) e explicou que o comandante de Casalvasco teria ordens precisas para manter tudo na configuração que se encontrava, caso o comissário resolvesse também pressioná-lo.⁷

O vice-rei espanhol do Rio da Prata, Nicolau de Arredondo, assegurava que, mesmo após assinado o Tratado de Ildefonso, a província portuguesa passou a construir edificações que transgrediam o Tratado, uma dessas seria o Forte Príncipe da Beira. Outros locais violadores do acordo eram Casalvasco e intitulado de *Palácio General*, os quais estariam em discrepância com o artigo X do Tratado. Com essas alegações ele solicitava a demolição desses três locais por serem territórios pertencentes à Coroa da Espanha.⁸

O artigo XVIII do Tratado Preliminar tratava dos rios localizados nos limites entre os dois domínios, em cujas margens não poderiam ser construídos nenhum forte, destacamento, guarda ou povoado. O rio Guaporé era um desses rios, segundo a linha reta do artigo X. Entretanto, havia ali o Forte Príncipe da Beira, construído no governo de Luís de Albuquerque em 1776 e a povoação de Casalvasco, fundada em 1783.⁹

João de Albuquerque alegava que Casalvasco era uma reedificação de uma fraca povoação há muitos anos naquela região e que, para melhor comodidade dos moradores, resolveu-se reorganizar o local. Já o Palácio General nem deveria ser chamado assim, segundo o governador, pois não passava de uma casa na qual seu antecessor, e inclusive ele próprio, ia às vezes para passear. João de Albuquerque afirmava que todas essas questões seriam tratadas na execução do Tratado Preliminar de Limites e, devido aos seus argumentos, seria indispensável manter a povoação de Casalvasco, pois ela não representava nenhuma ameaça e seria um povoado anterior à assinatura do Tratado.¹⁰

Em carta ao Alferes Francisco Pedro de Melo, em 1791, João de Albuquerque pediu vigilância e cautela na execução das rondas observação dos movimentos dos vizinhos, caso

⁷ AHU – Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela

⁸ AHU – Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela.

⁹ Tratado preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en la América Meridional; ajustado y concluido en San Lorenzo, a 11 de octubre de 1777. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tratado-preliminar-sobre-los-limites-de-los-estados-pertenecientes-a-las-coronas-de-espana-y-portugal-en-la-america-meridional-ajustado-y-concluido-en-san-lorenzo-a-11-de-octubre-de-1777--0/html/ff8d38fc-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html#l_1_. Acesso em 12 de maio de 2018.

¹⁰ Tratado preliminar, Op. Cit.

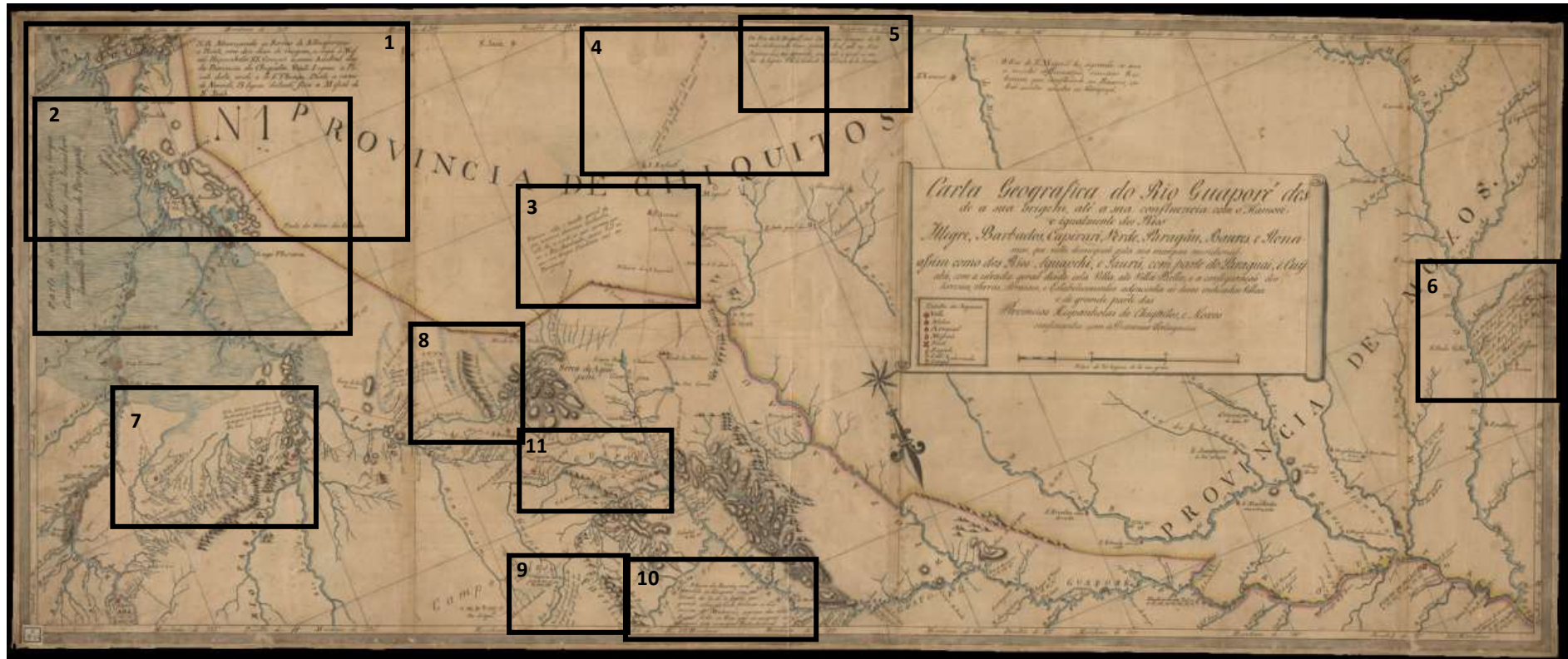
eles tentassem se aproximar.¹¹ Podemos perceber uma intensa movimentação e troca de alguns comandantes feitas por João de Albuquerque no início de seu governo. Ele parecia dar início uma estratégia para o caso de haver algum ataque espanhol, ao mesmo tempo que procurava justificar as posses portuguesas com a fundação anterior a qualquer acordo entre as coroas, utilizando-se, assim, do *uti possidetis*.

A pressão dos comissários e dos governadores espanhóis, inclusive do vice-rei espanhol, para a evacuação de determinados fortes e povoações fazia as tensões na fronteira aumentar ainda mais. Nesse contexto, percebemos a diplomacia de João de Albuquerque ao se esquivar da efetivação das definições dos limites, por vezes utilizando a evasiva de aguardar ordens para qualquer decisão.

As discussões e os litígios nas áreas limítrofes da capitania de Mato Grosso podem ser vistos no mapa em que João de Albuquerque enviou à coroa portuguesa. Por meio da peça cartográfica podemos compreender melhor as discussões inseridas nesses territórios, a movimentação e a fluidez nas fronteiras e a dificuldade em manter os locais limites sob domínio lusitano.

¹¹ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes Francisco Pedro de Melo. 1791, junho, 30 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1199 Caixa N° 26.

Mapa 3 - Carta geográfica do rio Guaporé desde a sua origem



Carta geográfica do rio Guaporé desde a sua origem, até a sua confluencia com o Mamoré : e igualmente dos rios Allegre, Barbados, Capivari, Verde, Paragau, Baures, e Itonamas, que nele desaugoão pela sua margem meridional; assim como dos rios Aguapehi, e Jaurú, com parte do Paraguai, e Cuiabá, com a estrada geral desde esta vila, até Villa Bella e a configuração dos terrenos, serras, arraiaes, e estabelecimentos adjacentes às duas indicadas villas, e de grande parte das provincias hespanholas de [Cartográfico]. Desenho a tinta ferrogálica; 66 x 160. **Fonte:** Biblioteca Nacional

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart522388/cart522388.html

Acesso em 27 de maio de 2018.

O mapa acima, intitulado *Carta Geográfica do Rio Guaporé desde a sua origem, até a sua confluência com o Mamoré: e igualmente dos Rios Allegre, Barbados, Capivari, Verde, Paragáu, Baures, e Itonamas, que nele desaguam pela sua margem meridional: assim como dos Rios Aguapehi, e Jaurú, com parte do Paraguai, e Cuiabá, com a estrada geral desde esta Villa, até a Villa Bella, e a configuração dos terrenos, Serras, Arraiais, e Estabelecimentos adjacentes as duas indicadas Villas e de grande parte das Províncias Hespanholas de Chiquitos e Moxos confinantes com os Domínios Portugueses*, não leva assinatura de autoria. Porém, na obra *A Engenharia militar portuguesa*, o general A. de Lyra Tavares atribui a autoria de um mapa com o mesmo título ao oficial português Ricardo Franco de Almeida da Serra.¹²

Ricardo Franco serviu no Corpo de Engenheiros e veio para o Brasil como Capitão de Infantaria e no exercício de engenheiro. Foi promovido a Sargento-Mor de Infantaria em janeiro de 1790 e a Tenente-Coronel no mesmo ano. Chegou ao posto de Coronel em 1801.¹³ Suas atividades correspondiam às da engenharia militar no período colonial, tais como a construções de fortes, a arquitetura militar, a função de geógrafo e de cartógrafo e a de chefe militar.¹⁴

O mapa apresenta a região de limites entre os territórios portugueses e espanhóis, passando pela capital Vila Bela, Forte Príncipe da Beira, Chiquitos e Moxos e possibilita compreender melhor as discussões territoriais. Ele foi encaminhado à Coroa portuguesa pelo governador João de Albuquerque e compreendeu as expedições ocorridas entre 1781 e 1790 pelos engenheiros responsáveis da demarcação de limites da capitania de Mato Grosso. Ainda consta que Ricardo Franco teve a colaboração do Engenheiro Joaquim José Ferreira, que também tinha a mesma patente de Sargento-Mor no período.¹⁵

O título dado do mapa remete aos locais que foram os pontos de referências para sua produção. A importância dos caminhos fluviais mais uma vez fica evidenciada, pois os percursos foram possivelmente traçados a partir dos principais rios e afluentes. Os rios têm lugar de destaque no centro do mapa e é por meio deles que se traçaram as instalações portuguesas e castelhanas nos arredores.

Outro ponto relevante foi o grande interesse dos portugueses pelas posses fluviais no interior das conquistas. Os rios permitiam comunicação, transporte e, muitas vezes, se

¹² TAVARES, A. L. *A Engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. 1965. p.173.

¹³ TAVARES, A. L. Op. Cit. p. 173.

¹⁴ TAVARES, A. L. Op. Cit. p. 173.

¹⁵ TAVARES, A. L. Op. Cit. p. 173.

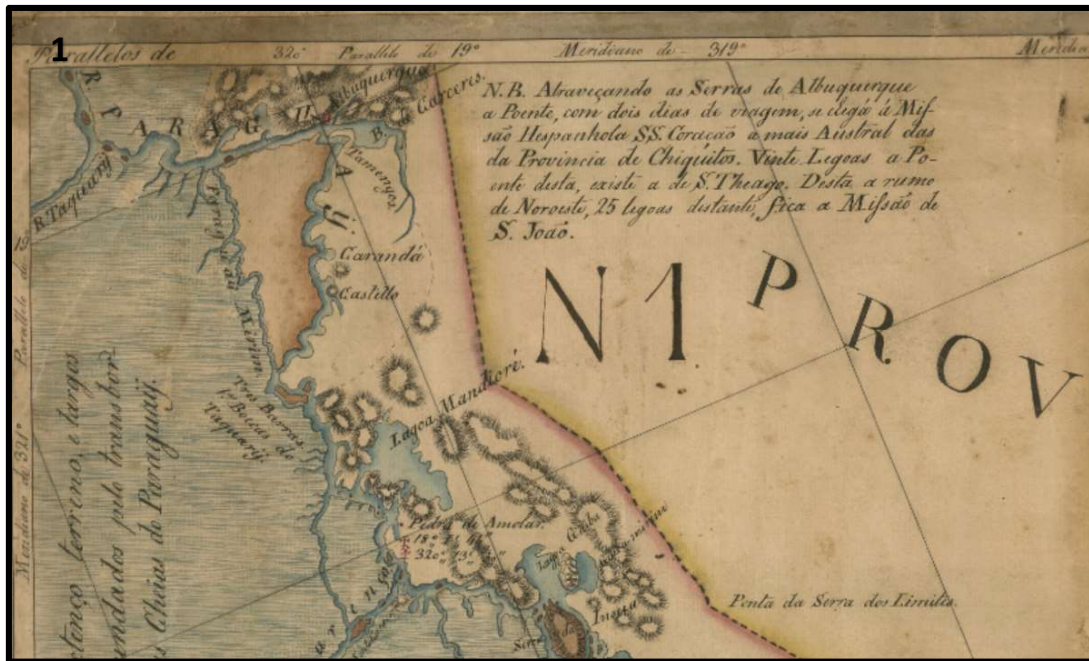
encontravam minérios nesses locais. Ter domínio sobre um grande rio definiria uma locomoção muito mais rápida em meio aos territórios e povoados.

No trabalho cartográfico, Ricardo Franco apresentou vilas, aldeias, arraiais, missões, fortes, registros e as latitudes e longitudes. É uma obra riquíssima em detalhes e anotações por toda sua extensão. Procuraremos então nos deter às que podem facilitar a compreensão das discussões e preocupações da capitania nesse período.

De modo geral, pode-se visualizar uma longa região de limites dos domínios luso-hispanos cortada por uma linha vermelha e amarela que delimitaria o ponto exato dos limites. Por ser uma obra produzida pelos portugueses fica nítido que a linha passava no local de seu interesse. Toda a peça cartográfica tem as respectivas latitudes e longitudes das áreas representadas, a rosa dos ventos, que apresenta a orientação do mapa, e a indicação da flor de lis, em destaque no centro da imagem. O mapa também é riquíssimo em elementos textuais, trazendo informações sobre rotas, povoados e missões castelhanas e portuguesas, distâncias entre alguns povoados e vegetações, entre outras. Destacaremos algumas delas para as discussões do capítulo.

Por meio da ampliação de trechos do mapa procuramos expor mais nitidamente e como referência, enumeramos cada parte retirada apresentadas com os recortes respectivos.

Figura 13 – Recorte 1, Distâncias das missões espanholas, do Mapa 3



Fonte: Biblioteca Nacional.

Vemos, na figura acima, a seguinte nota textual: “Atravessando as Serras de Albuquerque a Poente, com dois dias de viagem, se chega a Missão Espanhola de SS. Coração a mais Austral das da Província de Chiquitos. Vinte Léguas a Poente desta, existe a de S. Tiago. Desta a rumo de Noroeste, 25 léguas distante fica a Missão de São João”.

Como já vimos no capítulo anterior, o registro da localização das missões espanholas era importante não só para o conhecimento do território vizinho, mas também para se compreender de qual local poderiam vir possíveis ofensivas por parte dos espanhóis. Definir esses locais tornaria mais fácil organizar estrategicamente os pontos na fronteira que necessitava de guarnição.

Podemos observar ao longo de todo mapa duas linhas divisórias, em vermelho e amarelo, que indicariam as posses de portugueses e espanhóis, respectivamente. A primeira informação que ressaltamos, então, seria a mais próxima missão castelhana ao limite dos domínios. Nesse momento, como ao longo de vários anos na capitania de Mato Grosso, portugueses e espanhóis procuraram ocupar novos territórios e manter aqueles já adquiridos. De acordo com modelos desenvolvidos para defesa de seus territórios, e em meio a essas disputas é que se desdobraram as inúmeras discussões de posse e limites.

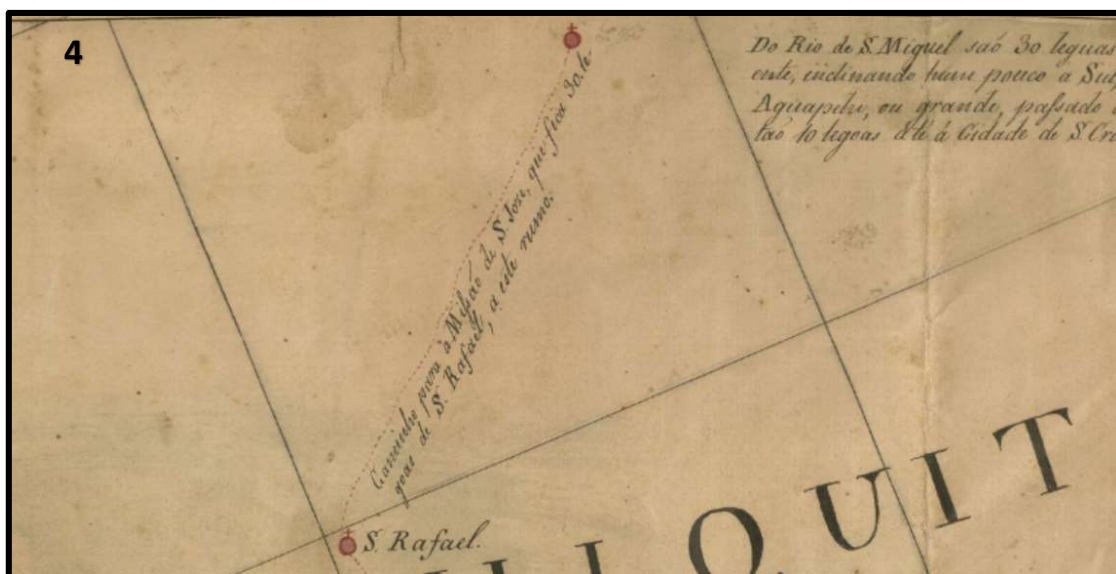


Fonte: Biblioteca Nacional

Na figura 15, que seria indicativa dos territórios pertencentes aos espanhóis e próximos à missão de Santa Ana, também podemos ver anotações acerca da região vizinha, nas quais se menciona a seguinte frase: “Terreno alto, e matto geral de que nascem diversas vertentes, isto e, a norte as que correm para o Rio Barbados, e para Sul as que em largos Pântanos vão ao Paraguai”.

Os conhecimentos dos territórios vizinhos eram de grande interesse por se tratar de uma área que ainda estaria em discussão de limites. Conhecer as fundações, os povoados e os territórios dos espanhóis poderiam ajudar os portugueses nas estratégias de expansão de seus domínios ou na manutenção da região fronteiriça.

Figura 16 – Recorte 4, Algumas rotas, do Mapa 3



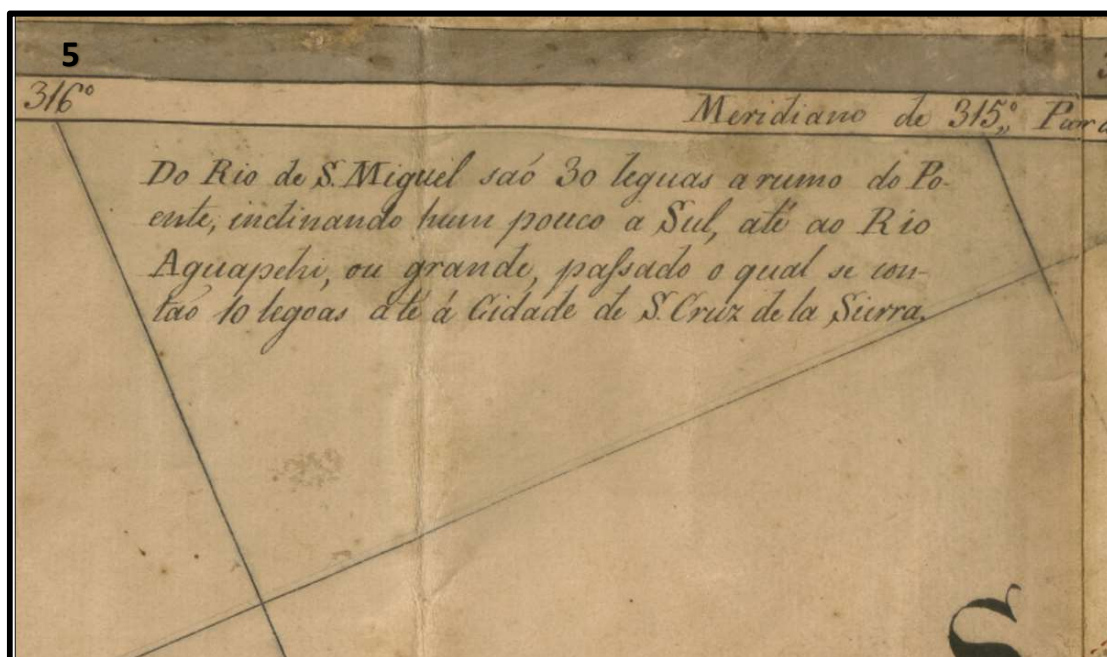
Fonte: Biblioteca Nacional

O destaque acima apresenta rotas inseridas nas conquistas castelhanas, com o ponto de partida na Missão de São Rafael e com o texto: “Caminho para a Missão de S. Joze, que fica 30 léguas de S. Rafael, a este rumo”.

Percebemos tanto nesse destaque quanto no do mapa 1, do capítulo anterior, que eram amplos os conhecimentos dos portugueses em relação aos territórios espanhóis. Eles não se limitavam aos conhecimentos de vilas, povoados e estâncias, mas abrangiam rotas e detalhes da superfície, clima e vegetação. O conhecimento possivelmente decorria de trajetos feitos por portugueses nas terras de Castela. Veremos alguns casos de oficiais portugueses percorrendo as terras castelhanas mais à frente e como eles revelavam à Coroa não somente os terrenos, mas também as estruturas das povoações. Ao apreender os caminhos e territórios vizinhos, a administração lusa desenvolvia suas estratégias territoriais. Além disso, moradores transitavam por esses domínios e traziam consigo informações.

A administração e o planejamento dos limites fronteiriços dependiam do conhecimento para se escolher melhores locais de defesa e colocar instalações militares nos territórios limítrofes.

Figura 17 – Recorte 5, Conhecimento do território espanhol, do Mapa 3

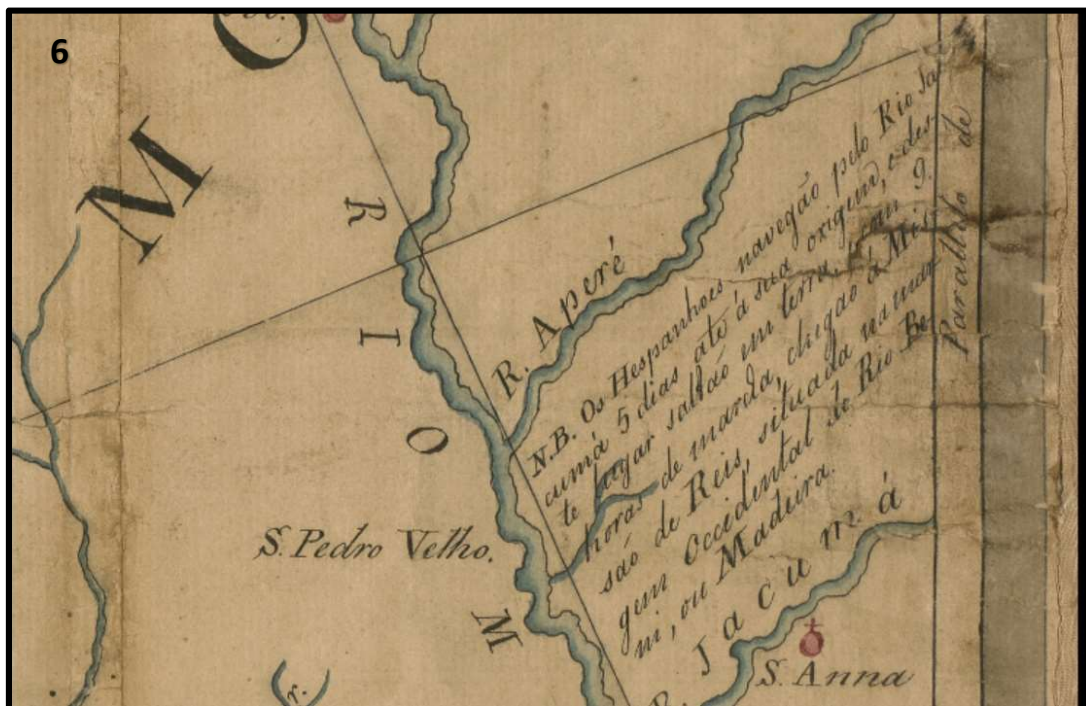


Fonte: Biblioteca Nacional.

Confirmando ainda a ideia de conhecimento luso do território espanhol, temos mais esse detalhe do mapa, que apresenta o texto “Do Rio de S. Miguel são 30 léguas a rumo do Poente, inclinando um pouco a Sul, até ao Rio Aguapehi, ou grande, passado a qual se contão 10 léguas até a Cidade de S. Cruz de la Sierra”.

As definições das distâncias poderiam fornecer a dimensão dos territórios, permitindo assimilar a estrutura do povoamento espanhol. As distâncias referidas no mapa conectavam povoados e rios com a cidade central da administração espanhola, local onde estaria grande parte do aparato administrativo e militar dos castelhanos.

Figura 18 – Recorte 6, Mobilidade Militar, do Mapa 3



Fonte: Biblioteca Nacional

Nesse recorte encontramos um elemento textual que contém informações sobre a mobilidade dos militares castelhanos. O local em destaque encontrar-se-ia distante do território limítrofe, adentrando as missões espanholas de Moxos.

O texto apresentado foi o seguinte: “Os Espanhóis navegam pelo Rio Jacumá 5 dias até a sua origem, e deste lugar saltão em terra, com 9 horas de marcha, chegam a Missão de Reis, situada na margem Ocidental do Rio Beni, ou Madeira”.

Nesse contexto administrativo, o conhecimento do deslocamento dos vizinhos espanhóis poderia ser de extrema importância. Em uma conjuntura de defesa de territórios, conhecer a localização e movimentação de seus rivais era uma grande vantagem e, através desse trecho do mapa, observamos que os portugueses reuniram diversas informações em relações aos espanhóis.

Compreender o percurso do adversário auxiliava significativamente as estratégias de manutenção dos territórios lusos.

Figura 19 – Recorte 7, Territórios lusos, do Mapa 3



Fonte: Biblioteca Nacional.

Agora conduziremos o panorama para as representações dos territórios identificados, segundo o Mapa 3, como pertencentes à Coroa portuguesa.

As informações assemelham-se às obtidas nos territórios castelhanos, porém, vemos mais detalhes nas identificações de povoações, vegetação e relevo. A figura 7 traz a seguinte inscrição: “Estes Ribeirões se perdem em pantanais, que no tempo das aguas desaguam no Paraguai, pelo Rio Novo”.

Análoga à figura 14, o fragmento apresenta mais um local que recebe alagamentos em períodos de cheias. Percebemos pelo mapa que essa área aparece sem povoações e fundações, possivelmente devido à especificidade da região.

Vemos também dois povoados, um em cada lateral da figura. À direita temos Vila Maria, e uma rota em vermelho ligando-a a São Pedro del Rei, com suas latitudes e longitudes. Sabendo-se que a população indígena era de grande importância para o povoamento da capitania, Vila Maria foi fundada por Luís de Albuquerque, em 1778, e foi povoada com indígenas fugidos das missões de Moxos e Chiquitos. Segundo os dados, o local teria no ano de sua fundação cerca de cem índios.¹⁶

¹⁶ BLAU, A. R. D. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*, p. 92.

Figura 20 – Recorte 8, Região Salina, do Mapa 3



Fonte: Biblioteca Nacional.

Acima visualizamos uma informação diferente das tratadas até o momento. Observemos o texto: “Terreno coberto de Suco Salino, de que se tem extraído muito Sal marinho e Salitre”, no qual o autor considerou importante precisar o local que se tem retirado sal nos territórios da própria capitania.

Ao final do século XVIII havia uma preocupação com a descoberta das minas de ferro e sal. Procurava-se encontrar novos potenciais mineradores na capitania e desenvolver técnicas mais modernas de exploração de minérios.¹⁷ A política econômica circulava em torno das explorações mais rentáveis e de meios de fomentar as produções das matérias-primas que advinham dos trópicos. Naquele momento havia uma preocupação de Portugal em reorganizar as explorações coloniais.¹⁸

Considerando os interesses por novos minérios, o registro do território no qual se extrairia salitre vem de encontro com as preocupações do período em que o mapa foi produzido.

¹⁷ SANTOS, N. P. C. *O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados*, p. 20.

¹⁸ SANTOS, N. P. C. *Op. Cit.*, p. 130.

Figura 21 – Recorte 9, Serras e rios, do Mapa 3



Fonte: Biblioteca Nacional.

Podemos observar na figura acima detalhes de serras, com seu respectivos nomes, rios e afluentes. Em diversas partes visualizamos latitude e longitude de pontos como nascentes de rios, vilas e aldeias, entre outros.

Informações sobre rotas e navegações tornam-se comum ao longo da representação cartográfica, com características de estratégias militares de seus oponentes, histórico de ocupações e movimentações de populações locais.

A figura 9 apresenta o seguinte texto próximo ao desenho do rio Juruena: “Vertente principal do Rio Tapajós, navegavel por canoa do ponto A para baixo”, que faria parte das indicações de rotas para se movimentar nos territórios do interior da colônia portuguesa, dados esses que aparecem em diferentes locais do mapa.

Figura 23 – Recorte 11, Vila Bela, do Mapa 3



Fonte: Biblioteca Nacional.

Apresentamos, por fim, a figura 11, que traz o destaque da localização da vila-capital, Vila Bela. Podemos ver um conjunto de montanhas em um formato quase circular conhecido como Serra do Aguapehi, de onde sai a nascente do rio Aguapehi. Em destaque também se vê, ao centro, o rio Guaporé. Cabe destacar que o corpo do mapa apresenta uma linha divisória em sua extensão, porém, nesse fragmento vemos uma linha vermelha cortando de uma extremidade à outra, saindo da foz do Jauru ao rio Guaporé, passando abaixo de Vila Bela. Essa linha representa a linha reta que constava no artigo VII do Tratado de Madri e novamente no artigo IX do Tratado de Santo Ildefonso.

Expor essa linha, alvo de grande descontentamento por parte dos governos da capitania de Mato Grosso, em um mapa que trata de uma linha divisória muito distante desse território, nos leva a acreditar que esse assunto ainda não havia sido resolvido. Por mais que a entrega da vila capital para ser anexada aos territórios castelhanos era algo inaceitável para seus administradores, o acordo das coroas ibéricas inseriu o referido ponto em dois Tratados acordados entre ambas.

Podemos notar também a localização de diversas propriedades rurais ao longo dos rios com os nomes de seus possíveis proprietários e a proximidade da fundação de Casavasco da vila-capital.

A riqueza encontrada na produção cartográfica vai além de uma compreensão espacial. Por vezes o mapa mostra-se como produto de construções sociais e meio de comunicação entre os administradores locais e os oficiais portugueses mais distantes da colônia. Sua forma de expressão, por meio de linguagem gráfica e elementos textuais, nos leva a refletir sobre a relação do homem com o território – nesse caso, dos portugueses com os limites da capitania de Mato Grosso.¹⁹

Essas imagens retratam o modo de articular e estruturar os territórios que os portugueses passaram a empregar na capitania e a inventariar os lugares conquistados e descobertos. No contexto de conquistas a representação cartográfica era uma forma de apropriação simbólica dos territórios e o mapa um instrumento de poder.²⁰

O mapa 3 exibiu a representação de parte da capitania de Mato Grosso, com enfoque na fronteira, porém, por se tratar de territórios habitados há muito tempo pelos nativos americanos, reconhecemos que tanto no mapa 1 como no 3 em nenhum momento foram registrados os territórios das nações indígenas. Eles se enquadrariam nos elementos ocultados pelo enfoque pré-definido das disputas territoriais. A projeção cartográfica, em sua ausência de elementos, retrata as conquistas da colonização europeia, apagando os diversos grupos indígenas habitantes desse vasto território. Aquele que delinea o mapa simplesmente passa a omitir aspectos que estariam fora de seus propósitos discursivos.²¹

A peça cartográfica apresentada procurou definir o que seria considerado pelos portugueses como seus territórios e suas fronteiras, adquirindo uma autoridade legitimada pela elite oficial que a produziu, como Brian Harley afirmou em um de seus textos, *O mapa nunca é neutro*.²²

Ao transportar essas definições para o contexto colonial, a cartografia apresentada nos permite pensar sobre o projeto de construção do espaço imperial e as dimensões da intensa procura por definir os limites, marcando os locais em que cessariam os domínios dos portugueses e iniciariam os dos espanhóis na capitania.²³

A DIPLOMACIA DE JOÃO DE ALBUQUERQUE E OS GOVERNOS FRONTEIRIÇOS

¹⁹ GOMES, M. C. A., *Velhos mapas, novas leituras*. p. 67-79.

²⁰ GOMES, M. C. A., Op. Cit., p. 67-79.

²¹ HARLEY, B., *La Nueva Naturaleza de Los Mapas*, p.185-207.

²² HARLEY, B., Op. Cit., p.187-207.

²³ GOMES, M. C. A., Op. Cit., p. 67-79.

Retornaremos, então, ao governo de João de Albuquerque, com destaque à diplomacia, após compreender um pouco das determinações que procuraram configurar as fronteiras e as disposições dos espaços limítrofes. Sabemos que a capitania de Mato Grosso contava com uma extensa fronteira com os domínios de Castela. Ela fazia limites com as Províncias²⁴ de Chiquitos, Moxos e do Paraguai.

A Província de Moxos²⁵ tinha como sua capital a cidade de San Pedro e estava situada a duas léguas da margem oriental do rio Mamoré. No período dos jesuítas ela chegou a ter trinta mil moradores; já no fim do século XVIII tinha apenas vinte mil habitantes.²⁶ Lázaro de Ribeira governou a província de Moxos entre 1786 e 1792. Nascido em Málaga, em 1756, ele era topógrafo e conhecedor de fortificações. Após alguns anos foi nomeado para o governo da Província do Paraguai, o qual administrou entre 1796 e 1805.²⁷ Foi sucedido no governo de Moxos por Miguel Zamora Frevino Navarre Manrique de Lara, que iniciou seu governo em 1792.²⁸

Já a Província de Chiquitos tem seu nome derivado da palavra *chiquito*, que significa pequeno, devido à crença equivocada na baixa estatura dos grupos localizados no oriente boliviano.²⁹ Ela tinha como sua capital San Ignacio de Velasco, localizada no Chaco, e suas vilas mais próximas da capitania de Mato Grosso eram San Ignacio, Santa Ana, San Rafael e San Miguel.³⁰ O governador em 1789 era Manuel Ignacio de Zudanches, que ficou no poder até 1791, precedido por Antônio Carvajal³¹, e sucedido pelo governador Belchior Rodrigues.³²

²⁴ Por meio de reduções, a Companhia de Jesus desenvolveu um projeto missionário e civilizador na América. Ofereciam uma possibilidade de sobrevivência aos indígenas em um momento hostil em uma conjuntura em que estavam ameaçados pelos ataques dos bandeirantes e dos colonos. As missões se tornaram importantes do ponto de vista geopolítico, pois, com ajuda dos missionários seria possível atrair mais populações para efetivar seus domínios e povoar os limites territoriais. Moxos e Chiquitos chegaram a ter quinze e dez missões, respectivamente. ANZAI, C. L. *Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso*, p. 255.

²⁵ As missões de Moxos foram fundadas a partir de 1682, e em 1713 contava com 17 reduções e 24.914 índios batizados. CARVALHO, F. A. L. *Alguns informes de funcionários ilustrados sobre as antigas missões de Mojos e Chiquitos, em fins do século 18*. 2014.

²⁶ ANZAI, C. L. *Op. Cit.*, p. 255.

²⁷ CARVALHO, F. A. L. (2014) *Op. Cit.*, p. 3.

²⁸ AHU – Caixa 29. Doc. 1629. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 27, Vila Bela.

²⁹ Esses povos do planalto foram chamados assim porque eram de tamanho pequeno. Todavia, não passava de um equívoco devido à pequena altura da entrada das suas habitações. Ver: ANZAI, C. L. *Op. Cit.*, p 256.

³⁰ ANZAI, C. L. *Op. Cit.*, p 256.

³¹ AHU – Caixa 27, Documento 1585. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, setembro, 4 – Vila Bela.

³² CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo. 1793, novembro, 21 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1320 CAIXA Nº 28.

A Província do Paraguai³³, no período de governo de João de Albuquerque, tinha como governador o coronel Joaquim de Alós y Brú. Designado para o cargo em 1786, só o assumiu em agosto de 1787, e seu governo durou até 1796, coincidindo com o final do governo de João de Albuquerque.³⁴ Pela proximidade das Províncias do Paraguai e de Chiquitos, muitos territórios reivindicados pelos respectivos governadores eram os mesmos.

Com isso João de Albuquerque passou a suportar simultaneamente a pressão de três governadores, devendo negociar territórios e defender aqueles já ocupados pelos portugueses.

No ano de início do governo de João de Albuquerque, Joaquim Alós enviou um oficial para o presídio português de Nova Coimbra com pretexto de comunicar sobre “negócios de grande importância com o comandante da Povoação de Albuquerque”. Entretanto, o oficial não conseguiu chegar à povoação, pois foi abordado por oficiais portugueses na margem do rio Paraguai. Ao tomar conhecimento do trânsito de oficiais espanhóis nos domínios portugueses, como no caso acima, a primeira medida administrativa quanto à defesa da capitania por João de Albuquerque foi substituir alguns comandos das instalações portuguesas e guarnecer alguns locais estratégicos. Com isso ele destacou para o comando do Presídio o sargento Mor Joaquim José Ferreira e mais cento e setenta homens de armas e munições.³⁵

O receio de os oficiais espanhóis buscarem informações³⁶ para um possível ataque na povoação de Albuquerque ou no presídio de Nova Coimbra reforçou o clima de tensão da fronteira, pois os locais eram declaradamente de grande interesse do governador do Paraguai, que insistia em suas correspondências que os territórios pertenceriam aos domínios espanhóis.

O Presídio de Coimbra, local de destino do oficial espanhol, foi fundado na margem direita do rio Paraguai, em 1775, pelo governador Luís de Albuquerque, com o intuito de revalidar as posses lusitanas e em resposta à fundação da Missão de Belém e de Vila Real de Concepción no mesmo período. Sua localização estrategicamente pensada deu-se em um terreno de formação rochosa e acompanhado de uma pequena cadeia de morros na margem oposta,³⁷ o que permitiu uma guarnição por todos os lados, como demonstra o Mapa 4.

Mapa 4 - PLANO do Monte em q[ue] existe o Presídio de Nova Coimbra

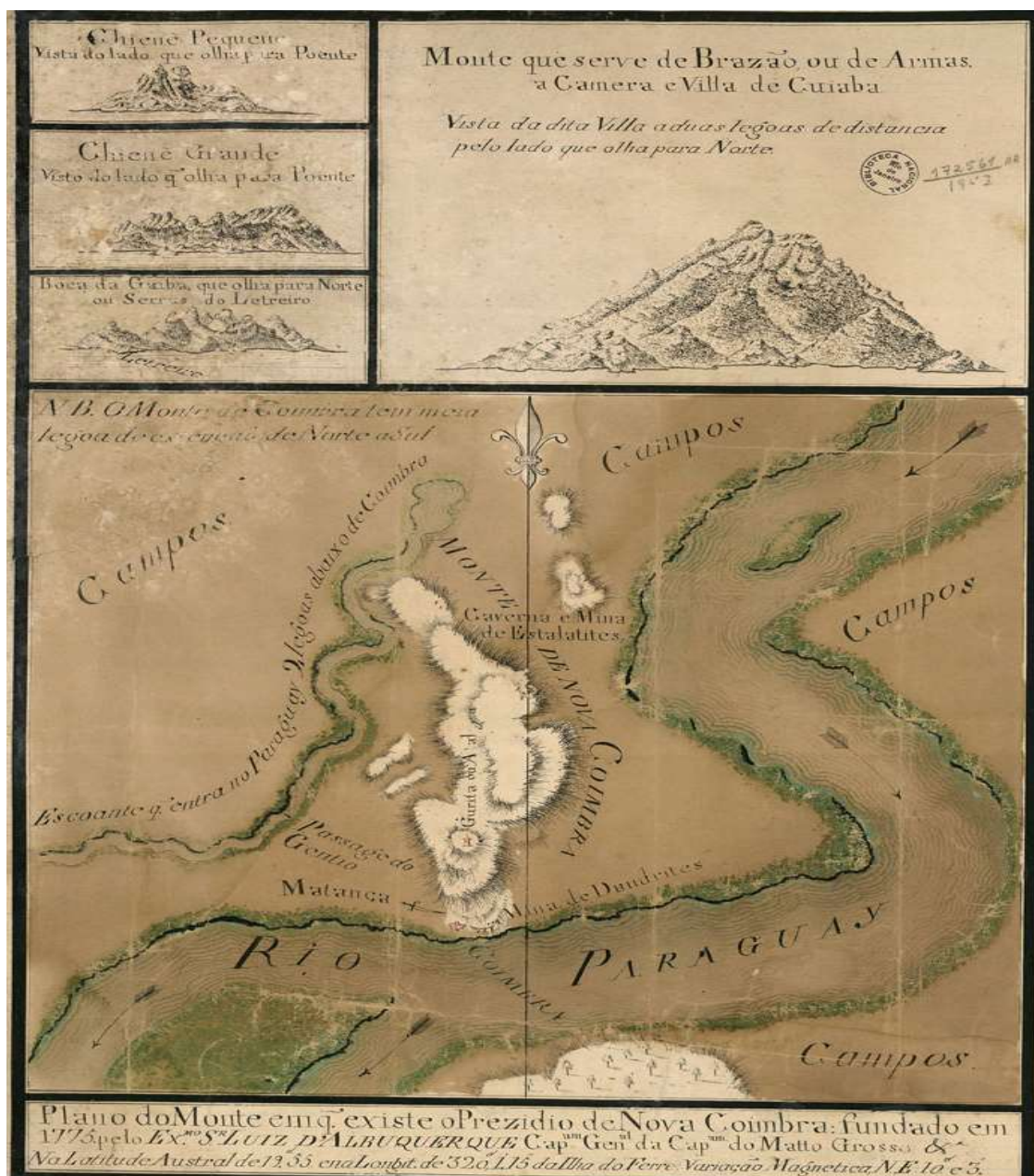
³³ Localizada mais ao sul da fronteira, a província remonta de um tempo muito anterior, iniciando sua povoação em 1537 e sua capital era a cidade de Assunção. O início de sua povoação deu-se em 1537. CARVALHO, F. A. L. (2014) Op. Cit.

³⁴ CAMPOS, H. C. *Los Bandos del Buen Gobierno de la Provincia del Paraguai 1778-1811*. p. 22.

³⁵ CAMPOS, H. C. Op. Cit., p. 22.

³⁶ Das questões de espionagem trataremos mais à frente dado serem recorrentes nas estratégias dos governadores espanhóis e do governador português para lidar com as questões de fronteira.

³⁷ TULUX, B. M. *O Presídio de Miranda e a Defesa do Império Português na Fronteira Sul da Capitania de Mato Grosso (1797-1822)*. p. 38.



Plano do Monte em q[ue] existe o Prezidio de Nova Coimbra [Cartográfico] : fundado em 1775, pelo Exmo Sr. Luiz D'Albuquerque Cap. Gen. da Cap. do Mato Grosso. Desenho a nanquim ; 51,4 x 35,6. **Fonte:** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart172561.jpg. Acesso em 12 de maio de 2018.

O mapa 4 tem por título *Plano do Monte em q[ue] existe o Prezidio de Nova Coimbra: fundado em 1775 pelo Ex.^{mo} S^r Luiz D'Albuquerque Cap^m Gen^{al} da Cap^{nia} do Matto Grosso* e apresenta cinco paisagens montanhosas localizadas na capitania de Mato Grosso. As três primeiras, à esquerda, retratam diferentes lugares das áreas mais inundáveis do Pantanal, cujo relevo é bastante dinâmico: acima Chiene Pequeno, no centro Chiene Grande e abaixo a boca da lagoa Gaíba, com a serra dos Letreiros. O quadro médio, à direita, traz o morro utilizado no brasão da Vila de Cuiabá, o morro de Santo Antônio, com a inscrição: “Monte que serve de

Brasão, ou de Armas a Câmara e Villa de Cuiabá, Vista da dita Villa a duas léguas de distância pelo lado que olha para o norte”.

Já o quadro maior seria a representação da vista superior de Coimbra, com a indicação de sua extensão de meia légua no total e o presídio localizado no centro do mapa, em meio às montanhas. Um pouco abaixo, mas ainda próximo ao presídio, o mapa faz referência a um caminho de passagem dos povos indígenas. O local permitia uma boa posição para ataque e defesa, porém, se situava à margem direita, que pertencia aos domínios espanhóis, o que o tornou grande espaço de desentendimentos pelos dois governos.

Com a proximidade de um oficial espanhol ao local o governador enviou, além de um novo comandante para o presídio, munições e ordens para o caso de que alguns espanhóis voltassem a visitar Coimbra. As mesmas ordens deveriam ser passadas ao comandante da povoação de Albuquerque, localizada próxima ao presídio.

Nessas ordens estavam expressas que os comandantes não teriam poder algum para tratar das demarcações e que só no ato da demarcação, com a presença dos portugueses e espanhóis, seriam determinados os domínios para que cada um ficasse na posse dos terrenos que lhe pertencessem.³⁸

João de Albuquerque afirmou que, antes da demarcação, era considerado uma forma de violência qualquer protesto sobre o direito a território por parte dos espanhóis, pois cada domínio deveria ser mantido nos limites que já possuía.³⁹

Também argumentou que não poderiam os espanhóis adentrar nos domínios portugueses nem navegar onde seria compreendido terreno lusitano e que o artigo XIX do Tratado Preliminar de Limites, conforme lembrava João de Albuquerque, demonstrou que seria expressamente proibida qualquer forma de ocupação em territórios novos até serem examinadas as dúvidas nas devidas cortes.⁴⁰

Na sequência o governador esclarecia que os portugueses não pretendiam nenhuma hostilidade ou violência contra os espanhóis, mas não permitiriam que eles adentrassem ou

³⁸ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

³⁹ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

⁴⁰ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

tomassem posse de terrenos da capitania, pois defenderiam suas posses.⁴¹ Mesmo com as alegações de João de Albuquerque, Joaquim Alós insistia que esse local pertenceria aos domínios espanhóis devido ao artigo IX do Tratado de Ildefonso, o qual teriam a obrigação de fazer cumprir. O governador espanhol solicitou a retirada de todos os habitantes dessa área imediatamente para ela ser anexada aos domínios espanhóis. Somente a navegação do rio Paraguai e Jauru seria comum aos portugueses e espanhóis.⁴²

O artigo IX do Tratado mencionou especificamente essa área e afirmou que a linha divisória seguiria da foz do rio Igurey até encontrar o declive principal do rio mais próximo que prosseguiria para o rio Paraguai, por meio da margem oriental. Desse ponto a linha seguiria até o próprio rio Paraguai e dali para o rio Laguna de los Xarayes.⁴³

Joaquim Alós aguardava que fosse atendido esse pedido, feito formalmente e acordado entre as coroas pelo Tratado, entretanto, se ele não fosse atendido, o governador afirmou que tomaria outras medidas.⁴⁴ Quais medidas eram não poderemos afirmar, mas pelas costumeiras ameaças de ataques que observamos em diversas correspondências acreditamos na possibilidade de intimidação dos portugueses por meio de uma suposta ofensiva ao presídio de Coimbra.

Mesmo com as negociações realizadas diretamente com o governador espanhol, João de Albuquerque instruiu os comandantes de Coimbra e Albuquerque da mesma forma que havia sido instruído por seu antecessor. Segundo o governador, nada deveria ser alterado nas possessões da coroa portuguesa, pois qualquer mudança deveria ser feita com a formalidade recomendada e determinada das demarcações. Já as instruções dadas pelo governador aos oficiais militares eram sempre ter atenção e as necessárias cautelas no contato com os

⁴¹ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

⁴² AHU – Caixa 27. Doc. 1595. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, novembro, 1, Vila Bela.

⁴³ Tratado preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en la América Meridional; ajustado y concluido en San Lorenzo, a 11 de octubre de 1777. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tratado-preliminar-sobre-los-limites-de-los-estados-pertenecientes-a-las-coronas-de-espana-y-portugal-en-la-america-meridional-ajustado-y-concluido-en-san-lorenzo-a-11-de-octubre-de-1777--0/html/ff8d38fc-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html#l_1_. Acesso em 25 de setembro de 2017.

⁴⁴ AHU – Caixa 27. Doc. 1595. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, novembro, 1, Vila Bela.

espanhóis. Caso os espanhóis fossem hostis, eles deveriam então responder da mesma forma para não permitir que se apossassem de nenhum território português.⁴⁵

Um ano após a tentativa de visita ao presídio, o Sargento Mor Engenheiro Joaquim José Ferreira, comandante do presídio de Nova Coimbra e da povoação de Albuquerque, informou que o chefe dos gentios Guaicurus havia trazido a notícia de que os espanhóis estavam em preparação tanto na cidade de Assunção quanto em paragens na margem do rio Paraguai, próximas ao presídio de Coimbra, com muitas tropas, embarcações, artilharias e municionamentos.⁴⁶

Poucos meses depois chegaram ao presídio mais dois capitães Guaicurus. Eles informaram que os espanhóis estariam reunindo mais tropas com pessoas e barcos, à espera de outros oficiais que chegariam pelo rio Paraguai, com a intenção de tomar a força o presídio. Para o ataque eles teriam auxílio de alguns índios da nação Guaicurus. Como analisaremos mais à frente percebemos diversas vezes a participação desses indígenas nas estratégias da demarcação das fronteiras.⁴⁷

Um ataque ao presídio de Nova Coimbra, como analisou o engenheiro Joaquim José Ferreira, demoraria quarenta dias se os soldados partissem da cidade de Assunção, pois seria muito difícil qualquer ataque a esse presídio por causa da grande despesa e navegação, devido à localização desse presídio no centro de um pantanal. Todavia, se os espanhóis tomassem primeiro a povoação de Albuquerque, seria mais efetivo o ataque com a missão de Chiquitos, pois assim dividiria as forças de ofensiva.⁴⁸

Joaquim José Ferreira apresentou sua preocupação ao governador João de Albuquerque, dado que o presídio possuía pouquíssima guarnição e, devido à sua má construção, segundo ele, precisaria de seiscentos homens para defendê-lo. Com isso os homens no local seriam sacrificados e o sargento não poderia socorrê-los, para não deixar desprotegido o povoado de

⁴⁵ AHU – Caixa 27. Doc. 1595. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, novembro, 1, Vila Bela.

⁴⁶ AHU – Caixa 29. Doc. 1628. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 26, Vila Bela.

⁴⁷ AHU – Caixa 29. Doc. 1628. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 26, Vila Bela.

⁴⁸ AHU – Caixa 28, Documento 1620. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, setembro, 20 – Vila Bela.

Albuquerque. Naquele momento havia ali aproximadamente cento e quarenta praças, com dragões, pedestres e auxiliares de remo. Já Coimbra contava com cinquenta e sete homens.⁴⁹

Simultaneamente às discussões com o governador do Paraguai, João de Albuquerque negociou com o governador da Província de Chiquitos, Manoel Ignácio de Zudanhes. O primeiro assunto tratado foi a partida de demarcação portuguesa, desfeita assim que João de Albuquerque chegou a Vila Bela.⁵⁰ João de Albuquerque informou que, devido à espera e aos altos custos para se manter a partida, ele foi ordenado a desfazê-la, e que ela só poderia ser refeita quando chegassem ordens da coroa portuguesa.⁵¹

Percebemos a insistência dos governadores espanhóis nas formações das partidas que executaria os limites do Tratado de Ildefonso, contrária à ação anterior dos castelhanos em não comparecer por vários anos no período em que os portugueses esperavam com sua comitiva a demarcação. Poderiam eles ter mudado de opinião sobre a efetivação das demarcações ou eram apenas estratégias para pressionar os portugueses a ceder territórios?

Na sequência das correspondências, Manoel Ignácio demonstrou a pretensão que tinha sobre o terreno de Casalvasco, e alegou que esse local pertenceria aos domínios espanhóis segundo o artigo X do Tratado de Limites, que versava sobre a linha reta que iria da foz do Jauru ao Guaporé. João de Albuquerque apresentou sempre as mesmas justificativas, afirmando as fundações anteriores aos Tratados, buscando se valer do *uti possidetis* para manter os territórios. Ele afirmou que Casalvasco já existia há mais de 20 anos e que se tratava de um antigo povoado reedificado.⁵²

Casalvasco (1783), como já introduzida anteriormente no mapa 3, foi fundada por Luís de Albuquerque com intenção de concretizar a posse da margem do Guaporé, oito léguas de Vila Bela da Santíssima Trindade. O governador anterior insistia que o território era utilizado para hospedar os oficiais da partida espanhola, quando essa viesse para a demarcação. Assim,

⁴⁹ AHU – Caixa 28, Documento 1620. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, setembro, 20 – Vila Bela.

⁵⁰ AHU – Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela.

⁵¹ AHU – Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela.

⁵² AHU – Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, julho, 4 – Vila Bela.

o local afastaria os oficiais espanhóis o máximo possível da Vila Capital.⁵³ Casalvasco tinha então uma função estratégica na capitania, pois, como afirma Araújo⁵⁴:

Empurrar a linha da fronteira para ocidente do rio Barbados, salvaguardando desse modo a navegação privativa daquele rio e garantindo todas as conexões que dele dependiam - quer a conexão com o Alegre e a sua ligação com o Aguapeí, quer a continuação da navegação com o rio Guaporé.

Entretanto, Casalvasco foi utilizada não só como um local estratégico para guarnição ou expansão das posses portuguesas, mas também para troca de produtos ilícitos com os espanhóis, e era considerado um grande ponto para fuga de escravos.⁵⁵ Contudo, aparentemente seus benefícios na ocupação da fronteira eram maiores, o que se confirmou pelo posicionamento insistente de João de Albuquerque em não ceder as solicitações espanholas sobre esse povoado e inclusive insistir em uma fundação superior há 20 anos, o que não condizia com a realidade.

Após algum tempo, um soldado português que havia ido à missão de Santa Anna, na província de Chiquitos, informou que os espanhóis, por saberem que havia diamantes no rio Paraguai, estariam organizando tropas e munições para se aproximar do rio no ponto próximo à Vila do Cuiabá.⁵⁶

Por vezes o Vice-Rei de Buenos Aires também reivindicou territórios portugueses e solicitou o cumprimento do Tratado de Santo Ildefonso. Nicolau de Arredondo acusou os governadores portugueses de transgredir o Tratado de Limites com as fundações de algumas edificações, como o Forte Príncipe da Beira, a povoação de Casalvasco e o local conhecido como Palácio do General, situado próximo a essa região. Ele solicitou a demolição desses três locais e de qualquer outro fundado na linha divisória que haveria de pertencer à Coroa da Espanha.⁵⁷

Novamente, como já mencionamos, quando solicitado sobre esses locais lusitanos, primeiramente o governador buscou demonstrar sua fundação anterior ao Tratado ou afirmar que os locais requisitados pelos espanhóis eram pequenos e desinteressantes. Essas estratégias, percebemos diversas vezes nos documentos remetidos por João de Albuquerque aos governadores e oficiais espanhóis. Quando pressionado a entregar um estabelecimento, o

⁵³ DELSON, R. M. *Novas Vilas para o Brasil Colônia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. p.79-80.

⁵⁴ ARAUJO, R. M. *A Urbanização de Mato Grosso no século XVIII*, p. 426.

⁵⁵ ARAUJO, R. M., Op. Cit., p. 426.

⁵⁶ ARAUJO, R. M., Op. Cit., p. 426.

⁵⁷ ARAUJO, R. M., Op. Cit., p. 426.

governador se assegurou na instrução que havia recebido no início de seu governo, na qual deveria aguardar a coroa portuguesa autorizar uma nova partida de demarcação para delimitar os limites das duas nações.

João de Albuquerque utilizou-se da mesma retórica constantemente. Em um momento solicitou ao governador de Chiquitos que ordenasse a retirada de todos os índios que habitavam a missão de São Tiago, na Província de Chiquitos. Isso foi requerido por esse local ficar próximo à margem do rio Paraguai, aos estabelecimentos da povoação de Albuquerque e ao Presídio de Coimbra, e, segundo o Tratado, não deveria ser povoado. Os moradores dessa missão eram famílias espanholas que, com incentivo da administração de Chiquitos e com o recebimento de cinquenta bois, cinquenta vacas e ferramentas, passariam a residir no local.⁵⁸ As expansões territoriais de espanhóis prosseguiram como a dos portugueses que, quando encontravam oportunidade, passavam a estabelecer moradores em territórios ainda não reivindicados, locais que poderiam ser de grande utilidade por sua proximidade a grandes rios ou a fundações portuguesas.

Em 1791, na província de Chiquitos, encontravam-se tropas que vinham de Santa Cruz de La Sierra, com um total de 200 pessoas, as quais, segundo o Alferes Francisco Pedro de Melo, estariam ali com o pretexto de cumprimentar o comissário espanhol e o novo governador da província de Chiquitos, D. Melchior Rodrigues.⁵⁹ Os vizinhos espanhóis aparentavam nesse momento estarem pacíficos e suas operações eram justificadas como mero reconhecimento da fronteira, segundo João de Albuquerque relatou a Martinho de Melo. Entretanto, o governador expôs que sabia da manutenção de grandes tropas e municionamento próximo à fronteira, e isso o preocupou por causa do temor de um ataque. As aparências de cordialidade e pacificidade contrapunham-se à quantidade de homens e armamentos que havia nas missões de São Tiago e Santo Coração, próximas à fronteira lusitana.⁶⁰

Percebemos algumas diferenças entre as relações do governador João de Albuquerque com os governadores de províncias espanholas, quando comparamos o posicionamento com o governador de Moxos com o dos governadores das províncias de Chiquitos e do Paraguai. Não só em virtude da reivindicação de territórios, devido à localização limítrofe com Moxos

⁵⁸ AHU – Caixa 28, Documento 1604. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, maio, 6 – Vila Bela.

⁵⁹ AHU – Caixa 28, Documento 1620. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, setembro, 20 – Vila Bela.

⁶⁰ AHU – Caixa 28, Documento 1620. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, setembro, 20 – Vila Bela.

envolver outras fundações, mas também pelos governadores de Moxos apresentarem uma postura mais rígida e inflexível quanto às prerrogativas utilizadas pelo governador português.

Em uma de suas primeiras correspondências a João de Albuquerque, o governador Lazaro Ribera referiu-se a uma carta que o governador antecessor da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque, havia lhe mandado. Luiz de Albuquerque havia escrito ao comandante do Forte Príncipe da Beira que não eram permitidos aos portugueses cair na estupidez de deixar-se enganar em fazer comércio ou permutação de gêneros com os espanhóis que habitavam as paragens e as pobres missões, pois poucas coisas esses podem exportar, coisas ridículas e incapazes para o tráfico.⁶¹

Em sua defesa e aparente insatisfação com a afirmação do ex-governador, Lazaro Ribera indagou que, se esses locais eram tão pobres, por que eram frequentados por oficiais portugueses para fazer comércio ilegal? Particularmente, o governador de Moxos tratou da conduta do oficial Francisco Rodrigues do Prado, que teria introduzido pedras para vender e outros diversos contrabandos. Mesmo denunciando a conduta de Francisco Prado por Lazaro ao ex-governador Luiz de Albuquerque, o oficial não recebeu nenhuma advertência. Ao contrário: Francisco Prado havia mantido seu cargo de confiança e suas expedições ilícitas.⁶²

Como temos demonstrado, as questões de fronteiras sempre envolveram não só a discussão por territórios, mas também o problema das fugas de escravos, das ameaças e do comércio ilegal, praticado inclusive por oficiais e poderosos da capitania. Nesses locais de fronteira muitas vezes havia denúncias do comércio ilegal, como afirma Leny Anzai⁶³ (2008, p. 261):

Tolerado pelas autoridades portuguesas, o contrabando era praticado por pessoas que eram responsáveis pela defesa dos territórios. Desse modo, fazer “vistas grossas” funcionava como uma espécie de concessão, em um território de domínio instável.

Por vezes o contrabando⁶⁴ era feito com o consentimento e participação dos mais altos administradores da capitania. Nauk Jesus⁶⁵ considerou que:

⁶¹ AHU – Caixa 28, Documento 1620. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, setembro, 20 – Vila Bela.

⁶² AHU – Caixa 28, Documento 1620. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, setembro, 20 – Vila Bela.

⁶³ ANZAI, C. L. Op. Cit., p. 261.

⁶⁴ Análises sobre contrabando em: JESUS, N. M. *O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII*. Hist. R., Goiânia, v. 22, n. 3, p. 70–86, set. /dez. 2017.

O governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, por exemplo, recebeu as suas instruções régias em 1771 e esteve envolvido até o pescoço nas traficâncias. Durante a sua administração, o contrabando parece ter atingido o seu auge e envolveu comerciantes do Rio de Janeiro, do Pará e dos domínios hispânicos, com conhecimento da Coroa portuguesa.

Por isso não era incomum a postura de Luiz de Albuquerque com a falta de punição ao oficial Francisco Prado, pois essa prática, por muitas vezes, não era somente consentida, mas contava com a participação de administradores.

Já a postura do governador de Moxos, Lazaro Ribeira, parecia ser inflexível a esse tipo de comércio, visto que mais adiante ele explicou sobre os pedestres portugueses presos em sua província, devido a não portarem um passaporte de seus generais e nem motivação para viagem. O que demonstra que possivelmente eles estavam ali para alguma negociação ilegal e por isso foram detidos.⁶⁶

João de Albuquerque escreveu ao secretário Martinho de Melo algumas queixas sobre o governador da província de Moxos, D. Lazaro de Ribera, descrevendo-o como “sujeito que verdadeiramente não faz mistério em inventar quimeras, e de engendrar ideias para nos incomodar”.

Já para o governador de Moxos, João de Albuquerque afirmou que a má conduta dos portugueses em contrabando, desordens e perturbação da paz eram seriamente proibidas. Do mesmo modo comunicou que não aceitaria que o governador de Moxos tratasse nem os pedestres portugueses e nem o oficial Francisco Rodrigues do Prado como contrabandistas por meio de declarações caluniosas, quando, na verdade, eles teriam sido solicitados pelos próprios espanhóis dessas missões a levar algumas insignificantes encomendas para esses locais.⁶⁷

João de Albuquerque, mesmo após defender o oficial Francisco Rodrigues do Prado, ordenou que esse viesse a sua presença e se explicasse sobre as acusações.⁶⁸

⁶⁵ JESUS, N. M. *O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII*. p. 77.

⁶⁶ AHU – Caixa 28. Doc. 1604. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, maio, 6, Vila Bela.

⁶⁷ AHU – Caixa 28. Doc. 1604. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, maio, 6, Vila Bela.

⁶⁸ AHU – Caixa 28. Doc. 1604. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, maio, 6, Vila Bela.

A indignação com a postura rígida do governador de Moxos em relação aos portugueses passou a dificultar a diplomacia e negociação na fronteira da província. A primeira medida de João de Albuquerque foi dobrar as patrulhas de fronteira, não só para controlar as vindas dos espanhóis para os domínios portugueses,⁶⁹ mas também para vigiar os escravos fugidos.⁷⁰

O governador de Mato Grosso passou então a buscar meios de amenizar os desentendimentos entre ele e governador de Moxos e, diplomaticamente, seguir suas instruções e protelar as demarcações até chegarem novas ordens da coroa lusitana. João de Albuquerque propôs a Lazaro de Ribera que, se houvesse a restituição de alguns escravos fugidos para os territórios de Moxos, ele buscaria cessar as discórdias e reivindicações.⁷¹

Algum tempo depois, o governador da capitania de Mato Grosso foi informado de que a Santa Cruz de La Sierra havia chegado um coronel de Madri, Miguel Zamora Frevino Nassare Manrique de Lara, nomeado pelo Rei da Espanha para o governo da Província de Moxos.⁷²

Em uma correspondência ao governador português o oficial Joaquim José Ferreira apresentou a situação daquele momento no limite com a Província do Paraguai. Ele informou que os comportamentos dos espanhóis não condiziam com o clima de paz aparente, pois havia vários castelhanos alojados no morro de Miguel José, localizado na margem ocidental do rio Paraguai, dois dias de viagem de Coimbra, com quatro barcos e várias canoas. Por fim, ele informou que havia muitos pedestres e soldados que há poucos dias esperavam outro barco.⁷³

Coimbra, nesse momento, encontrava-se com pouca guarnição e não mais que cento e cinquenta homens. A povoação de Albuquerque tinha menos ainda, contando com um total de vinte e um homens. Não havia ali artilharia nem homens suficientes para competir com os espanhóis, retirados devido à impressão de paz que os espanhóis apresentaram nas visitas portuguesas aos seus domínios.⁷⁴

⁶⁹ AHU – Caixa 28. Doc. 1604. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, maio, 6, Vila Bela.

⁷⁰ A fuga de escravos será mais bem analisada no capítulo 3.

⁷¹ AHU – Caixa 28. Doc. 1604. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, maio, 6, Vila Bela.

⁷² AHU – Caixa 29. Doc. 1629. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 27, Vila Bela.

⁷³ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

⁷⁴ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

O Comandante Joaquim José Ferreira explicou então o motivo de os espanhóis estarem no morro Miguel José. Segundo ele havia sido informado, lá estariam apenas um oficial, que seria irmão do governador Joaquim Alós, e mais cem homens de tropa. Eles alegavam que buscavam algumas observações dos campos e terrenos daquele lado ocidental do rio Paraguai e pretendiam ir por detrás de Coimbra e de Albuquerque, até chegar a Chiquitos, pois há anos desejavam abrir uma comunicação da província do Paraguai com a de Chiquitos pelas Missões de Santo Coração e São Tiago.⁷⁵

O plano de ligação teve início quando os jesuítas propuseram ligar as missões de Moxos e Chiquitos com os índios Guarani do Paraguai. Mas o projeto foi rejeitado pela Coroa espanhola. Os jesuítas alegavam que, com a abertura do caminho pelo pantanal, eles poderiam obter grande vantagem na venda de erva no mercado do Peru.⁷⁶

O constante trânsito de oficiais espanhóis nos territórios portugueses da mesma forma foi recorrente na documentação. Um desses oficiais era o comissário Antônio Alvares de Sotomayor, que insistiu constantemente em navegar pelo rio Guaporé e, após diversas negativas por parte de João de Albuquerque, declarou sua insatisfação por não ser permitido. Ele explicou que seus interesses eram para relatar ao seu Rei uma ideia dos domínios e das posses e não prejudicar, de maneira alguma, os portugueses. A intenção de conhecer os terrenos limítrofes havia, pois o Tratado de 1777 mantinha comum às duas nações a navegação do rio Guaporé, desde sua confluência com o Sararé, garantido pelo artigo XVIII. Com isso os espanhóis não poderiam, segundo o comissário, serem impedidos de navegar por esse rio.⁷⁷

O clima de vigilância prosseguia intenso na capitania de Mato Grosso. Diversos emissários e oficiais espanhóis passaram a visitar a capitania com os mais variados pretextos. Do mesmo modo, João de Albuquerque também se utilizou dessa estratégia, ao enviar oficiais aos domínios espanhóis com a intenção de observar a movimentação das tropas espanholas.

João de Albuquerque informou em ofício ao secretário Martinho de Melo que havia enviado homens para explorar a margem oriental do rio Paraguai até o primeiro estabelecimento espanhol que encontrassem. Sua intenção era observar a disposição de homens e as organizações dos espanhóis para um possível ataque; no entanto, eles deveriam

⁷⁵ AHU – Caixa 30. Doc. 1656. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, outubro, 18, Vila Bela.

⁷⁶ CARVALHO, F. A. L. *Lealdades Negociadas: Povos Indígenas e a Expansão dos Impérios Ibéricos nas Regiões Centrais da América do Sul*. 2012, p. 70.

⁷⁷ CARVALHO, F. A. L. 2012, Op. Cit., p. 70.

usar o pretexto de procurar uns escravos fugidos.⁷⁸ Os oficiais portugueses souberam que, no local compreendido da margem oriental do rio Paraguai e da extensão do rio Ipané ao rio Correntes, o governador Joaquim Alós pretendia edificar nova povoação e fazenda de gado.⁷⁹

Na região em que o governador espanhol almejava fundar uma nova povoação, segundo artigo IX do Tratado Preliminar, deveria passar a Coroa portuguesa. Para evitar a criação da nova povoação, João de Albuquerque remeteu uma carta a Joaquim Alós e explicou que, como esses terrenos seriam anexados à capitania após a demarcação, ele não deveria construir nenhuma povoação. Simultaneamente João de Albuquerque requereu que fossem enviados a esse local 20 soldados e 40 pedestres comandados pelo Tenente José Teixeira Cabral e uma cavalaria auxiliar que viria da Vila de Cuiabá.⁸⁰

João de Albuquerque passou a enviar alguns oficiais para reconhecimento das vilas próximas à fronteira portuguesa e todos voltaram com informações de paz e harmonia por parte dos espanhóis com os portugueses. Após essas visitas e o aparente clima de paz com os vizinhos castelhanos, o comandante do presídio de Coimbra, por ordem de João de Albuquerque, solicitou às tropas enviadas ao local de construção da povoação espanhola retrocederem ao presídio, devido às informações adquiridas pelas expedições enviadas à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição.⁸¹

Com a informação que poderia haver soldados na missão de Santo Coração e na missão de São Rafael, o governador João de Albuquerque também enviou oficiais para investigá-las. Após a visita, os soldados portugueses informaram que havia realmente tropas nas duas missões, comandados pelo espanhol D. Pedro Rodrigues. Eles alegaram que a intenção era conter os ataques dos indígenas locais e outros que importunavam as missões. Entretanto, um dos soldados percebeu que em São Rafael se encontravam muitos ferreiros a

⁷⁸ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

⁷⁹ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

⁸⁰ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

⁸¹ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

consertar espingardas e que havia um armazém bem provido de armas e municionamento, além de oitocentos praças.⁸²

Foi nesse contexto de movimentação de tropas espanholas que João de Albuquerque substituiu o comandante do Presídio de Nova Coimbra, o tenente de artilharia Ignácio de Souza Nogueira, pelo oficial Francisco Rodrigues do Prado. A única instrução dada pelo governador foi que se tivesse cautela com os vizinhos espanhóis, por meio de uma ronda em duas canoas na intenção de perceber qualquer movimento dos espanhóis e evitar fugas e deserções para aqueles domínios.⁸³

Juntamente com a substituição do comando de Coimbra, o governador substituiu o comandante da povoação de Albuquerque, José Antônio Pinto de Figueiredo, pelo Ajudante de Auxiliar Antônio José Pinto de Figueiredo,⁸⁴ e lhe remeteu algumas ordens acerca do comando da povoação. As ordens eram relacionadas à terra, à punição das mulheres⁸⁵ e ao abastecimento de alimento do destacamento militar de Coimbra, entre outras determinações administrativas. Por fim, ele solicitou que os comandantes da povoação e do presídio de Coimbra se auxiliassem mutuamente, no caso de que alguns espanhóis, da província de Chiquitos, viessem pela margem do rio Paraguai.⁸⁶

As trocas de comandantes poderiam ser um indicativo do temor de um possível ataque espanhol. As negociações por meio das correspondências com os governadores da fronteira espanhola pareciam se limitar a ameaças verbais. Contudo, as visitas aos territórios castelhanos demonstravam, por meio das informações trazidas, uma movimentação das tropas nas fronteiras, o que colaborava com um clima de preocupação para João de Albuquerque.

Ao enviar oficiais em busca de informações aos povoados vizinhos, João de Albuquerque evidenciava o interesse de averiguar se o clima de tensão por meio das ameaças

⁸² AHU – Caixa 29, Documento 1643. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, julho, 2 – Vila Bela.

⁸³ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante de Auxiliar e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Francisco Rodrigues do Prado. 1792, novembro, 17 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1267 Caixa N° 27.

⁸⁴ O mestre de campo Antônio Pinto de Figueiredo pertencia a uma família de grande prestígio que se mantinha sempre no cenário político local e fazia parte de um grupo que buscavam ascensão social. Ver: JESUS, N. M. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*, p. 307.

⁸⁵ O artigo segundo das ordens enviadas contava o seguinte: “2º As mulheres da dita Povoação não deverão a títulos algum serem reclusas todas as noites na casa chamada de correção a exceção de quando alguma delas o merecerem para sem delitos porque então nesse caso devera o presente comandante arbitrar-lhe os dias, e noites, que devem estas reclusas fazer-lhe neste tempo dobrar a tarefa de fiarem algodão conforme é costume”.

⁸⁶ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Auxiliar Antônio José Pinto de Figueiredo. 1792, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1268 Caixa N° 27.

de tomada de territórios portugueses ia além das correspondências trocadas por ele com os governadores espanhóis.

O avanço territorial manteve-se ainda nesses anos. Notamos nos documentos o interesse do governador e capitão general da Província do Paraguai, Joaquim Alós, em construir uma povoação próximo a Coimbra, com uma pequena guarda, mas com a justificativa de apenas conter os índios.⁸⁷

A fronteira se mostrou cada vez mais fluida nesse período, mudando constantemente em relação à interpretação de seu observador. Em um sentido político a fronteira dependia das relações e negociações de seus personagens, ora em um ponto já ocupado, ora próximo aos vizinhos para tomar territórios em nome de sua coroa. O limite deixa de ser um ponto fixo e inalterado, como apresentado nos mapas, e passa a ser o local onde povoações e culturas se encontram, tentando possuir áreas vantajosas.⁸⁸

As negociações nesses limiares territoriais também almejavam evitar confrontos armados, o que de fato não veio a ocorrer no governo de João de Albuquerque. Podemos considerar que suas habilidades diplomáticas vieram a contribuir para a ausência de enfrentamentos. No entanto, não podemos deixar de lado a compreensão dos reflexos do contexto em que se encontravam as disputas entre administrações portuguesas e espanholas.

Nos anos de 1760 e 1770, com a expansão portuguesa, os castelhanos passaram a perder territórios. No ano de 1777 os espanhóis avançaram mais, com a conquista armada da Colônia de Sacramento, do forte de Iguatemi e da ilha de Santa Catarina. Contudo, com o Tratado de Santo Ildefonso, a administração espanhola foi obrigada a devolver a ilha de Santa Catarina aos portugueses.⁸⁹ Após esse período de disputas a fronteira ainda não estava definida, pois ambas as partes buscavam avançar nos territórios, não se preocupando em cumprir o Tratado.⁹⁰

Mesmo com esse impasse quanto às definições, a tensão era uma constante nos territórios. A aparência pacífica dos vizinhos castelhanos por vezes tornava-se preocupante com as movimentações de espanhóis na fronteira.

⁸⁷ AHU – Caixa 30. Doc. 1656. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, informando da proximidade das tropas de Castela, dois dias de viagem do Presídio de Coimbra, e que encaminhou ofícios ao governador da Província de Assunção, D. Joaquim Alós, sobre os desrespeitos da Fronteira. 1792, outubro, 18, Vila Bela.

⁸⁸ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 214.

⁸⁹ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 214.

⁹⁰ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 214-215.

Em 1793 o governador Joaquim Alós construiu um novo forte no morro de Miguel José, o Forte de Bourbon, que continha artilharia e tropa. Além disso, ele passou a fundar colônias nas margens do rio Paraguai. Ao saber dessa construção João de Albuquerque solicitou ao governador do Paraguai que se retirassem do Forte.⁹¹

O comandante de Coimbra, Francisco Rodrigues do Prado, remeteu uma carta ao governador João de Albuquerque, na qual relatava que chegaram ao presidio sessenta e cinco índios Guanás e cinquenta e três Guaicurus. Esses informaram ao comandante que no Forte de Bourbon havia mais de cem homens e um barco no porto, que o comandante sempre perguntava por que os portugueses não iam negociar com eles, que os soldados viviam miseravelmente e que vários outros premeditavam desertar para os domínios portugueses.⁹²

Francisco Prado pediu instrução ao governador João de Albuquerque sobre o que fazer caso os soldados castelhanos desertassem para os domínios portugueses e se devia deixá-los passar para o lado lusitano.⁹³ Sobre os desertores espanhóis, o governador explicou que enviou a carta de ordens instrutivas criada pelo seu antecessor em 8 de dezembro de 1775, direcionada na época para o Sargento Marcelino Rodrigues Camponês, e que deveria ser passada para o comandante desse presidio. Nela ele instruía que esses desertores deveriam ser conduzidos à Vila de Cuiabá sem que vissem a povoação de Albuquerque. Entretanto, ele pedia cautela, pois os espanhóis podiam ser apenas espiões.⁹⁴

O comissário Antônio Sotomayor mantinha as indagações sobre a utilização fluvial do Guaporé, para as quais João de Albuquerque se utilizou do Tratado de Limites de 1777. Ele respondeu com a utilização do artigo X, que garantia que grande parte da fronteira ficasse determinada pelos comissários de demarcação na definição dos limites e que eles poderiam modificar as fronteiras se encontrassem melhores balizas naturais.⁹⁵

Acerca dos estabelecimentos que havia próximos aos limites definidos no Tratado, João de Albuquerque afirmou que os locais se situavam em terrenos há muitos anos descobertos pelos portugueses antes que fossem conhecidos pelos espanhóis. Ele mandava,

⁹¹ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a D. Joaquim [Alz]. 1793, abril, 15 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1300 Caixa Nº 28.

⁹² Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a D. Joaquim [Alz]. 1793, abril, 15 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1300 Caixa Nº 28.

⁹³ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a D. Joaquim [Alz]. 1793, abril, 15 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1300 Caixa Nº 28.

⁹⁴ AHU – Caixa 30. Doc. 1672. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 1, Vila Bela.

⁹⁵ CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo. 1793, novembro, 21 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1320 CAIXA Nº 28.

assim, conservá-los pelo artigo XVI, que manteria a posse dos locais de domínio a um longo tempo, por meio do *uti possidetis*, pelo qual seriam esses locais cedidos e renunciados pela nação contrária. João de Albuquerque ainda cita o artigo XX, que afirma que “fica para a Coroa de Portugal o que ocupa no distrito de Mato Grosso, e dele para a parte do Oriente”. Ainda confirmou que, pelo artigo XVI, ficaria definido que se deveriam evitar disputas prejudiciais à navegação privativa das atuais possessões, que não eram cedidas, mas sim conservadas em benefício da linha divisória.⁹⁶

As insistências dos espanhóis tinham por justificativa a partida espanhola, montada na Missão de Chiquitos desde o início do governo de João de Albuquerque, com comissário, oficiais, soldados e outros indivíduos. As demais tropas haviam retornado a Santa Cruz de la Sierra e aguardavam que os portugueses montassem novamente uma partida com seus oficiais para iniciar as expedições de demarcações dos limites do Tratado.⁹⁷

Mesmo sem iniciar as expedições oficiais de demarcações, as informações passadas pelos oficiais portugueses a João de Albuquerque eram de que os espanhóis continuavam a explorar os terrenos lusitanos e se posicionavam ao redor dos locais requeridos pelo seu governador.

Em 1793 João de Albuquerque foi avisado de que o novo governador de Chiquitos, Belchior Rodrigues, estava a posicionar 60 homens de guerra na missão de Santo Coração e de que mais tropas vinham ao mesmo destino. Os oficiais lusitanos não sabiam ao certo quais as intenções deles e se pretendiam atacar o presídio de Nova Coimbra ou a povoação de Albuquerque, porém, o ataque à povoação parecia ser estrategicamente melhor, pois os soldados já se encontravam a três dias de marcha do local.⁹⁸

No mesmo ano João de Albuquerque parecia tentar a cordialidade com os oficiais espanhóis, quando solicitou ao comandante de Coimbra que os espanhóis que aparecessem ali no presídio deveriam ser bem recebidos, os que merecessem atenção, mas não era permitido os deixarem ver a casa de armas e munições.⁹⁹

⁹⁶ CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo. 1793, novembro, 21 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1320 CAIXA N° 28.

⁹⁷ CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo. 1793, novembro, 21 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1320 CAIXA N° 28.

⁹⁸ CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo. 1793, novembro, 21 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1320 CAIXA N° 28.

⁹⁹ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao ajudante Francisco Rodrigues do Prado. 1793, novembro, 13 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1319 Caixa N° 28.

O governador de Mato Grosso evidenciava que sabia que os espanhóis passaram cada vez mais a avançar pelos terrenos na margem oriental do rio Paraguai, e ali já haviam fundado cinquenta fazendas de gado e que pretendiam fundar ainda muitas. Para desestimular os avanços dos espanhóis, o governador procurou incentivar os índios Guaicurus a desviarem as águas e os cavalos das fazendas e a trazerem para trocar no Presídio de Coimbra por baeta, machados e coisas semelhantes de interesse dos índios.¹⁰⁰

João de Albuquerque, em determinado momento, solicitou instruções a Martinho de Melo, perguntando se havia mudado o posicionamento da Coroa portuguesa acerca das demarcações ou da criação das partidas. O governador afirmava que ele buscava entreter os espanhóis sobre essas questões, entretanto, ele necessitava mais direções e providências para manter os interesses Reais.¹⁰¹

A coroa em nada modificou as instruções deixadas por Luís de Albuquerque a João de Albuquerque, fazendo esse último manter a política exercida pelo irmão.

A política sustentada pela Coroa portuguesa na capitania no período relacionava-se à conjuntura europeia. De acordo com Renata Malcher, no final do século XVIII Portugal e Espanha estariam sobre uma influência pós Revolução Francesa (1789) e, após a independência dos Estados Unidos da América (1776), Portugal procurava manter uma neutralidade no plano internacional. Porém, após a Revolução Francesa e os impactos que ela causou em toda Europa, os países europeus foram pressionados pela ameaça à monarquia.¹⁰²

Portugal e Espanha assinaram, em 1793, um tratado de mútuo auxílio com a Inglaterra que, em 1792, declarou guerra ao governo da Convenção Francesa. Posteriormente Portugal assinou outro acordo com o mesmo país negociando separadamente outras cláusulas de proteção. Com esse apoio declarado da Inglaterra a Coroa Portuguesa participou da Guerra do Rosilhão (1793-94) e, mesmo não declarando guerra diretamente à França, passou a se posicionar como um país inimigo.¹⁰³

¹⁰⁰ AHU – Caixa 31. Doc. 1696. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 20, Vila Bela.

¹⁰¹ AHU – Caixa 30. Doc. 1671. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 01, Vila Bela.

¹⁰² ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 213.

¹⁰³ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 213.

Em seguida, a Espanha negociou separadamente um acordo de paz com a França e, com isso, se tornou oposta aos interesses portugueses. Nesse contexto, Portugal se isolou e passou a sofrer ameaças de um ataque franco-espanhol a partir do ano de 1795.¹⁰⁴

As disputas e alianças europeias fizeram que suas colônias americanas evitassem confrontos, pois o cenário europeu passava por diversas indefinições. Já a situação da capitania mantinha-se no estado de indefinição, desde o Tratado de Madri, que não havia se cumprido, até o Tratado de Santo Ildefonso, que também não se realizava.¹⁰⁵

A administração de João de Albuquerque seguiu fielmente a instrução de adiar o cumprimento do Tratado de limites mantendo, assim, o clima de incertezas entre as administrações locais. Os espanhóis das fronteiras aproximavam-se cada vez mais dos domínios portugueses por meio de fundações de povoados.¹⁰⁶

O governador Miguel Zamorra, de Moxos, queixava-se de estancieiros portugueses que cuidavam de vacas e de cavalos em uma das margens do rio Guaporé que pertenciam aos espanhóis. Isso seria uma infração ao Tratado de Limites. Outra questão abordada pelo governador de Moxos era uma mina na vizinhança de São Simão, na qual alguns portugueses trabalhariam. João de Albuquerque afirmou que não existiam estancieiros portugueses nesses locais indicados pelo governador e tampouco mina alguma foi encontrada na região de São Simão.¹⁰⁷

José Pinheiro de Lacerda, comandante do Forte Príncipe da Beira, enviou a João de Albuquerque correspondências trocadas com o governador da província de Moxos. Miguel Zamorra afirmava que havia enviado canoas para descer o rio Guaporé e, se o comandante as impedisse, teria com esse um grande desgosto. Entretanto, em resposta, José Pinheiro de Lacerda afirmou que esse rio era de uso exclusivo dos portugueses e que não permitiria que eles o explorassem, e afirmou que não se importaria com nenhuma ameaça de Zamorra, mantendo suas ordens.¹⁰⁸

Mesmo com as pressões do governador de Moxos, o comandante José Pinheiro manteve uma posição firme. Podemos perceber que seria uma intimidação do governador espanhol

¹⁰⁴ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 213.

¹⁰⁵ ARAUJO, R. M. Op. Cit., p. 214.

¹⁰⁶ AHU – Caixa 30. Doc. 1671. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 01, Vila Bela.

¹⁰⁷ AHU – Caixa 30. Doc. 1671. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 01, Vila Bela,

¹⁰⁸ CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo. 1793, novembro, 21 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1320 CAIXA N° 28.

para conseguir explorar aqueles territórios; como não conseguiu o consentimento de João de Albuquerque, ele buscou pressionar diretamente o comandante do forte para conseguir a passagem de seus oficiais. Por fim, o governador de Moxos fez reclamações sobre José Pinheiro para o governador João de Albuquerque e alegou que isso não condizia com a amizade e cooperação que solicitavam as duas coroas aos seus súditos.

O rio Guaporé sempre foi de grande interesse para os portugueses, desde a fundação de sua vila capital, e manter a exclusividade de navegação sempre foi prioridade para os administradores portugueses da capitania. Podemos ver sua importância tanto na documentação como na produção cartográfica.

A riqueza encontrada nesse rio também reforçava o interesse, confirmado por meio dos documentos enviados pelo governador de Mato Grosso ao alferes Francisco Pedro de Melo. Neles foi ordenado que o alferes embarcasse pelo rio Guaporé até a boca do rio Branco e examinasse os terrenos, pois neles podia haver com certeza boas formações de ouro.¹⁰⁹

Quase ao fim do seu governo, em 1795, João de Albuquerque enviou um ofício ao secretário Martinho de Melo, no qual evidenciou que os três governos espanhóis estavam unidos para formarem diversas povoações na intenção de se aproximarem da fronteira portuguesa. O governo de Moxos havia fundado uma dessas algumas povoações na boca do rio Itonamas, próximo ao Forte Príncipe da Beira.¹¹⁰ Isso veio a acarretar o reforço do local com rondas e patrulhas, para evitar tanto a passagem dos espanhóis quanto a fuga de escravos.¹¹¹

As pressões dos três governadores nas fronteiras da capitania de Mato Grosso só aumentavam à medida que João de Albuquerque procurava protelar a criação de uma partida de demarcação portuguesa e a definição do Tratado. Entretanto, a movimentação e ocupação, principalmente às margens dos rios, cresciam continuamente por parte dos espanhóis.

Enquanto os espanhóis avançavam, a política portuguesa buscava apenas manter as fundações já existentes, opostas à política expansionista até então utilizada em governos

¹⁰⁹ CARTA do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a para o Alferes de Dragões Francisco Pedro de Melo em que lhe encarrega o comando da Bandeira com que foi expedido destas vilas, com a mais que na mesma se contém. 1795, maio, 05 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1450 CAIXA Nº 30.

¹¹⁰ AHU – Caixa 31. Doc. 1699. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 28, Vila Bela.

¹¹¹ CARTA do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Miguel Zamora Frevino Navarre Manrique de Lara. 1795, novembro, 02 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1480 CAIXA Nº 30.

anteriores na capitania. O aumento de tropas e municiação nessas regiões também ficava evidente.

O trânsito de portugueses e espanhóis em ambos os territórios só aumentava e a exploração de áreas de interesses antes de se iniciar a demarcação também era mútuo. Aparentemente João de Albuquerque seguiu firmemente as instruções de adiar a execução do Tratado e sua boa diplomacia se confirma pela forma como o Tratado não foi cumprido durante todo o seu governo.

As estratégias diplomáticas para evitar um conflito ou expropriação de territórios iam além das negociações administrativas. Tanto portugueses como espanhóis enviavam continuamente oficiais para trazer informações dos territórios vizinhos, com as mais diversas justificativas. O interesse era saber antecipadamente a movimentação que ocorria na fronteira e se preparar para qualquer situação adversa que pudesse acontecer.

João de Albuquerque não só procurava seguir as instruções deixadas por seu irmão, Luís de Albuquerque, como também se utilizou do mesmo discurso que seu antecessor no governo da capitania. Com isso fica possível perceber a continuidade administrativa que João de Albuquerque preservou ao suceder seu irmão Luís de Albuquerque no governo de Mato Grosso. Percebemos que essas estratégias foram mantidas nas negociações com as autoridades do Paraguai, de Chiquitos e Moxos.

CAPÍTULO 3

AS MÚLTIPLAS FRONTEIRAS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO

As delimitações na fronteira perpassavam as questões geopolíticas da capitania, pois vários atores sociais influenciaram e participaram da formação dessas fronteiras. Como afirma Jesus (2006)¹:

Mato Grosso é ponto de observação privilegiado para se problematizar a noção de fronteira. É possível perceber a existência de fronteiras de ordem imperial, ecológica, cultural, étnica, linguística, econômica, política, militar e religiosa que davam uma dimensão mais complexa a esse espaço de limites indefinidos.

Nas discussões sobre os limites da capitania de Mato Grosso, podemos perceber diversos agentes históricos, como oficiais e colonos portugueses e espanhóis, escravos negros e variados grupos indígenas. Essa heterogeneidade e seus diversos interesses e movimentações desenvolviam uma relação constante com a territorialidade e com as fronteiras, particularmente com os povos indígenas. Esses, pela sua multiplicidade, “conferia[m] uma dimensão ainda mais complexa ao território, pois para onde que os colonos avançassem haviam numerosos grupos indígenas constituindo a *fronteira étnica*”². Em sua tese, Otávio Chaves nos apresenta a interpretação de que a fronteira “conforma-se a espaços de sociabilidades, nos quais os grupos que neles viviam eram seus principais protagonistas”³.

Os territórios analisados até o momento como limítrofes entre duas nações ibéricas eram espaços já ocupados há muitos anos por vários povos indígenas. Com a chegada dos portugueses, espanhóis e grupos de escravos negros que vieram a conviver ali, eles incidiram na formação do que consideramos aqui como fronteiras.⁴ Portanto, não se tratava apenas de uma fronteira geopolítica, mas sim de uma fronteira étnico-cultural, com intercâmbios e compartilhamentos de culturas e multiplicidade de interpretações. Os encontros originaram diversas compreensões de territorialidades, de autopreservação e de sobrevivência, além da miscigenação desses povos por meio de seus descendentes.

¹ JESUS, N. M., *Na Trama dos Conflitos. A administração na Fronteira Oeste da América Portuguesa (1719-1778)*, p. 25.

² JESUS, N. M., *Op. Cit.* p. 28.

³ CHAVES, O. R., *Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português: A Capitania De Mato Grosso Na Segunda Metade Do Século XVIII*, p. 220.

⁴ CHAVES, O. R., *Op. Cit.*, p. 250.

Procuramos demonstrar, até agora, as fronteiras projetadas pelas Coroas ibéricas, no governo de João de Albuquerque, através dos tratados diplomáticos e da cartografia. A partir de agora, buscaremos evidenciar as fronteiras múltiplas produzidas pelos atores sociais que ali interagiam e como esses influenciaram na construção dos limites fronteiriços. A formação territorial de Portugal nas Américas, para além de tratados e confrontos militares, como afirma Herzog, compunha-se por meio do

[...] resultado final de uma multiplicidade de ações protagonizadas por uma miríade de agentes que, desenvolvendo várias missões, definiram os territórios das suas comunidades e estados.⁵ (2018)

Analisando as narrativas, não com enfoque nas determinações dos tratados assinados pelos monarcas como definidores de domínios, mas, como propõe Herzog, compreendendo os mecanismos e processos de indivíduos e grupos que requereriam territórios para si ou suas comunidades.⁶ Dentre essas pessoas estavam soldados, indígenas, escravizados e colonos que participavam de um sistema de construção das fronteiras territoriais. Observaremos primeiramente como as informações e a circulação de alguns agentes auxiliaram o controle das áreas de fronteiras.

REDE DE INFORMAÇÕES NA FRONTEIRA OESTE

Uma prática que percebemos no governo da fronteira oeste são as redes de informações. Elas eram compostas por pessoas que traziam as mais diversas notícias sobre os territórios e militares espanhóis. Muitas vezes essas comunicações eram repassadas aos oficiais e comandantes militares portugueses que, em seguida, as transmitiam ao governador. Os relatos chegavam à capitania de Mato Grosso por diversos meios, tais como espionagem, envio de diligências, rondas ou mesmo por caminhantes não oficiais que vinham dos territórios vizinhos.

As notícias trazidas por oficiais eram coletadas em diligências, no cumprimento de ordens de seus superiores para verificação de situações nas fronteiras ou territórios litigiosos,

⁵ HERZOG, T., *Fronteiras da Posse*, p. 17.

⁶ HERZOG, T., *Fronteiras da Posse*, p. 19.

e por rondas, nas quais soldados rodeavam um determinado local para observar e vigiar, também por ordem oficial.⁷

Um terceiro caso que vemos na documentação e responsável por um grande volume de informações trazidas sobre os espanhóis para a capitania de Mato Grosso foi a espionagem. Em alguns momentos percebemos as ordens vindas direto do governador para que oficiais visitassem os territórios vizinhos e trouxessem informações sobre a organização, a população e o municiação dos povoados e das áreas próximas à fronteira.

A espionagem era considerada uma forma de coletar informação, de modo sigiloso, dos inimigos, e diversos atores sociais poderiam ser espiões em algum momento. Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, a palavra espia significa:

O que anda desconhecido entre os inimigos, para descobrir seus intentos, e para dar aviso aos seus. Aquele que serve falsamente para ambas as partes, descobrindo a uns os segredos dos outros.⁸

As movimentações de tropas espanholas eram acompanhadas e observadas por esses espiões, e as informações eram trazidas por soldados, índios, contrabandistas e mulatos. Era por meio dessas notícias que o governador passava a formular suas estratégias de defesa, como veremos a seguir.

João de Albuquerque manteve um envio constante de oficiais aos domínios espanhóis com a intenção de observar a movimentação das tropas castelhanas. Em vários casos podemos observar na documentação que o governador se utilizou da prerrogativa de capturar escravos fugidos para seus oficiais poderem transitar nos territórios espanhóis. Esses oficiais traziam em seu poder uma ordem de capturar escravos fugidos para justificar aos espanhóis, caso fossem capturados.⁹ Mesmo se utilizando de uma justificativa válida, devido ao grande número de escravos fugitivos, ficou nítido, na documentação, que o objetivo era a coleta de informações. A fuga aparece apenas como pretexto, caso os oficiais fossem abordados por militares espanhóis. Acreditamos, então, que essa estratégia era uma forma de espionagem utilizada pela administração de João de Albuquerque.

⁷ BLUTEAU, R., *Vocabulário Portuguez & Latino - volume 3*. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/ronda>. Acesso em 2 jul. 2019.

⁸ BLUTEAU, R., *Vocabulário Portuguez & Latino - volume 3*. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/espia>. Acesso em 2 jul. 2019.

⁹ AHU – Caixa 29, Documento 1643. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro informando que enviou diligência para conseguir notícias sobre a Partida das Demarcações Espanholas. 1792, julho, 2 – Vila Bela.

Por meio destas ordens, o governador criava uma rede de comunicação para obter informações como forma de vigiar e controlar a fronteira. Adriano Comissoli, ao tratar do “circuito de comunicação” dos portugueses, no extremo sul da América, analisa os agentes da informação e os benefícios que o conhecimento adquirido por espias, bombeiros e vaqueanos¹⁰ traziam aos comandantes de fronteira. Ele afirma que, no caso da espionagem, “não se trata, portanto, de uma ação pontualmente localizada, mas de um expediente administrativo constantemente utilizado. Diríamos mesmo cotidianamente utilizado, dada sua recorrência”.¹¹

Anteriormente, ao analisarmos um pouco da cartografia, podemos perceber que os portugueses possuíam muitas informações referentes aos territórios espanhóis, como detalhes de fundações, povoações e trânsito de seus oficiais. As informações eram trazidas por homens que se dispunham a ir aos territórios castelhanos buscar detalhes de suas povoações. Muitas delas eram obtidas por diligências oficiais com o objetivo de reconhecimento de território. Outras vezes vemos que essas informações foram obtidas por meio de relatos de oficiais enviados especificamente para observar o movimento dos castelhanos próximos à fronteira.

Em poucos momentos, a espionagem aparece nitidamente na documentação, o que dificulta sua identificação e diferenciação entre diligências oficiais e o trânsito dos habitantes da capitania. Em alguns momentos vemos a palavra “espionagem” surgindo quando o governador acusa os espanhóis encontrados pelo território português.¹² Em outros momentos, temos textos truncados e com ordem de analisar “os ânimos” dos vizinhos, ou a preparação militar castelhana que se encontraria em alguma vila próxima à fronteira lusa.¹³

Procuramos entender espionagem não somente como o ato produzido por espões explicitados na documentação, mas todos aqueles que dissimulavam, de diversas maneiras, suas atitudes em territórios castelhanos na busca por informações acerca de posições militares

¹⁰ Segundo Comissoli, os bombeiros eram aqueles que se adiantavam a uma patrulha ou destacamento para identificar a localização do inimigo, mesmo que tivessem de penetrar em territórios que respondessem a outro monarca. Eles eram responsáveis por obter informações e comunicá-las aos seus superiores. Já vaqueanos era o termo utilizado para designar o conhecedor dos caminhos. Ele conhecia as distâncias mais curtas, os melhores pontos para atravessar rios e para montar acampamentos, reconhecia os acidentes naturais e diferenciava as coxilhas. Em resumo, o vaqueano era o piloto da campanha. COMISSOLI, A. *Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa*. 2018.

¹¹ COMISSOLI, A., *A circulação de informações e o sistema de vigilância portuguesa da fronteira do Rio da Prata*. p. 25-26.

¹² AHU – Caixa 30. Doc. 1672. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 1, Vila Bela.

¹³ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

e estratégias de defesa e administração dos governadores espanhóis para os comandantes da fronteira portuguesa.

A condição de espionagem não era restrita aos portugueses, como se nota na carta ao governo de João de Albuquerque. Nela informou-se que o governador da província do Paraguai, Joaquim Alós, havia enviado um tenente ao presídio de Nova Coimbra com o pretexto de comunicar sobre “negócios de grande importância” com o comandante da povoação de Albuquerque.¹⁴ Entretanto, ele acabou por nem a ir de fato à povoação e foi abordado por oficiais portugueses na margem do rio Paraguai.¹⁵

Percebemos que o governador português temia uma espionagem por parte dos espanhóis na povoação de Albuquerque e no presídio de Nova Coimbra, locais declaradamente de grande interesse do governador do Paraguai, que insistia, em suas correspondências, que eles pertenceriam aos domínios espanhóis.¹⁶

As visitas de oficiais espanhóis ao presídio de Nova Coimbra pareciam constantes, de acordo com a documentação. Um oficial espanhol, D. Martin Boneo, foi enviado pelo governador do Paraguai ao presídio de Coimbra e solicitou conhecer a povoação de Albuquerque. Ele passou a perguntar sobre os soldados que havia na povoação, sendo informado que haveria cerca de duzentos, número muito maior que o real. Por mais que pudesse haver a intenção de ser uma conversa informal, o clima de espionagem e ameaça ficava implícito a cada momento, como ao fim de uma conversa. Nela os oficiais espanhóis afirmaram que, se quisessem acabar com o presídio, não precisariam dar um tiro, mas apenas de uma flecha com fogo, por ser tudo coberto de palha.¹⁷

Enquanto o governador espanhol negociava diplomaticamente os locais que ele considerava seus domínios, por meio do Tratado, o trânsito de oficiais espanhóis nesses locais

¹⁴ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

¹⁵ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

¹⁶ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

¹⁷ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

de fronteira auxiliava nas decisões administrativas, levando informações portuguesas aos comandantes espanhóis.¹⁸

O oficial espanhol D. Antônio Carvajal também foi enviado pelo governador de Chiquitos juntamente com quarenta homens próximo a Casalvasco, com a justificativa de procurar índios fugidos de seus domínios. João de Albuquerque instruíra seus oficiais para sempre suspeitar dos espanhóis, pois eles poderiam usar justificativas para visitar os territórios lusitanos, e a captura de índios poderia ser um desses subterfúgios para espionagem.¹⁹

A vigilância sobre os castelhanos não era infundada, pois os mesmos homens que acompanharam D. Antônio Carvajal, segundo foi informado ao governador, se dividiram pelas missões vizinhas e trouxeram consigo munições de guerra,²⁰ o que aumentava ainda mais a desconfiança dessas visitas na capitania.

A documentação igualmente apresentou informações trazidas por não oficiais. Como em 1790, quando um soldado dragão, João Franco de Camargo, comunicou ao governador a notícia de que um caburé chamado Simplício de Godoy, que já havia sido pedestre na capitania, mas há anos vivia nos domínios espanhóis, contou que os espanhóis se preparavam com munições para lutarem pelo rio Paraguai, pois sabiam que ali havia diamantes. Eles também pretendiam atacar a vila de Cuiabá.²¹

Muito tempo depois, já ao final do governo de João de Albuquerque, em 1795, em carta ao Secretário de Estado, o governador noticiou que a incorporação de novos territórios prosseguia por parte dos espanhóis. Ele obteve a informação de que os castelhanos prosseguiram fundando fazendas de gado na margem oriental do rio Paraguai. A informação havia sido comunicada pelo “mulato de Vila Real”, o qual o governador considerou que “muitas vezes maliciosamente mente” em sua carta.²²

¹⁸ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. 1790, outubro, 27 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1158 Caixa Nº 25.

¹⁹ AHU – Caixa 27, Documento 1585. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, setembro, 4 – Vila Bela.

²⁰ AHU – Caixa 27, Documento 1585. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, setembro, 4 – Vila Bela.

²¹ AHU – Caixa 27, Documento 1585. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, Setembro, 4 – Vila Bela.

²² AHU – Caixa 31. Doc. 1696. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, Julho, 20 - Vila Bela.

Através de uma rede de informações obtida por meio de mensageiros oficiais e não oficiais que se infiltravam em áreas hispânicas, o governador formulava e alterava seus planos de administração das áreas de fronteiras. Alguns desses homens traziam informações para trocar em benefícios ou recompensas. Emissários também eram constantemente enviados com ordens secretas de seus comandantes. Com a multiplicidade de personagens, percebemos interesses que se chocavam em direção à região de fronteira.

Constantemente podemos encontrar na documentação o envio desses oficiais a diligências, e juntamente com a ordem para trazer informações sobre os espanhóis. Em junho de 1792, o governador João de Albuquerque noticiou em ofício ao secretário Martinho de Melo ter enviado homens para explorar a margem oriental do rio Paraguai até o primeiro estabelecimento espanhol que encontrassem, com a intenção de observar a disposição de oficiais e organizações dos espanhóis para um possível ataque. No entanto, eles deveriam usar o pretexto de procurar uns escravos fugidos.²³

Ao retornar à exploração da margem do rio Paraguai, o comandante Joaquim José Ferreira explicou que a primeira povoação encontrada foi o estabelecimento de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição, comandada pelo capitão Luiz Bernardo Ramires. Ele tinha ordens do próprio governador da Província do Paraguai para que, se algum português ali chegasse, fosse permitido deixá-lo passar à cidade de Assunção, se assim quisessem. Para tal, seriam disponibilizados os melhores pilotos para os conduzirem.²⁴ A cortesia espanhola ao liberar o trânsito dos portugueses em seus domínios poderia ser um interesse na reciprocidade dos lusitanos para que os espanhóis também pudessem explorar seus territórios, se considerarmos que esse era um pedido constante na documentação, por diversos oficiais castelhanos, de conhecer as povoações e fortes portugueses.

Mais à frente em sua viagem, a cinco léguas de distância dentro do rio Ipané, o comandante encontrou uma povoação denominada Vila Belém,²⁵ e toda extensão da barra do rio até a vila se achava povoada de sítios e chácaras. Os oficiais portugueses ainda souberam

²³ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

²⁴ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

²⁵ Os Guaicurus chamavam esse local de Aldeia do Padre Perico ou Padre Pedro Domingos.

que no local à margem oriental do rio Paraguai e da extensão do rio Ipané ao rio Correntes, o governador Joaquim Alós pretendia edificar nova povoação e fazenda de gado.²⁶

Como já apresentamos anteriormente, não só as informações de tropas eram importantes, mas também as notícias sobre as intenções da administração espanhola. Ao saber do planejamento dos espanhóis, o governo local português poderia se antecipar aos planos dos vizinhos castelhanos.

Por fim, os exploradores enviados à região do rio Paraguai informaram que Vila Real de Nossa Senhora da Conceição parecia ser pacífica. Os soldados foram bem recebidos com comidas e baile. A partir dessa informação, o governador mandou diminuir o número de homens do destacamento do Presídio e de Albuquerque, e somente 80 homens ficariam para guarnecer esses locais.²⁷

A fluidez de contato entre espanhóis e portugueses e a quantidade de informações obtidas nos apresentam um panorama que difere da ideia de uma fronteira rígida e impenetrável. Como nos apresenta Comissoli (2014), se em algum local poderia ser considerada fronteira a linha traçada em um mapa, para os habitantes lusos na América o contato era bem mais amplo. Portugueses e espanhóis viviam em espaços conjuntos e conviviam frequentemente, fosse por meio de ataques e confrontos ou por meio de comércio e captura de desertores.²⁸

Os documentos apresentam-nos um frequente contato entre oficiais portugueses e espanhóis, seja em visitas a fortes e presídios ou em rondas de ambos na extensa fronteira. Percebemos que os limites eram um espaço de interação constante entre portugueses e espanhóis, como já havia notado Luiza Volpato em seu livro *A conquista da terra no universo da pobreza*.²⁹

O teor desses documentos exhibe-nos a estratégia dos espanhóis da província do Paraguai em serem cordiais com os portugueses, ao recebê-los e ainda tratá-los com grande amenidade naquele fim de século. Entretanto, após algumas conversas, o oficial espanhol explicou ao oficial português que a Corte espanhola havia confirmado em carta que a Corte portuguesa

²⁶ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

²⁷ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

²⁸ COMISSOLI, A. *A circulação de informações e o sistema de vigilância portuguesa da fronteira do Rio da Prata* (século XIX), p. 28.

²⁹ VOLPATO, L. R. R, *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

iria entregar a povoação de Albuquerque para ser anexada aos domínios castelhanos. Com isso não haveria mais necessidade de conflitos. Ao saber dessa informação, da qual os portugueses não tinham conhecimento, o furriel decidiu indagar se a Corte espanhola havia falado algo sobre a posse do presídio de Coimbra, mas o oficial espanhol respondeu que não sabia nada sobre o presídio.³⁰

Possivelmente, a diminuição nos confrontos diretos na América se devesse ao aumento dos confrontos na Europa, como já tratado anteriormente, o que fez com que as Coroas ibéricas se concentrassem em resolver os conflitos no Velho Mundo. Já na colônia americana os comandantes de fronteira deveriam se manter vigilantes sobre os seus vizinhos.³¹

Por fim, o comandante Joaquim José Ferreira deu detalhes da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição como uma pequena povoação, que não chegava a vinte casas, todas de palha e fraquíssimas. Segundo seu relato, havia uma praça quadrada, uma igreja, uma casa no porto e, mais à frente, uma casa de palha que seria o armazém de guerra, mas utilizado para se proteger de índios bárbaros. Após dois dias de viagem por terra, o comandante chegou à Cidade de Assunção, bastante populosa.³² Os emissários deveriam reunir o máximo de informações possíveis, desde tropas até estrutura das vilas, localização e planos dos governos, para que o governador português pudesse decidir como os territórios poderiam melhor administrados.

Por vezes a presença de oficiais em territórios vizinhos causava desconfiança entre portugueses e espanhóis. Em um contexto de disputas territoriais, ela poderia significar interesse em possuir e espionar um território. Em consequência, a preocupação aumentava entre vizinhos da fronteira.³³

João de Albuquerque, em alguns momentos, utilizou-se da vigilância da fronteira quando as negociações entre os governadores pareciam incertas, como no caso das dificuldades de negociações com o governador de Moxos. Para solucionar o problema, o

³⁰ AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

³¹ COMISSOLI, A. Op. Cit., p. 31.

³² AHU – Caixa 29. Doc. 1640. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1792, junho, 23, Vila Bela.

³³ HERZOG, T. Op. Cit., p. 223.

governador português dobrou as patrulhas da fronteira, procurando principalmente controlar a vinda de espanhóis aos domínios portugueses.³⁴

Outros argumentos também foram utilizados para se obter informações dos vizinhos espanhóis. João de Albuquerque, ainda em 1791, enviou à província de Chiquitos um cabo com dois pedestres para buscar informações sobre as tropas espanholas. A explicação utilizada era entregar uma encomenda de um *galgo* realizada pelo administrador da missão de Santa Anna.³⁵ O cabo trouxe a informação de que o governador de Chiquitos aguardava o retorno do Capitão Pedro Rodrigues, que se encontrava em Santo Coração, com cem homens para defender a missão dos *gentios*. Os demais soldados haviam se reunido em Santa Cruz juntamente com a partida de demarcação castelhana e aguardavam instruções da Coroa espanhola.³⁶

Para obter mais conhecimento do que ocorria nos territórios castelhanos, o governador ordenava diversas patrulhas oficiais com rondas que, por vezes, adentravam terrenos espanhóis. A ordem para se executar rondas foi apresentada durante todo governo de João de Albuquerque, em diversas correspondências,³⁷ evidenciando a prática na defesa dos limites da capitania. Porém, quando elas iam além dos territórios lusos, adentrando terras espanholas, os oficiais deveriam apresentar justificativas, instruídas pelo próprio governador, de estarem a captura de escravos entre outras mais diversas.

Percebemos, assim, que a procura por novas informações e reconhecimentos de movimentação dos castelhanos não surgiu sozinha na documentação. Em várias ocasiões ela foi associada a diligências e rondas, necessárias para a manutenção dos limites de Mato Grosso. A documentação evidencia a importância de se obter as informações para se planejar a movimentação de tropas, municiação e defesa dos territórios portugueses pelo governador e seus comandantes.

O interesse por informações não era algo que necessitasse da exclusividade de seus informantes, mas sim do posicionamento estratégico desses sujeitos. Vemos a instrução dada por João de Albuquerque de que se tivesse cautela com os vizinhos espanhóis, por meio de

³⁴ AHU – Caixa 28, Documento 1604. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, maio, 6 – Vila Bela.

³⁵ AHU – Caixa 29, Documento 1629. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 27 – Vila Bela.

³⁶ AHU – Caixa 29, Documento 1629. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 27 – Vila Bela.

³⁷ Muitos são os documentos encontrados no AHU e na APMT, relacionados nas referências documentais ao fim do texto.

uma ronda em duas canoas na intenção de perceber qualquer movimento dos espanhóis e evitar fugas e deserções para aqueles domínios,³⁸ conciliando, assim, a vigilância e a manutenção da escravatura portuguesa.

O interesse pelas informações adquiriu uma dinâmica própria de habitantes da fronteira. Alguns personagens até então considerados secundários faziam-se relevantes por trazerem informações valiosas ao governador português. Vinda de soldados, de homens comuns, de indígenas e de mulatos, as notícias atingiam comandantes, governadores, secretários e até a Coroa portuguesa. Isso posto, como afirma Comissoli (2014)³⁹, esses informantes

[...] formavam apenas os capilares de uma trama que se ramificava pela monarquia portuguesa. Informação significava controle, um elemento indispensável para o governo das gentes e dos territórios. A informação conectava a monarquia pluricontinental.

INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DAS FRONTEIRAS

Relacionados às obtenções de informações, também encontraremos alguns grupos indígenas, porém, as relações entre portugueses e indígenas envolviam diversos interesses. Os índios participaram de negociações, eram especialistas no território local e, por vezes, atuavam em funções de guias e de canoeiros. Diversos fortes e povoações portuguesas eram constantemente visitados por grupos indígenas, que trocavam suas informações por benefícios que lhes interessavam. Alguns indígenas informavam sobre localizações de tropas e municionamentos espanhóis, que estariam preparados para um possível ataque. Outros traziam notícias acerca de intenções de tomadas dos territórios, entre as mais diversas informações que poderiam interessar aos portugueses.⁴⁰ As informações, em um contexto de tensões devido à proximidade com os espanhóis, eram algo extremamente valioso.

Comum aos grupos indígenas e escravos negros são as fugas realizadas. Alguns fugiam em busca de uma vida melhor no lado oposto, já outros procuravam negociar o que percebiam ser melhor para sobrevivência em meio aos conflitos europeus.

³⁸ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante de Auxiliar e Comandante do Presídio de Nova Coimbra Francisco Rodrigues do Prado. 1792, novembro, 17 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1267 Caixa N° 27.

³⁹ COMISSOLI, A. Op. Cit., p. 37-38.

⁴⁰ AHU – Caixa 29. Doc. 1628. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 26, Vila Bela.

A relação entre luso-brasileiros e a população indígena foi marcada por confrontos, negociações e alianças. Pode-se perceber, independente do grupo indígena, que os índios não foram passivos diante do avanço dos europeus. Mesmo em casos de alianças entre indígenas e portugueses, o vínculo não deve ser analisado como uma submissão desse grupo, mas sim sob a ótica da autopreservação político-territorial e de sobrevivência.⁴¹

No contexto da expansão lusa na fronteira oeste, os avanços cessaram nas margens do Guaporé, próximas aos territórios povoados pelas missões espanholas, como a de Moxos e Chiquitos. Foi nessa espacialidade limítrofe que as interpretações das multiplicidades culturais passaram a acontecer. Se de um lado da fronteira já havia as reduções de indígenas em missões ordenadas pelos religiosos espanhóis, do outro lado os portugueses utilizavam grupos indígenas para efetivação e manutenção de seus territórios.⁴²

Desde o primeiro governo de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura buscou, primeiramente com os *Bororo*, ocupar e proteger as terras recém-tomadas por meio de fundação de missões, situação essa de pouquíssimo êxito, mesmo com os esforços da administração lusitana.⁴³ Os primeiros aldeamentos fundados na capitania de Mato Grosso foram a missão de Sant'Ana, fundada pelo próprio Rolim de Moura, e a missão de São José, fundada próxima ao Guaporé.⁴⁴

Rolim de Moura informou a existência de seiscentos ameríndios administrados por particulares no ano de 1751 na capitania de Mato Grosso, o que seria pouco comparado à quantidade de indígenas aldeados nas missões castelhanas vizinhas.⁴⁵ Manter os indígenas aldeados permitia, na verdade, reconhecê-los como servos e, por vezes, utilizá-los como mão-de-obra compulsória. Como no caso da aldeia de São José, criada com a função de guarnecer a margem ocidental do rio Guaporé/Madeira. Do mesmo modo, ela teria o papel de auxiliar no trabalho, pois, como havia alguns moradores pobres ali, era útil que houvesse índios trabalhando para eles.⁴⁶

A vulnerabilidade dos limites dos domínios portugueses na fronteira oeste foi atenuada por meio de fundações militares. A utilização dos indígenas na guarnição dos territórios

⁴¹ CHAVES, O. R., *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*, p. 47.

⁴² CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 47.

⁴³ MEIRELES, D. M., *Guardiães da Fronteira*, p. 134-135.

⁴⁴ CANOVA, L., *Índios e a Civilização na capitania de Mato Grosso sob a perspectiva do directório*, p. 139.

⁴⁵ CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 95.

⁴⁶ SILVA, J. V. da, *Mistura de Cores (política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*, p. 303.

limítrofes ocorria, por vezes, a partir da compreensão que eles eram os melhores guardiões das fronteiras, segundo o imaginário da administração portuguesa.⁴⁷

Os aldeamentos dos indígenas eram vistos pela administração não só como ocupação de territórios, o que era de grande importância em um local em que havia tão poucos habitantes, mas também possibilitavam a defesa em caso de ataques e a mão-de-obra para alguns trabalhos.⁴⁸ A importância dos indígenas para efetivação das conquistas de um modo geral foi considerável. Perrone-Moisés (1992)⁴⁹ afirma que

[...] os gentios cuja conversão justificava a própria presença europeia na América eram a mão-de-obra sem a qual não se podia cultivar a terra, defendê-la de ataques de inimigos tanto europeus quanto indígenas, enfim, sem o qual o projeto colonial era inviável.

Os espanhóis da região pareciam já compreender a importância do indígena, aliando aos interesses dos jesuítas em proteger suas missões o objetivo da Coroa espanhola de impedir o avanço dos portugueses. Eles passaram a utilizar os indígenas, por vezes armados, para guardar os territórios e missões espanholas.⁵⁰ Os avanços portugueses ao encontro das missões espanholas, o encontro com os grupos indígenas locais, as convivências e estratégias envolvendo os grupos residentes passavam a formar a *fronteira*.⁵¹

Portugueses e espanhóis buscavam transformar os povos indígenas em seres políticos e cristãos para submetê-los às leis reais e declará-los vassalos do rei de sua nação. A utilização dos indígenas para legitimar as posses territoriais intensificava-se, como afirmou Herzog, “fazendo equivaler a conversão a uma forma de agricultura, o que espanhóis e portugueses afinal diziam era que a conversão podia dar razão a reivindicações territoriais”.⁵²

As multiplicidades culturais entre portugueses, espanhóis, escravos negros e indígenas em convivência constituíam a zona fronteira. Nesse enredo, portugueses e espanhóis esquadrihavam os limites do que compreendiam como seus territórios e indígenas ansiavam em sobreviver em meio a essas disputas.

Durante os primeiros anos da fundação de Vila Bela, percebemos a vulnerabilidade da fronteira, ao comparar os números de habitantes da vila capital, inferiores a 500 pessoas, aos

⁴⁷ MEIRELES, D. M., Op. Cit., p. 135.

⁴⁸ SILVA, J. V., Op. Cit., p. 293.

⁴⁹ PERRONE-MOISÉS, B. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. p. 116.

⁵⁰ MEIRELES, D. M., Op. Cit., p. 142.

⁵¹ MEIRELES, D. M., Op. Cit., p. 151.

⁵² HERZOG, T., Op. Cit., p. 118.

das missões castelhanas que ultrapassava os milhares. Com essa percepção, fica nítida a compreensão dos portugueses na tentativa de trazer esses indígenas para seus territórios, porém, a legislação colonial sempre teve seus favorecimentos que variavam entre os extremos da “guerra justa” e a proibição do cativo.⁵³

As posições contrastantes entre proteção *versus* extermínio, como apresenta João Pacheco (2014), eram solidamente estabelecidas entre as convicções interpretativas dos grupos missionários e as dos colonos portugueses. A legislação colonial portuguesa passou por diversas mudanças, sempre ligadas à conjuntura política da ocasião.⁵⁴

A dicotomia da mentalidade acerca do indígena constituiu a divisão entre os índios aldeados e aliados dos portugueses e aos índios inimigos espalhados pelos sertões, segundo a qual para cada um havia instruções diferentes.⁵⁵ A representação dos índios inimigos, ou do *bárbaro*, que praticavam inúmeras hostilidades contra os colonos, era o pretexto preferido pelos governadores para dissimular seus ideais expansionistas e instalações de fortificações nas fronteiras.⁵⁶ Enquanto ao *bárbaro* caberiam castigos diversos, aos aliados, ou *mansos*, era proibida qualquer forma de violência e possibilitada a manutenção de seus locais de origem para seus aldeamentos.⁵⁷

Essa política indigenista de inclusão dos grupos indígenas fazia parte da política do primeiro-ministro português Marques de Pombal. Com o intuito de aumentar a autoridade real no Brasil, por meio do aumento de vilas e exploração de territórios, Pombal propunha transformar os indígenas em súditos da Coroa portuguesa, incorporando-os às populações colonas. De uma forma geral, o programa pombalino procurou “civilizar” os indígenas, criando uma comunidade “euro-indígena”, desde o incentivo à miscigenação, até a substituição dos nomes das aldeias por nome de cidades portuguesas.⁵⁸ A idealização do indígena como mão-de-obra, defesa e povoação passava a ter uma estratégia mais delineada para ser alcançada.

Os indígenas eram importantes não só pela povoação da capitania, mas também pelo enorme conhecimento do território, já que muitos eram utilizados como canoeiros por causa do vasto conhecimento dos rios. Os portugueses também buscavam seus conhecimentos para

⁵³ MEIRELES, D. M., Op. Cit., p.143.

⁵⁴ OLIVEIRA, J. P., In: *Coleção O Brasil Colonial (1443-1580)* vol. 1. p. 170-203.

⁵⁵ PERRONE-MOISÉS, B. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. p. 117.

⁵⁶ CARVALHO, F. A. L., *Lealdades Negociadas: Povos Indígenas e a Expansão dos Impérios Ibéricos nas Regiões Centrais da América do Sul (Segunda Metade do Século XVIII)*. 2012. p.138.

⁵⁷ MEIRELES, D. M., Op. Cit., p. 144-145.

⁵⁸ DELSON, R. M., *Novas Vilas para o Brasil-Colônia*, p. 53.

encontrar rotas e acessos mais fáceis entre povoações, como no caso em que João de Albuquerque afirmou que os espanhóis conseguiriam abrir um trajeto de comunicação facilmente, se guiados pelos Guaicurus, entre a Província de Chiquitos até o Peru.⁵⁹

Em alguns documentos podemos encontrar a importância dos indígenas remeiros que, por diversas vezes, eram imprescindíveis para a boa travessia dos turbulentos rios locais. Como no caso de uma carta na qual João de Albuquerque evidenciou a falta dos índios dificultando consideravelmente a travessia das cachoeiras do rio Madeira.⁶⁰ Fica evidente a compreensão da administração portuguesa local de que os indígenas eram de grande importância pelo seu vasto conhecimento territorial, a ponto de criarem melhores trajetos e guiá-los por caminhos terrestres e fluviais.

A política indigenista em busca de alianças com os indígenas manteve-se na capitania de Mato Grosso. Tornar esses indígenas aldeados em vassalos da Coroa portuguesa era o grande interesse da administração portuguesa, procurando, assim, a proteção e defesa dos territórios. A estratégia portuguesa foi atrair e fazer alianças com grupos indígenas, por meio de diversos “chefes” ou “principais” indígenas.⁶¹ O governador João de Albuquerque procurou, em diversos momentos, aliar-se a grupos indígenas e atraí-los aos domínios portugueses.

Em alguns documentos nota-se a aproximação indígena por meio de informações trazidas do lado castelhano. Como em 1791, o Sargento-mor Engenheiro Joaquim José Ferreira, comandante do presídio de Nova Coimbra e da povoação de Albuquerque, informou ao governador de Mato Grosso que o chefe dos gentios Guaicurus advertira que os espanhóis estariam na cidade de Assunção e na margem do rio Paraguai, próximas ao presídio de Coimbra, com tropas, embarcações e artilharias.⁶²

Alguns meses depois, foram ao presídio dois capitães Guaicurus. Um deles era João Quiema d'Albuquerque. Com dez canoas de índios, eles traziam a informação de que os espanhóis estariam reunidos com tropas e barcos no rio Paraguai e ainda mais tropas chegariam brevemente, com a intenção de tomar o presídio. Os espanhóis teriam o auxílio de

⁵⁹ AHU – Caixa 31. Doc. 1696. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 20, Vila Bela.

⁶⁰ CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Francisco de Sousa Coutinho. 1794, agosto, 20 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1395 CAIXA Nº 029 | Referência Anterior: 66 Fundo: Governadoria Lata: 1794.

⁶¹ MEIRELES, D. M. Op. Cit., p. 147.

⁶² AHU – Caixa 29. Doc. 1628. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 26, Vila Bela.

alguns índios da nação Guaicurus que, em troca, receberiam todos os despojos que ali houvesse. O plano seria executado enquanto os espanhóis atacassem pelo rio e os indígenas por terra.⁶³

A informação acima remete-nos à importância do indígena nesse contexto. Ele conseguia, algumas vezes, transitar dos dois lados dos limites fronteiriços, com isso obtendo informações que pudessem interessar a ambas as administrações. Percebemos dois chefes Guaicurus fornecendo informações sobre a possibilidade de ataque com a participação de indígenas de sua etnia, o que evidencia esse jogo político no qual grupos indígenas procuravam aliar-se de acordo com suas necessidades.

Por vezes cabia ao indígena o papel de espião, trazendo informações que pudessem interessar aos portugueses sobre organização de tropas e estratégias de ataques. Para manter essas mensagens, João de Albuquerque ordenava que se agradasse os grupos indígenas que ali aparecessem com notícias dos vizinhos castelhanos.⁶⁴ Os agrados eram feitos por meio de presentes como facas, foices, machados, “quinquilharias e cestos”, produtos trazidos para a capitania e levados para algumas fundações da fronteira no intuito de cativar os indígenas.⁶⁵

O comandante do presidio de Coimbra, Francisco Rodrigues do Prado, também comunicou ao governador João de Albuquerque que haviam chegado ao presídio sessenta e cinco índios Guanás e cinquenta e três Guaicurus. Estes informaram ao comandante que, no Forte de Bourbon, havia mais de cem homens, além de um barco no porto. Eles traziam também a indagação do comandante do forte, que sempre perguntava por que os portugueses não negociavam com eles, pois os soldados viviam cheios de miséria e vários outros premeditavam desertar para os domínios portugueses.⁶⁶

Quanto aos índios, o comandante de Coimbra afirmava que procurava sempre tratá-los com cordialidade e amizade e, dissimuladamente, procurava aparentar que os tratamentos dos

⁶³ AHU – Caixa 29. Doc. 1628. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1791, novembro, 26, Vila Bela.

⁶⁴ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a D. Joaquim [Alz]. 1793, abril, 15 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1300 Caixa Nº 28.

⁶⁵ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretario do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 28 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1464 CAIXA Nº 030 | Referência Anterior: 70/17 Fundo: Governadoria Lata:1795A

⁶⁶ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a D. Joaquim [Alz]. 1793, abril, 15 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1300 Caixa Nº 28.

portugueses eram bem melhores do que os dos espanhóis, para convencê-los a mudarem para os territórios lusos.⁶⁷

Outras etnias também aparecem na documentação, como o caso dos Guanás que, aliados aos Guaicurus, forneciam informações sobre construções de Fortes espanhóis. Eles noticiavam que alguns soldados tinham interesse em desertar para os domínios portugueses, o que apresenta a fluidez dos indígenas entre as duas colônias europeias.⁶⁸

Isto posto, torna-se mais nítida a estratégia tanto dos portugueses quanto dos indígenas. De um lado, temos os oficiais seguindo as ordens de tratar bem os indígenas, por meio de agrados e presentes, na tentativa de obter informações e atraí-los para os territórios portugueses. Por outro lado, temos os indígenas que traziam as informações, ouviam as propostas de se manterem ao lado dos portugueses, mas que, algum tempo depois, saíam com seus grupos novamente para o lado espanhol. A mobilidade dos indígenas vem a permitir que eles estivessem sempre negociando com portugueses e espanhóis e de acordo com a política do momento, procuravam se aliar ao que melhor garantisse sua sobrevivência.

As questões políticas em relação aos indígenas eram comuns a ambos os lados da fronteira, como afirma Renata Malcher (2000): tanto portugueses quanto espanhóis buscavam aliciar os indígenas. Os portugueses os atraíam com o objetivo de conseguir informações acerca dos vizinhos espanhóis e novos povoadores para seus territórios.⁶⁹

Porém, podemos perceber a articulação dos índios entre os espanhóis e portugueses, pois eles buscavam sempre negociar seus interesses e sobrevivência nesses territórios. Como afirma Manuela Carneiro da Cunha, por muitos anos predominou a noção dos índios como vítimas do sistema político colonial, visão sustentada pela história como um produto apenas da metrópole, eliminando os índios como sujeitos históricos. Isso posto, podemos compreender a afirmação da autora, que diz:

Ora, não há dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena. Sabe-se que as potências metropolitanas perceberam desde cedo as potencialidades estratégicas das inimizades entre grupos indígenas. (1992)⁷⁰

⁶⁷ AHU – Caixa 30. Doc. 1672. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 1, Vila Bela.

⁶⁸ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao ajudante Francisco Rodrigues do Prado. 1793, novembro, 13 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1319 Caixa Nº 28.

⁶⁹ ARAUJO, R. M., Op. Cit., p. 125.

⁷⁰ CUNHA, M. C., da. *Índios no Brasil. História, direitos e cidadania*, p. 22.

Por meio da documentação compreendemos que os grupos indígenas não se persuadiam com o oferecimento de terras para residirem, mas participavam do jogo político em busca de seus interesses. O próprio governador afirmava a dificuldade de se fazer os índios se estabelecerem, por isso procurava adquirir objetos para atrair o interesse deles. Por essa razão, João de Albuquerque aconselhava que deveriam ser mantidas e promovidas a paz e amizade com eles.⁷¹

Constantemente vemos na documentação a solicitação de João de Albuquerque para o envio de facas, foices e machados, entre outros objetos, para presentear os indígenas que aparecessem nos fortes e presídios, mantendo a política de atração para os territórios portugueses.⁷²

Não só a captura de índios, mas também os deslocamentos de grupos indígenas das missões espanholas para os territórios portugueses também eram incentivados, com o intuito não somente de povoar os territórios lusitanos, mas também de esvaziar o espanhol para aumentar sua vulnerabilidade. Com tais compreensões, os administradores da capitania de Mato Grosso passavam a firmar alianças e acordos com grupos indígenas para efetivação de suas posses limítrofes.⁷³

Os governadores da capitania de Mato Grosso sempre procuraram atrair as populações indígenas. Todavia, a migração deve ser percebida também pela decisão destes grupos, que tinham interesses em terras para caça abundante, próximas a rios e às suas antigas terras.⁷⁴ Diferente da noção de limites europeia, os grupos indígenas tinham outra noção de território e da concepção de liberdade, devido à sua ancestralidade nos territórios e à sua mobilidade constante. Eles pouco entendiam das definições traçadas pelos europeus que ali chegaram.⁷⁵

Já os interesses dos portugueses ficavam perceptíveis em suas estratégias, pois os indígenas das missões, além de falarem espanhol, haviam sido batizados e educados pelos jesuítas, o que poderia contribuir para a ideia de “civilizá-los” e fixá-los nos territórios portugueses.⁷⁶

⁷¹ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao ajudante Francisco Rodrigues do Prado. 1793, novembro, 13 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1319 Caixa Nº 28.

⁷² CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 19 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1316 CAIXA Nº 028 | Referência Anterior: 84 Fundo: Governadoria Lata:1793.

⁷³ MEIRELES, D. M., Op. Cit., p. 149.

⁷⁴ CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 246.

⁷⁵ CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 251.

⁷⁶ CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 247.

É evidente que a fixação destes povos ia de encontro com a estratégia de povoação da capitania e a efetivação das conquistas lusas. Na documentação, notamos o deslocamento em massa de grupos indígenas das missões castelhanas. Em determinado momento, João de Albuquerque pediu para que se tentasse manter alguns Guaicurus na margem oriental do rio Paraguai, para que eles se aliassem ao governo português. João de Albuquerque solicitava que sempre se disfarçasse e praticasse toda a cautela a respeito dos índios, com um tratamento de bom modo que lhes permitissem vir para o lado português. Em relação aos índios Guaicurus, João de Albuquerque pediu para que os deixasse habitar na margem oriental pertencente aos portugueses e que se permitisse a vinda dos que desejavam ir à Vila Bela.⁷⁷

A leitura do indígena como guardiões das fronteiras foi feita tanto por portugueses quanto por espanhóis. Por ser território limite entre os domínios portugueses e espanhóis, a maior mobilização sempre esteve na defesa desses locais. Diversas vezes vemos grupos indígenas associando-se ora aos espanhóis, ora aos portugueses, e a instabilidade incitava ainda mais as administrações locais em busca de atraí-los com promessas e presentes.⁷⁸

Uma vez aliados e aldeados em territórios portugueses, a administração passava a utilizá-los para frustrar algumas estratégias de avanços castelhanos, como no documento apresentado a seguir.

Com os espanhóis avançando cada vez mais pelos terrenos na margem oriental do rio Paraguai, por meio de fundações de fazendas de gado, o governo português decidiu estabelecer um povoado com alguns Guaicurus próximo a essa região. Os terrenos, segundo o governador João de Albuquerque, pelo Tratado de Limites deveriam pertencer à Coroa portuguesa e, para desanimar os espanhóis, o governador incentivou os índios Guaicurus a desviarem as éguas e cavalos das fazendas e os trazerem para trocar no presídio de Coimbra por baeta, machados e coisas semelhantes que interessassem aos índios.⁷⁹

Esse incentivo foi uma estratégia de João de Albuquerque de direcionar uma oposição antiga entre os índios Guaicurus e os castelhanos. A aversão era intensificada desde a associação dos espanhóis com os índios Guarani, que tinham antigas divergências com os

⁷⁷ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao ajudante Francisco Rodrigues do Prado. 1793, novembro, 13 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1319 Caixa Nº 28.

⁷⁸ MEIRELES, D. M., Op. Cit., p.152

⁷⁹ AHU – Caixa 31. Doc. 1696. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 20, Vila Bela.

Guaicurus. As desavenças foram legadas aos espanhóis após a aliança, fazendo os Guaicurus buscarem se aproximar mais dos portugueses.⁸⁰

João de Albuquerque acreditava que isso desanimaria os espanhóis, que desistiriam e abandonariam seus estabelecimentos, pois os Guaicurus acordaram em tratar os espanhóis hostilmente. Isso também traria uma abundância de cavalgadas às tropas do serviço da Coroa portuguesa e mais riqueza à capitania de Mato Grosso.⁸¹

O governador português vangloriava-se da boa amizade com os índios Guaicurus que sempre visitavam o presídio de Coimbra com mulheres e filhos. Segundo o governador, eles estariam fixados entre as possessões espanholas e portuguesas, e formavam uma barreira entre os dois domínios, desta maneira a amizade conquistada junto aos índios permitia a segurança e conservação dos terrenos limites. O interesse pela boa convivência com os indígenas permitia dificultar os planos dos espanhóis através de informações e desvios de suas fazendas.⁸²

A aliança com os indígenas perpetrada por João de Albuquerque trouxe alguns benefícios, como a obtenção de informações sobre a movimentação espanhola e a ocupação e proteção dos territórios as margens do Guaporé. Já os indígenas conquistavam a proteção e sobrevivência temporária em meio aos dois domínios, pois dependiam da situação política para se manterem ou se aliarem aos adversários dos portugueses novamente.

O contato com os índios Guaicurus feito por João de Albuquerque iniciou-se no ano de 1791⁸³ e culminou em um Tratado de paz assinado nesse mesmo ano, e posteriormente outro assinado em 1796, esse segundo com dois chefes capitães, José de Seabra e Luiz Pinto.⁸⁴ A ideia por trás do Tratado de Paz era o contexto da demarcação territorial tão almejada entre os impérios. Para isso era necessário obter garantias jurídicas para validar a posse das terras indígenas e, por meio do Tratado, era assegurada a validade judicial, ou seja, o Tratado de Paz servia como dispositivo diplomático para assegurar a posse dos territórios em litígio. O

⁸⁰ TULUX, B. M., *O presidio de Miranda e a defesa do império português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797-1822)*, p. 72.

⁸¹ AHU – Caixa 31. Doc. 1696. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 20, Vila Bela.

⁸² AHU – Caixa 31. Doc. 1696. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 20, Vila Bela.

⁸³ AHU – Caixa 28. Doc. 1617. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso], João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 1791, setembro, 9, Vila Bela.

⁸⁴ AHU – Caixa 31. Doc. 1722. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso], João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa Coutinho. 1796, fevereiro, 10, Vila Bela.

Tratado de Paz deveria ser bilateral, no qual as duas partes, indígenas e portugueses, garantiriam concessões. Todavia, eram registradas somente as concessões indígenas, e raras vezes eram lavradas as concessões que os portugueses faziam aos caciques.⁸⁵

Os tratados com indígenas aumentaram na segunda metade do século XVIII, como analisa Tamar Herzog (2018), como resposta à ideia da liberdade dos indígenas para escolherem ser submissos ou não. Porém, a teoria resultante destes tratados versa do controle dos territórios americanos. Por meio dos tratados, os indígenas não se tornavam apenas aliados dos europeus, mas eles e suas terras passavam a ser propriedade da Coroa. Grandes disputas por alianças com indígenas para a conquista de território foram travadas por espanhóis e portugueses nesse período.⁸⁶

As estratégias portuguesas acerca dos indígenas, desde sua utilização como remeiros, espiões, povoadores e defensores dos territórios e a relevância desses para a construção da fronteira oeste fica perceptível na quantidade de correspondências oficiais em que são retratados. Vemos, inclusive na cartografia, o registro da movimentação e estabelecimento dos povos indígenas, como nas figuras 5 e 6 do mapa 1, que apresenta a mudança e localização de missões.

O que procuramos apresentar, por meio desses documentos, foi a participação e a importância dos indígenas na construção dos territórios limítrofes da capitania de Mato Grosso. Em meio a um contexto de invasão e extermínio, subsistir naquele período na fronteira oeste da América portuguesa e encontrar meios de negociar sua proteção entre duas colônias ibéricas era algo complexo e que os grupos conseguiram elaborar.

Alguns grupos indígenas aliaram-se aos portugueses para lutar com grupos indígenas rivais, como foi o caso dos Bororo, cujos adversários eram os Caiapó. Outros resistiram e foram mortos, como os Paiaguá, como afirma Russell-Wood (1999)⁸⁷:

Quer os índios tenham manipulado os europeus, quer tenham sido manipulados, quer tenham assinado tratados e formado alianças através de casamentos, quer tenham resistido à escravidão ou tenham sido passivamente escravizados, os resultados foram os mesmos: o massacre dos povos nativos e a destruição de suas culturas.

Espanhóis e portugueses percebiam que necessitavam da pacificação da população local para conquistarem os territórios. Desde a conversão, a criação de alianças e guerras

⁸⁵ CARVALHO, F. A. L., Op. Cit., p. 237-239.

⁸⁶ HERZOG, T., Op. Cit., p. 150.

⁸⁷ RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fronteiras no Brasil Colonial*. Revista Oceanos. A formação territorial do Brasil. p.13.

foram as estratégias utilizadas para controlar os habitantes indígenas e suas terras. A respeito da visão do indígena, ainda que escassa na documentação, Herzog (2018, p. 202) nos afirma que

[Os indígenas] podiam usar espanhóis e portugueses nas suas lutas uns com os outros ou para ganhar proeminência local. Podiam iniciar contato com os ibéricos para perceber os seus planos e talvez receber os presentes que tantas vezes distribuía.

AS FUGAS DE ESCRAVOS

Percebemos, até o momento, as diversas culturas existentes na fronteira da capitania de Mato Grosso. Trataremos, a partir deste momento, das relações com os africanos escravos na América portuguesa.⁸⁸

Os trabalhos dos africanos na capitania de Mato Grosso eram realizados em diversos setores, como construções, cultivo, engenhos e tropas militares, sendo “comum o uso de homens livres de cor e ex-escravos em unidades de combates, formando milícias colônias e mesmo exércitos voluntários”. (LORDELO, 2010, p.54).

A população de escravos na capitania era notável. No ano de 1791, havia em Vila Bela uma população de 2646 habitantes, do qual 1555 eram escravos, com um percentual maior que 58% de negros escravizados.⁸⁹ Em meados de 1792, excluindo-se a população indígena, habitava nos territórios da capitania de Mato Grosso uma população de 22 mil pessoas e mais da metade, exatos 12 mil, eram escravos.⁹⁰

Existia, entre os escravizados negros, uma subdivisão entre os “negros de ganho”, obrigados a dar ao seu senhor uma determinada quantia daquilo que obtivessem, e os “negros de aluguel”, que desenvolviam determinadas tarefas cujo preço se ajustava antecipadamente.⁹¹ Entre os mais diversos ofícios desenvolvidos pelos negros na capitania de Mato Grosso estariam os de “ferreiros, carpinteiros, carapinas, seleiros, alfaiates, sapateiros, oleiros, barbeiros, caldeiros, armeiros, serralheiros, pedreiros” entre outros, na segunda metade do

⁸⁸ RUSSELL-WOOD, A. J. R., Op. Cit., p. 10.

⁸⁹ SILVA, J. V., Op. Cit., p. 253.

⁹⁰ COSTA, M. de F. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior*. p. 998.

⁹¹ LORDELO, M. C. S. *Escravos negros na fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso: Fugas, capturas e formação de Quilombos*. 2010, p. 58.

século XVIII. Nos engenhos, os escravos negros também exerciam diversas funções, dos quais eles eram a maioria da mão de obra.⁹²

A importância dos negros para as atividades econômicas que sustentavam a capitania é algo mais que consolidado na historiografia, desde a sua relevância na construção urbana até a mão de obra que movimentava a economia. No entanto, procuraremos ressaltar aqui a movimentação dos escravos por meio das fugas e como isso impactava na região fronteira.

Na formação das diversas fronteiras na capitania de Mato Grosso, múltiplas culturas passaram a formar, por meio de seus convívios, as fronteiras do local. Ao nos aproximarmos da ideia de uma fronteira fluida e produzida por distintos atores sociais, com seus interesses e estratégias, podemos perceber a movimentação dos escravos em diversos momentos ao longo de sua inserção na capitania de Mato Grosso. As formas de resistir à escravidão passaram por fugas, formações de quilombos, suicídios e assassinatos.⁹³

Desde a chegada à capitania de Mato Grosso, os escravos negros, procuraram formas de sobrevivência e liberdade. Otávio Chaves (2008, p. 242) afirma que

Desde a introdução dos primeiros escravos negros nas minas cuiabanas, na primeira metade do século XVIII, ocorreram fugas para quilombos e para os domínios hispânicos. Se as autoridades metropolitanas e coloniais da capitania de Mato Grosso esforçavam-se para obter informações sobre as rotas que levavam aos povoados espanhóis, os cativos africanos, ao conhecê-las, ousavam atravessar a fronteira para procurar viver mais folgadoamente, distante do cativo. Não somente fugiam para os domínios espanhóis, como construíam quilombos, tecendo redes de apoio para que pudessem viver longe das áreas de mineração, do trabalho nas vilas e arraiais e das obras das fortificações.

Por vezes, as fugas iam em direção a um quilombo. Os quilombos eram organizados de forma a garantir a proteção e a segurança dos fugitivos. Lordelo relata sobre a estrutura de um quilombo:

Os quilombolas andavam armados “com armas de fogo e arco e flecha”; fabricavam suas próprias roupas e consertavam as suas ferramentas “para o que tinham duas tendas de ferro”, o que indica a existência de mão de obra qualificada. (2010)⁹⁴

Os quilombos eram autossuficientes, tinham roças e produziam milho, feijão, batatas e algodão, entre outros produtos. Neles fiava-se e tecia-se para se vestir, e normalmente eles se

⁹² LORDELO, M. C. S., Op. Cit. 2010, p. 59.

⁹³ LORDELO, M. C. S., Op. Cit. 2010, p. 66.

⁹⁴ LORDELO, M. C. S., Op. Cit. 2010, p. 71.

estabeleciam em locais de difícil acesso. Dentre as atividades dos quilombolas estaria a extração de ouro e diamante. Com isso, os quilombolas possivelmente faziam comércio na região para trocar os minérios extraídos.⁹⁵

Com toda organização e estrutura os cativos necessitavam saber o caminho a seguir para chegar aos quilombos. Segundo Chaves (2008, p. 351) a “historiografia tem revelado que, quando os cativos fugiam, um roteiro era, às vezes, pré-concebido: o escravo não se dirigia para um quilombo sem informações sobre o possível caminho que o levaria ao seu destino”. Mesmo quando as fugas ocorriam para territórios espanhóis, deveria haver um mínimo conhecimento da trajetória a ser seguida. Acredita-se, então, que as informações sobre os percursos e roteiros eram passadas por redes de apoio formadas por pessoas que teriam essas informações.⁹⁶ Mesmo com toda organização, por vezes eram pegos os que auxiliavam nas fugas ou quando se descobria a localização dos quilombos os oficiais iam destruí-los, prendendo os negros aquilombados.⁹⁷

Passaremos a refletir sobre essas fugas para o território espanhol. Muitos escravos fugiam por não aceitarem reclusão e os vários abusos físicos e psicológicos que sofriam desde sua captura. Consequentemente, a fuga demandava uma mínima organização, como um local aonde ir com segurança. Caso contrário, ela se tornaria ineficaz.⁹⁸

Através das fugas, constantes nos territórios, vários escravos adentravam as missões religiosas castelhanas. Diversas vezes vemos na documentação a fuga de escravos utilizada como pretexto para oficiais portugueses adentrarem os territórios vizinhos. Contudo, as fugas eram um real problema na capitania desde sua fundação.⁹⁹

Elas ocorriam em vários pontos da fronteira, e o mais comum era de Vila Bela para as missões religiosas, Moxos e Chiquitos. Nesses três governos o descaso espanhol em restituir os escravos era constante.¹⁰⁰ Havia acordos nos quais as Coroas se comprometiam a restituir os escravos em caso de fugas. Entretanto, na maior parte das vezes, eles não eram cumpridos.

A questão das fugas de escravos pela fronteira vinha desde a fundação da capitania de Mato Grosso e foi tratada em diversas instruções para governadores, como a de Rolim de Moura para João Pedro Câmara. Nela afirmou-se que os padres teriam ordens da Real audiência de Chiquisaca para prender os escravos que fugissem para o lado espanhol, cabendo

⁹⁵ LORDELO, M. C. S., Op. Cit., p. 71– 77.

⁹⁶ CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 243-245

⁹⁷ LORDELO, M. C. S., Op. Cit., p. 77.

⁹⁸ LORDELO, M. C. S., Op. Cit., p. 69.

⁹⁹ LORDELO, M. C. S., Op. Cit., p. 69.

¹⁰⁰ LORDELO, M. C. S., *Escravos negros na fronteira entre Brasil e Bolívia*. 2011, p.12.

aos portugueses mandar buscá-los. Todavia, os padres não entregavam nenhum escravo fugido e até facilitavam as fugas dos mesmos para, com isso, dificultar a subsistência dos estabelecimentos portugueses no rio Guaporé e nas minas.¹⁰¹

Encontramos novamente instruções sobre as fugas nas instruções passadas por Luís Pinto ao governador Luís de Albuquerque, que tratou das fugas de escravos, tanto para os quilombos quanto para os domínios da Espanha. Segundo Luís Pinto, a restituição dos escravos por parte dos castelhanos estaria ocorrendo, pois o governador de Santa Cruz de La Sierra procurava cumprir o acordo de devolução. Em contrapartida, os escravos de Cuiabá fugidos para a cidade de Assunção pelos rios eram um grande problema.¹⁰²

Não somente objeto de discussão nas instruções passadas aos administradores da capitania, como também o conteúdo das fugas de escravos pela fronteira foi assunto no Tratado Preliminar de Limites (1777). Em seu artigo XIX, ele determinava que os governadores entregassem os fugitivos que buscassem moradia nos terrenos vizinhos. Em 1793, João de Albuquerque afirmou que sabia, por meio de alguns espanhóis, que houve ordens da própria Corte de Madrid para que não se entregassem os escravos fugitivos da capitania de Mato Grosso presentes em território espanhol.¹⁰³ Um dos motivos encontrados nas documentações acerca do incentivo dos espanhóis às fugas de escravos era o interesse dos religiosos das missões na mão de obra advinda dos fugitivos.¹⁰⁴

As suspeitas de os espanhóis encorajarem e manterem os fugitivos foram relatadas por portugueses desde seu primeiro governador, Rolim de Moura, em suas instruções, como vimos acima, e no período de João de Albuquerque. O que podia ser afirmado era, por diversas vezes, a ausência de restituição dos escravos e a constante fuga para os domínios de Castela.

As fugas prejudicavam o povoamento da capitania portuguesa e, conseqüentemente, a garantia de seus territórios. Em um contexto de discussão de limites, tanto a redução de povoamento quanto a de mão de obra essencial na manutenção de núcleos urbanos e rurais se tornavam um grande problema para administração lusa.

¹⁰¹ IHGMT, *Instruções aos Capitães-Generais*. Instrução do Conde de Azambuja para D. João Pedro da Câmara. p. 26.

¹⁰² IHGMT, *Instruções aos Capitães-Generais*. Instrução de Dom Luís Pinto de Souza para Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. p. 44.

¹⁰³ AHU – Caixa 30. Doc. 1671. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 01, Vila Bela.

¹⁰⁴ LORDELO, M. C. S. Op. Cit., 2011. p. 12.

A administração portuguesa elaborava estratégias para evitar as fugas, por meio de recompensas por capturas, patrulhamento das fronteiras e rondas constantes. Em um ofício, quando se indagou ao governador o motivo de haver tantos soldados nos limites fronteiriços, João de Albuquerque afirmou que eles eram necessários para fazer rondas com o intuito de evitar as repetidas fugas de escravos.¹⁰⁵

Diversas ordens também foram emitidas pelo governador para patrulhamento na fronteira. Com muitas preocupações na região do presídio de Coimbra, João de Albuquerque instruiu o comandante a conservar rondas em duas canoas, que deveriam explorar, até meio dia de viagem abaixo de Coimbra, e observar qualquer movimento dos espanhóis e evitar fugas e deserções para o domínio espanhol.¹⁰⁶

A povoação de Casalvasco, por exemplo, era um dos locais com constantes fugas de escravos, motivo pelo qual João de Albuquerque mantinha várias rondas e guardas.¹⁰⁷ Segundo o governador, os espanhóis buscavam se aproximar de Casalvasco para facilitar a fuga da escravatura.¹⁰⁸

A fuga de escravos chegou a ser um problema tão frequente que João de Albuquerque solicitou à sua Rainha que fizesse um Real Decreto para determinar que os três governos, do Paraguai, de Moxos e de Chiquitos, restituíssem os escravos que fugissem para lá. O governador alegava que, por maior que fosse a insistência em suas devoluções, os governadores espanhóis nem lhe respondiam sobre o assunto.¹⁰⁹

O interesse espanhol na fuga dos escravos portugueses para os seus domínios igualmente surge na documentação. Os espanhóis da fronteira de Moxos aproximavam-se cada vez mais dos domínios portugueses por meio de fundações de povoados na margem oposta do Forte Príncipe da Beira, apenas duas léguas de distância. As povoações buscavam não só dilatar as fronteiras espanholas, mas também, para João de Albuquerque, facilitar a

¹⁰⁵ AHU – Caixa 27. Documento 1590. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1790, outubro, 12 – Vila Bela.

¹⁰⁶ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Auxiliar e Comandante do Presidio de Nova Coimbra Francisco Pedro de Melo. 1792, novembro, 17 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1267 Caixa Nº 27.

¹⁰⁷ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretario do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 28 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1464 Caixa Nº 30.

¹⁰⁸ AHU – Caixa 31. Doc. 1699. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 28, Vila Bela.

¹⁰⁹ Carta do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretario do Estado dos negócios da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 28 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1464 Caixa Nº 30.

fuga dos escravos para os domínios castelhanos.¹¹⁰ Os espanhóis desejavam, por meio da fuga de escravos, o despovoamento da capitania de Mato Grosso, ao mesmo tempo aproveitando da mão de obra desses fugitivos.¹¹¹

Quase no fim de seu governo, em 1795, João de Albuquerque enviou um ofício ao secretário Martinho de Melo, no qual evidenciou que os três governos espanhóis estariam unidos para formarem povoações e se aproximarem da fronteira portuguesa. O governo de Moxos havia fundado uma na boca do rio Itonamas, próximo ao Forte Príncipe da Beira, abrindo uma porta para a fuga da escravatura por esse lado,¹¹² sendo que o governo, há mais de cinco anos, não restituía nenhum dos escravos fugidos¹¹³.

A busca por melhores condições de vida levou negros escravizados a buscar proteção no lado oposto da fronteira. Os portugueses insistiam na restituição dos negros fugitivos, e os espanhóis exigiam que os indígenas fugidos das missões para as terras portuguesas fossem devolvidos.¹¹⁴

As fugas dos escravos prosseguiram ao longo do século XVIII, e os oficiais portugueses constantemente procuravam capturá-los.¹¹⁵ A busca por sobrevivência ou melhores condições parecia ser a única saída dos povos marginalizados que se encontravam em meio à disputa de portugueses e espanhóis. O risco da fuga para outro território por vezes se fazia real. Chaves (2008)¹¹⁶ afirma que:

Alguns escravos e ameríndios eram devolvidos, outros eram acoitados por algum religioso, autoridade colonial ou colono espanhol interessado na manutenção do “criminoso”. Do lado português, os ameríndios que vinham dos domínios espanhóis eram logo assentados em alguma parte da fronteira.

As administrações portuguesas e espanholas beneficiavam-se das pessoas ou de grupos que procuravam sua sobrevivência ou melhores condições de vida. Os escravos negros fugidos de Mato Grosso dominavam um pouco da língua portuguesa e tinham experiência em

¹¹⁰ AHU – Caixa 30. Doc. 1671. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1793, setembro, 01, Vila Bela.

¹¹¹ CHAVES, O. R., Op. Cit. p. 246.

¹¹² AHU – Caixa 31. Doc. 1699. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. 1795, julho, 28, Vila Bela.

¹¹³ CARTA do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Miguel Zamora Frevino Navarre Manrique de Lara. 1794, setembro, 20 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1398 CAIXA Nº 29.

¹¹⁴ LORDELO, M. C. S., Op. Cit. 2010, p. 90.

¹¹⁵ LORDELO, M. C. S., Op. Cit. 2010, p. 246-247.

¹¹⁶ CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 247.

mineração e cultivo de alguns gêneros, habilidades que em muito poderiam servir aos espanhóis.¹¹⁷ A opção por viver em territórios castelhanos, atravessar o limite de territórios e desafiar diversos perigos no caminho era em busca de algo que poderia valer a pena: a liberdade.¹¹⁸

A fuga de escravos foi um problema constante na capitania. O governador João de Albuquerque afirmava que eles encontravam asilo seguro e proteção nos domínios castelhanos, sendo, por isso, recorrentes as fugas para os territórios espanhóis.¹¹⁹ Porém, em um contexto de implementação de limites, o movimento das fugas causava um grande prejuízo para a administração lusa. A carência de pessoas para trabalhar nas terras portuguesas, na capitania de Mato Grosso, era relevante, e a evasão dos negros provocava impactos na manutenção dos domínios, tanto como povoação quanto mão de obra. As deserções da escravatura para os territórios castelhanos geraram diversas instruções, incluídas no Tratado de Limites, salientando sua importância para a discussão sobre as demarcações.

A fronteira era um espaço fluido e frequentado por oficiais, agentes eclesiásticos, contrabandistas, diversas nações indígenas, negros escravos e livres, entre outros personagens que por ali passavam. O deslocamento nessa fronteira tinha motivações econômicas, políticas e culturais, em uma busca constante por sobrevivência e autopreservação. Logo, para os que viviam nesse contexto, a fronteira deixava de ser uma linha de definição e passava a se tornar uma possibilidade.

¹¹⁷ CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 247.

¹¹⁸ CHAVES, O. R., Op. Cit., p. 251.

¹¹⁹ CARTA do [Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Miguel Zamora Frevino Navarre Manrique de Lara. 1795, novembro, 02 – Vila Bela. BR MTAPMT.SG.CA 1480 CAIXA N° 30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As divisões territoriais dos limites da capitania de Mato Grosso com os domínios espanhóis foram um processo resultado de um emaranhado de situações e personagens. Analisar as fronteiras no período (1789-1796) significa compreender uma divisão imaginária de territórios, que marcaria os confins de um domínio. Essas fronteiras não se reduziam a uma linha, mas eram resultado do encontro dos grupos diversos.

As fronteiras passaram inicialmente pelas comunidades locais, que foram se posicionando em espaços considerados mais vantajosos ou onde podiam melhor atacar ou se defender.¹ Seu limiar também foi determinado por barreiras naturais, aproximando-se de uma ideia de fronteira fixa e inalterada. De todo modo, seu princípio sempre foi separar territórios de soberanias diferentes.² Como na pesquisa realizada percebemos que essas escolhas locais se distanciavam dos tratados instituídos pelos monarcas europeus, ainda assim as divergências não só eram permitidas como também ordenadas pela Coroa Portuguesa.

Procuramos, no primeiro capítulo, entender a expansão geográfica da capitania de Mato Grosso. Ela ocorreu desde a fundação da capitania e, a partir da expansão, visualizamos a dificuldade de demarcação de limites, pois como instituir uma linha de divisão considerando que aos administradores era recomendado sempre buscar conquistar novos territórios?

A problemática tem seu princípio desde a formação da capitania de Mato Grosso. Em meio à formulação do Tratado de Madri (1750), o primeiro governador, Antônio Rolim de Moura, por ordem da coroa portuguesa, fundou a capital Vila Bela na margem do rio Guaporé, território esse negociado pelo mesmo Tratado como pertencente à Espanha. Em sequência, percebemos os demais governos expandindo as conquistas territoriais lusas por meio de fundações de povoados, fortes e aldeias.

Se, por um lado, observamos a negociação da coroa portuguesa concedendo os territórios limítrofes requeridos pelos monarcas espanhóis, por outro, vemos o governador da capitania, Luís de Albuquerque, produzir documentações para defender territórios conquistados e expandi-los com a ocupação de outras áreas.

¹ MAGALHÃES, J. R., *A formação Territorial do Brasil*, Introdução. Revista Oceanos, p. 5.

² GIRALDO, M. L. *Reformar as florestas. O Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa*. In: *A Formação Territorial do Brasil*. Revista Oceanos, p. 68.

No segundo capítulo, discorremos sobre o governo de João de Albuquerque e, a partir das instruções passadas por seu irmão, procuramos identificar em sua narrativa suas estratégias de governo nos assuntos relacionados à demarcação de limites.

A análise da divisão territorial produzida por Luís de Albuquerque, em sua *Ideia Geral*, não foi passada por meio das instruções e nem realizada no governo de seu irmão, João de Albuquerque, mantendo a situação de indefinição nos limites. Porém, percebemos que a cartografia do período de João de Albuquerque mantinha a divisão territorial além da estipulada pelo Tratado de limites, do mesmo modo que a retratada no governo de Luís de Albuquerque.

Constatou-se que foram necessárias diversas estratégias para discussão territorial entre os governadores espanhóis e João de Albuquerque, no período analisado. Para a manutenção das conquistas portuguesas, podemos observar a retórica de posse e do *uti possidetis* com grande frequência nos discursos. Dessa maneira, em relação às instruções, João de Albuquerque conseguiu garantir o não cumprimento do Tratado de Santo Ildefonso durante todo seu governo por meio de sua diplomacia.

Do mesmo modo procuramos demonstrar os esforços para definir bens, vassalos e propriedades, que convergiam para a demarcação de territórios e fronteiras. Percebemos um espaço em movimento no qual o litígio de disputas se dava por meio de rotas ou de localização de grupos, imbricados em quais partes dos territórios poderiam ser utilizadas e de que modo poderia ser determinada a posse. A posse era reivindicada por meio de ocupação de terras e de controle de habitantes e, com isso, se legitimava o confronto pelo limite territorial entre espanhóis e portugueses.

Neste contexto, para fundamentar a análise das estratégias locais, temos a produção cartográfica, com dois mapas analisados: um do período de Luís de Albuquerque e outro do período de governo de João de Albuquerque. A produção cartográfica permitiu compreender a apropriação dos espaços por meio das representações.

As relações de poder constituídas pela representação cartográfica, no sentido de estratégia colonizadora, iniciam na reprodução de diversos espaços despovoados, locais povoados por diversos povos indígenas. Percebemos também as diferentes formas de ocupação do interior e uma fronteira que se expandia e se movimentava. Os registros textuais nos auxiliam na compreensão do que era relevante ao ponto de ser registrado para posteridade, desde registros históricos de ocupações até troca de aldeias e povoados de locais.

Já no terceiro capítulo, passamos a analisar alguns grupos influenciadores na construção das fronteiras e como esta era compreendida. Inicialmente, temos a fronteira delimitada no Tratado de Santo Ildefonso, assinado pelas Coroas Portuguesa e Espanhola. Concomitantemente, temos as ordens expressas de não cumprimento dessa demarcação e a ideia de uma fronteira desenhada pelo governador Luís de Albuquerque, que representa as linhas em seu mapa e seus planos de divisões de limites. O mapa do período de João de Albuquerque apresenta divisões divergentes das do Tratado de Santo Ildefonso. Além destas duas fronteiras, também pudemos constatar a fronteira cotidiana, vivenciada e disputada por diversos personagens, com ideias de territorialidades diversas. Por fim, destacamos as fronteiras no plural, pois não teria como falar apenas de uma fronteira, sendo que todas elas fizeram parte da definição de espaços limítrofes de Mato Grosso.

A compreensão do que é a fronteira perpassa a discussão político-administrativa, como afirma Sandra Pesavento:

Antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade ...

São produtos desta capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. (2002)³

As ressignificações do espaço fronteiriço adquirem uma maior dimensão pela variedade de manifestações sociais, entre disputas de poder e interesses pessoais de múltiplos agentes sociais, com seus discursos e deslocamentos. A discussão cultural da territorialidade vem a questionar as demarcações dos Tratados e dos mapas, evidenciando outros personagens responsáveis pelas disputas de espaços.

Em toda documentação consultada constatamos a presença dos indígenas, escravos e espiões, entre outros envolvidos nas discussões sobre limites territoriais, porém, com informações esparsas e superficiais. Reunindo tais informações, conseguimos desenvolver o terceiro capítulo, o qual corrobora a hipótese de múltiplas fronteiras e seus agentes por vezes ocultados pela historiografia.

A demarcação de limites não se compreende só a partir de um grupo, mas sim por uma complexidade de fatores que envolveram múltiplos agentes sociais com seus objetivos diversos. Como analisa Herzog, a discussão territorial de portugueses e espanhóis não refletia

³ PESAVENTO, S. J. *Além das fronteiras*. In: MARTINS, M. H. (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil - Uruguai - Argentina*. P. 35.

um estado permanente, mas uma dinâmica, um processo amplo com muitos atores e múltiplas possibilidades, seguidamente, com numerosas e contraditórias justificações.⁴

Ordens dadas por João de Albuquerque e executadas pelos oficiais portugueses para que espionassem a fronteira e seus vizinhos, constantemente à procura de informações relevantes, personagens que traziam informações, nesse contexto de disputas territoriais, para conseguir vantagens. Os participantes, por vezes considerados secundários, fizeram parte da demarcação dos limites juntamente com a administração local, pois era por meio de suas informações que o governador elaborava suas estratégias diplomáticas e de defesas.

Os escravos negros, de igual modo, transitaram pela fronteira, procurando sua sobrevivência ao atravessar essa linha imaginária limítrofe para adentrar os domínios castelhanos. Em meio à sua resistência, a administração lusa passava a vigiar e a ocupar territórios utilizados para as fugas.

Já os povos indígenas locais tinham uma percepção completamente diferente de territórios, e tiveram que encarar uma fronteira física inicialmente com a área delimitadora de uma aldeia.⁵ No entanto, percebemos suas estratégias em meio a discussões de limites, como a troca de informações por pertences e interesses de seus grupos.

Tendo como referência as conclusões de Herzog, entende-se que a formação das fronteiras teve, por muito tempo, as narrativas históricas como produto de uma série de processos políticos e diplomáticos ou militares. Porém, as disputas por territórios implicaram em um grupo bem mais alargado de atores e interesses e envolveram considerações econômicas, sociais, políticas e religiosas afetadas por alianças e cobiças por terras. Segundo a autora, “a história da formação de fronteiras, bem como a história diplomática, política e militar, deverá tornar-se, também, numa história social e legal”.⁶

O Tratado de Santo Ildefonso não foi efetivado no período de governo de João de Albuquerque, não resolvendo os problemas fronteiriços entre portugueses e espanhóis na capitania de Mato Grosso. Todavia, ele permitiu um cessar de ataques. João de Albuquerque manteve as instruções e o governo de seu irmão, não realizando nenhuma mudança nas questões da demarcação. Seu governo encerra-se com seu falecimento, em fevereiro de 1796, na capitania de Mato Grosso, acometido de violentas febres. No entanto, em setembro de 1795, a Rainha D. Maria I havia nomeado Caetano Pinto de Miranda Montenegro como novo

⁴ HERZOG, T. *Fronteiras da posse*, p. 202.

⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. R., *Fronteiras no Brasil Colonial*. In: *A Formação Territorial do Brasil*. Revista Oceanos, p. 12.

⁶ HERZOG, T. *Fronteiras da posse*, p. 202

governador e capitão general de Mato Grosso. Devido à longa viagem do reino até a capitania, ele só chegou após a morte de João de Albuquerque, em novembro de 1796.⁷

⁷ COSTA, M. F.; DOMINGOS, F. K., *A Devassa no Guaporé*, p. 18.

BIBLIOGRAFIA

ABRIL, Victor Hugo. *Governadores interinos: Cotidiano administrativo e trajetórias no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2015.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)*. An. mus. paul. vol.17 no.2 São Paulo July/Dec. 2009. Acessado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200011 em 20 de junho de 2018.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. *Luís de Albuquerque: viagens e governo na Capitania de Mato Grosso*. São Paulo: Versal Editores, 2014

ANZAI, Leny Caselli. *Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso*. Revista Lusófona De Ciência Das Religiões – ANO VII, 2008 / n. 13/14 – 253-262. Acessado em: http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4199/missoes_de_chiquitos_e_moxos_e_a_capitania_de_mato_grosso.pdf?sequence=1 em 19 de maio de 2008.

ARAUJO, Renata Malcher. *A Urbanização de Mato Grosso no Século XVIII. Discurso e Método*. Volume 1. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Humanas. Universidade de Nova Lisboa. 2000.

BETHENCOURT, F.; CHAUDHURI, K. (eds.), *História da expansão Portuguesa*. v. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998,

BLAU, Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752-1798*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. 2007.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez & Latino* - volume 3. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/>. Acesso em 2 de julho de 2019.

CAMARGO, Fernando. *A pendenga interminável: As demarcações do Tratado de Santo Ildefonso*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH. Anais da XXIII reunião. Curitiba, 2003. Disponível em: <
https://www.academia.edu/3597989/A_pendenga_intermin%C3%A1vel_as_demarca%C3%A7%C3%B5es_do_Tratado_de_Santo_Ildefonso> Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

CAMPOS, Herib Caballero. *Los Bandos del Buen Gobierno de la Provincia del Paraguay 1778-1811*. Editora Arandurã. 2012.

CANOVA, Loiva, *Índios e a Civilização na capitania de Mato Grosso sob a perspectiva do directório*. Revista história e diversidade. Vol. 8. Nº 1. 2016. (126-143).

_____. *Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Alguns informes de funcionários ilustrados sobre as antigas missões de Mojos e Chiquitos, em fins do século 18*, Corpus [En línea], Vol 4, Nº 1 | 2014. Disponível em: <http://corpusarchivos.revues.org/730> ou https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34212597/Francismar_Corpus-Archivos.pdf? em 15 de maio de 2018.

_____. *Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missioneiros entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800)*. Revista Nuevo Mundo, 2012. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/62485>>. Acesso em: 05 de março de 2018.

_____. *Lealdades Negociadas: Povos Indígenas e a Expansão dos Impérios Ibéricos nas Regiões Centrais da América do Sul (Segunda Metade do Século XVIII)*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. 2012.

CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c.1580-c.1650)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2007.

CHAVES, Otavio Ribeiro. *Política De Povoamento E A Constituição Da Fronteira Oeste Do Império Português: A Capitania De Mato Grosso Na Segunda Metade Do Século XVIII*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

COMISSOLI, Adriano. *A circulação de informações e o sistema de vigilância portuguesa da fronteira do Rio da Prata (século XIX)*. Revista eletrônica 13, documento/monumento. Universidade Federal de Mato Grosso / Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR. Vol. 13 – N.1. Dez/2014

_____. *Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX)*. Revista de Índias, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272. Págs. 113-146. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/revindias.2018.004> em 12 de janeiro de 2019

CORREIA, J. GODOY, P. *O Tratado de Madri e as políticas territoriais no Brasil meridional (1750-1777)*. Tempos, espaços e representações: abordagens geográficas e históricas. UESB. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2878/pdf_103. Acesso em: 02 de fevereiro de 2018.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte *O Tratado de Madrid*. Ed. Fac-similar – Brasília: Senado Federal, 2001.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII)*. São Paulo. Annablume: Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

COSTA, Maria de Fátima e DOMINGOS, Flávia Kurunczi. *Devassa no Guaporé: usos e abusos do poder na colônia, 1797-1805*. Cuiabá-MT: Entrelinhas Editora, 2009.

COSTA, Maria de Fátima. *Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001.

_____. *História de um País Inexistente. O Pantanal entre os Séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade: Kosmos, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil. História, direitos e cidadania*. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil Colônia. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII*. Edições ALVA. 1979

DIAS, Erika Simone de Almeida Carlos. *As pessoas mais distintas em qualidade e negócio: a Companhia de Comércio e as relações políticas entre Pernambuco e a Coroa no último quartel de Setecentos*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal. 2014

FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso. 2003

FERREIRA, Maria Delfina do Rio. *Das minas gerais a Mato Grosso: Gênese, evolução e consolidação de uma capitania*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Porto. 1996.

FERREIRA, Mario Clemente. *O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia*. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100004. 2007. Acessado em: 15 de maio de 2018

FRAGOSO, João. BICALHO, Maria F. GOUVÊA, Maria de Fatima. (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. GUEDES, Roberto. KRAUSE, Thiago (Org.). *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Cuiabá-MT: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

GIRALDO, Manuel Lucena. *Reformar as florestas. O Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa*. Revista Oceanos: A Formação Territorial do Brasil. Revista Oceanos, nº 40, p. 66-76, out/dez de 1999.

GOMES, Maria do Carmo Andrade. *Velhos mapas, novas leituras: Revisitando a história da Cartografia*. Geosp. São Paulo: Espaço e Tempo, nº 16, pp. 67-79. 2004.

HARLEY, Brian J., *La nueva naturaleza de los mapas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HERZOG, Tamar. *Fronteiras da Posse, Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

IHGMT, *Instruções aos Capitães-Generais* – Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001

JESUS, Nauk Maria de. *Na Trama dos conflitos. A administração na fronteira oeste da América Portuguesa (1719-1778)*, Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006.

_____. *O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII*. Hist. R., Goiânia, v. 22, n. 3, p. 70–86, set./dez. 2017.

_____. *Disfarces e Cautelas: o governo de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e o contrabando na fronteira oeste da América Portuguesa*. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. 2008.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. *Escravos negros na fronteira Oeste da Capitania de Mato Grosso: Fugas, capturas e formação de Quilombos*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. 2010

_____. *Escravos negros na fronteira entre Brasil e Bolívia*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300712738_ARQUIVO_Trabalhocompleto_Monique_Lordelo.pdf. Acessado em 16 de maio de 2018

MAGALHÃES, J. R. Introdução. Revista Oceanos: *A Formação Territorial do Brasil*. Revista Oceanos, nº 40, p. 5-6, out/dez de 1999.

MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da Fronteira. Rio Guaporé, século XVIII*, Petrópolis: Editora Vozes. 1989.

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. Fundação de Cultura de Mato Grosso. 1982.

MOLAS, Mariano Antônio. *Descrpcion Historica de la Antigua Provincia del Paraguay*. Editora. Imprenta de Mayo de C. Casavalle-Moreno 241. Buenos Aires. 1868. Acessado em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=sJDNPWn-KuoC&oi=fnd&pg=PA1&dq=provincia+do+paraguay&ots=ilggMFIDbb&sig=1SgyLRxC_k0dZhAiQWLZqoItEg0#v=onepage&q=provincia%20do%20paraguay&f=false. Em: 25 de Maio de 2018.

MORAES, Benone da Silva Lopes. *Dilatar Limites: A “Ideia Geral” de Luís De Albuquerque (1772-1781)*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco. *Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Coleção O Brasil Colonial (1443-1580) vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. *Vivendo entre Cafres: Vida e Política do Conde de Assumar no Ultramar, 1688-1756*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2009.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, p. 115-131.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Além das fronteiras*. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais: Brasil - Uruguai – Argentina*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

RUSSEL-WOOD, A. J. R., *Fronteiras no Brasil Colonial*. Revista Oceanos: *A Formação Territorial do Brasil*. Revista Oceanos, nº 40, p. 8-20, out/dez de 1999.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. São Paulo: Annablume, 2011.

SANTOS, Nívia Pombo C. dos. *O palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados. Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803*. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2013.

SILVA, João Bosco da. *Vila Bela a Época de Luís de Albuquerque (1772-1789)*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso. 2006.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de Cores (política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso – Século XVIII)*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Apresentação*. In: *Instruções aos Capitães-Generais – Cuiabá*: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras 2006.

TAVARES, A. Lyra. *A Engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Biblioteca do Exército Brasileiro. 1965.

TELESCA, Ignácio. *La Provincia del Paraguay, Revolución y Transformación 1680-1780*. Editora El Lector, Asunción-Paraguay, 2010.

TULUX, Bruno Mendes. *O Presídio de Miranda e a Defesa do Império Português na Fronteira Sul da Capitania de Mato Grosso (1797-1822)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados. 2012.

VINUALES, Rodrigo Gutierrez. *Territorio y Frontera en las Misiones de Moxos y Chiquitos (Bolivia)*. In: *Estudios sobre el Territorio Iberoamericano*. Sevilla, Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 1996, pp. 241-255. ISBN: 84-87826-98-9. Acessado em 15 de maio de 2018. <http://www.ugr.es/~rgutierr/PDF1/019.pdf>

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

TRATADOS

TRATADO DE MADRI. Tratado firmado em Madrid, 13 de enero de 1750, para determinar los límites de los estados pertenecientes a las coronas de España y Portugal, en Asia y América. http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tratado-firmado-en-madrid-a-13-de-enero-de-1750-para-determinar-los-limites-de-los-estados-pertenecientes-a-las-coronas-de-espana-y-portugal-en-asia-y-america--0/html/ff8d40ae-82b1-11df-acc7-002185ce6064_2.html#I_3_ Acessado em: 14/05/2018

TRATADO DE SANTO ILDEFONSO. Tratado preliminar sobre los límites de los estados pertenecientes a las Coronas de España y Portugal en la América Meridional; ajustado y concluido en San Lorenzo, a 11 de octubre de 1777. Em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/tratado-preliminar-sobre-los-limites-de-los-estados-pertenecientes-a-las-coronas-de-espana-y-portugal-en-la-america-meridional-ajustado-y-concluido-en-san-lorenzo-a-11-de-octubre-de-1777--0/html/ff8d38fc-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html#I_1_. Acessado em: 14/05

MAPAS

MAPA 1 - CARTA geográfica do rio Guaporé desde a sua origem, até a sua confluencia com o Mamoré: e igualmente dos rios Alegre, Barbados, Capivari, Verde, Paragau, Baures, e Itonamas, que nele desaugoão pela sua margem meridional; assim como dos rios Aguapehi, e Jaurú, com parte do Paraguai, e Cuiabá, com a estrada geral desde esta vila, até Villa Bella e a configuração dos terrenos, serras, arraiaes, e estabelecimentos adjacentes às duas indicadas villas, e de grande parte das provincias hespanholas de. [18--]. 1 mapa ms, desenho a tinta ferrogálica, 66 x 160. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart522388/cart522388.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart522388/cart522388.html>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

MAPA 2 – Definições de limites da capitania de Mato Grosso. In: ARAUJO, Renata Malcher. *A Urbanização de Mato Grosso no Século XVII*. Local: Editora, 2000. p. 197.

MAPA 3- CARTA em q se mostra a corrente dos rios Guaporé e Mamoré a principiar em Va. Bella captal. do Mato Grosso. [1776?]. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim, 262 x 52,5cm em f. 270 x 60,5. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart474046/cart474046.jpg>
. Acesso em: 12 mai. 2018. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart474046/cart474046.html>.
>. Acesso em: 27 de maio de 2018.

MAPA 4 - PLANO do Monte em q[ue] existe o Presídio de Nova Coimbra: fundado em 1775, pelo Exmo Sr. Luiz D'Albuquerque Cap. Gen. da Cap. do Mato Grosso. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 51,4 x 35,6. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart172561.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2018. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart172561.jpg>. Acesso em: 12 mai. 2018.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO -AHU

AHU - 1788. Caixa 26 Documento N° 1537. REFLEXÕES do governador que vai para o Mato Grosso [Joao de Melo Pereira e Cáceres] sobre as Demarcações

AHU – 1790, abril, 23 – Vila Bela. Caixa 27, Documento 1569. OFÍCIO, do [Governador e Capitão General da Capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre sua viagem pelo rio Madeira e Forte Príncipe da Beira até a Capital e a ordem que expediu para desfazer a partida da Expedição de Demarcações.

AHU – 1790, Janeiro, 1 – Vila Bela. Caixa 23, Documento 1560. CARTA do [governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres à rainha [D. Maria] em que informa que tomou posse do governo no dia 20 de novembro de 1789.

AHU – 1790, Julho, 4 – Vila Bela. Caixa 27, Documento 1581. OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro com que envia as cartas do novo comissário espanhol Antônio Alvares de Sotomayor e informa sobre a urgente necessidade de um 1º comissário que substitua o tenente coronel Antônio Felipe da Cunha Ponte, que se acha incapacitado.

AHU - 1790, Maio, 4 – Vila Bela. Caixa 27. Documento 1570. OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a inesperada carta do comissário espanhol Antônio Alvares de Sotomayor, nomeado para as Demarcações.

AHU – 1790, Maio, 8 – Vila Bela. Caixa 27, Documento 1573. OFICIO do [Ex-Governador e Capitão General de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro em que informa que instruiu o seu sucessor nas diferentes partes do Sistema e Plano das Demarcações.

AHU - 1790, Novembro, 1, Vila Bela – Caixa 27. Documento 1595. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro as pretensões espanholas sobre as possessões portuguesas na margem oriental do rio Paraguai desde o Presídio de Coimbra até a boca do Jauru. Informa sobre o estado de guarnição.

AHU – 1790, Outubro, 12 – Vila Bela. Caixa 27. Documento 1590. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre as intenções do comissário espanhol de se aproximar mais da fronteira de Chiquitos. Informa sobre o mapa que se está construindo dos rios Madeira, Guaporé e parte do Paraguai, no qual observa a contradição que tem a linha tirada da boca do Jauru até defronte da foz do rio Sararé no Mamoré.

AHU – 1790, Setembro, 4 – Vila Bela. Caixa 27, Documento 1585. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a notícia de chegada do novo governador da província de Chiquitos, Antônio Carvajal, e acerca da sublevação dos índios da missão espanhola de Santo Ignácio.

AHU - 1791, Agosto, 5, Vila Bela – Caixa 28. Documento 1612. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre os officios do vice-rei de Buenos Aires, Nicolas de Arredondo, e do comissário da 3ª Partida espanhola das Demarcações, Antônio Alvares Sotomaior, a insistirem nas suas pretensões quanto à posse dos presídios de Coimbra e Albuquerque; acusando os portugueses de diversas infrações ao tratado preliminar de limites; esforços do governador para que se mantenha inalteráveis os terrenos e os rios limítrofes daquele governo.

AHU - 1791, Dezembro, 20, Vila Bela – Caixa 29. Documento 1631. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, informando ter recebido a correspondência do vice-rei de Buenos Aires, que alega a desobediência dos artigos 9 e 18 do Tratado Preliminar de Limites.

AHU – 1791, Maio, 6 – Vila Bela. Caixa 28, Documento 1604. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro,

noticiando que o governador da província de Chiquitos, D. Manoel Ignácio de Zudanches, ordenou a saída dos índios que ocupavam a missão Espanhola de São Tiago, e que a mesma passou a ser povoada por famílias espanholas; fuga de escravos para os Domínios e Castela; reedificação do Forte príncipe da Beira e as infrações ao Tratado Preliminar de Limites.

AHU – Caixa 28. Documento 1617. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso], João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro. 1791, Setembro, 9, Vila Bela.

AHU - 1791, Novembro, 26, Vila Bela – Caixa 29. Documento 1628. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre um iminente ataque dos espanhóis à povoação de Albuquerque e ao Presídio de Coimbra.

AHU – 1791, novembro, 27 – Vila Bela. Caixa 29, Documento 1629. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, sobre o trabalho de exploração de fronteiras; os contatos com algumas missões espanholas e a fuga de escravos para os Domínios de Castela.

AHU – 1791, Setembro, 20 – Vila Bela. Caixa 28, Documento 1620. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a insistência espanhola relativamente aos limites fronteiriços; Movimentação da Tropa espanhola nas províncias de Chiquitos e Santa Cruz de la Sierra e as medidas tomadas para defesa da fronteira portuguesa.

AHU – 1791, Setembro, 30 – Vila Bela. Caixa 28, Documento 1622. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro informando que o comissário da 3ª Partida espanhola da 3ª Divisão de Limites, D. Antônio Alvares de Sotomayor, tem apresentado queixas por ainda não ter recebidas as embarcações que o mesmo requereu a esse governo para sua viagem para examinar o rio Guaporé; informando que os governadores das províncias de Chiquitos e Moxos têm apresentado queixas infundamentadas sobre as desordens praticadas por portugueses naquelas povoações; sobre as infrações que vem sendo cometidas pelos castelhanos.

AHU - 1792, Agosto, 26, Vila Bela – Caixa 29. Documento 1649. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro informando da pretensão do primeiro comissário da 3ª Parida Espanhola, D. Antônio Alvares de Sotomayor, de navegar no rio Guaporé em toda sua extensão, e sobre o envolvimento do furriel da

Companhia de Dragões, Francisco Rodrigues do Prado, em contrabandos para os Domínios de Castela.

AHU - 1792, Julho, 1, Vila Bela – Caixa 29. Documento 1642. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, informando que o governador da província do Paraguai, D. Joaquim Alós, intenta edificar uma nova povoação e uma fazenda de gado à esquerda do rio Paraguai; sobre o pedido de reforço de defesa da fronteira.

AHU – 1792, Julho, 2 – Vila Bela. Caixa 29, Documento 1643. OFICIO do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro informando que enviou diligência para conseguir notícias sobre a Partida das Demarcações Espanholas.

AHU – 1792, Junho, 23, Vila Bela. Caixa 29. Documento 1640. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro informando da expedição até os Domínios de Castela, com intuito de observar os estabelecimentos.

AHU - 1792, Outubro, 18, Vila Bela – Caixa 30. Documento 1656. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, informando da proximidade das tropas de Castela, dois dias de viagem do Presídio de Coimbra, e que encaminhou ofícios ao governador da Província de Assunção, D. Joaquim Alós, sobre o desrespeito de fronteira.

AHU - 1793, Setembro, 1, Vila Bela – Caixa 30. Documento 1671. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro informando sobre as minas dos Guarajús que estavam abandonadas; da proposta do governador da Província de Moxos, D. Miguel Zamorra Frevino Nassare Manrique de Lara, para a utilização do rio Guaporé; da dificuldade em conseguir de volta os escravos fugitivos que se encontram nos domínios de Castela; remete cartas recebidas dos governos das províncias de Castela. Esclarecendo que as minas de ouro descobertas em São Simão pertencem aos Domínios de Castela, informando sobre as decisões tomadas pelas Demarcações, estabelecendo os limites dos dois Domínios.

AHU – 1793, Setembro, 1, Vila Bela. Caixa 30. Documento 1672. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro,

informando que o Governador do Paraguay, D. Joaquim Alós, continua a construir estabelecimentos no Rio Paraguay.

AHU – 1795, Julho, 20, Vila Bela. Caixa 31. Documento 1696. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro em que relata a situação da fronteira; o avanço dos castelhanos pela margem direita do rio Paraguai, estabelecendo fazenda de gado; e a vantagem em se comprar aos índios Guaicurus os animais que lá vão roubar.

AHU – 1795, Julho, 28, Vila Bela. Caixa 31. Documento 1699. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de mato Grosso] João de Albuquerque de melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, informando que os três governadores dos domínios de Castela estão empenhados a formarem novos estabelecimentos próximos da fronteira; sobre o não cumprimento do Tratado Preliminar de Limites por parte de Castela; as despesas com a militarização da fronteira e com a Expedição Filosófica; da falta de subsidio do ouro de Goiás e outras dificuldades para administrar a capitania.

AHU – 1796, Fevereiro, 10, Vila Bela. Caixa 31. Documento 1722. OFICIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso], João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Luís Pinto de Sousa Coutinho, informando do sucesso que tem havido após a amizade feita com os índios Guaicuru e carta patente que passou ordenando aos magistrados, oficiais de Justiça e comandantes militares para tratarem os Guaicuru como vassalos; as amizades que têm tido com os Guaná.

ARQUIVO PÚBLICO DE MATO GROSSO - APMT

1790, Dezembro, 08 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Francisco Pereira Melo. **BR MTAPMT.SG.CA 1163 CAIXA N° 025 | Referência Anterior: 56 Fundo: Governadoria Lata:1790**

1790, Outubro, 01 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes Francisco Pedro de Melo. **BR MTAPMT.SG.CA 1152 CAIXA N° 025 | Referência Anterior: 49 Fundo: Governadoria Lata:1790A**

1790, Outubro, 27 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do

Presidio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. **BR MTAPMT.SG.CA 1158 CAIXA N° 025 | Referência Anterior: 51 Fundo: Governadoria Lata:1790**

1790, Outubro, 27 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Comandante do Presidio de Nova Coimbra Antônio José Pinto de Figueiredo. **BR MTAPMT.SG.CA 1158 CAIXA N° 025 | Referência Anterior: 51 Fundo: Governadoria Lata:1790**

1790, Setembro, 04 – Pará. CARTA de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Ricardo Franco de Almeida Serra. **BR MTAPMT.SG.CA 1147 CAIXA N° 025 | Referência Anterior: 21 Fundo: Governadoria Lata:1790A**

1791, Junho, 30 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes Francisco Pedro de Melo. **BR MTAPMT.SG.CA 1199 CAIXA N° 026 | Referência Anterior: 73 Fundo: Governadoria Lata:1791**

1792, Dezembro, 30 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante de Auxiliar Francisco Rodrigues do Prado. **BR MTAPMT.SG.CA 1279 CAIXA N° 027 | Referência Anterior: 63 Fundo: Governadoria Lata:1792A**

1792, Novembro, 17 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante e Auxiliar e Comandante do Presidio de Nova Coimbra Francisco Rodrigues do Prado. **BR MTAPMT.SG.CA 1267 CAIXA N° 027 | Referência Anterior: 09 Fundo: Governadoria Lata:1792**

1792, Novembro, 17 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante de Auxiliar Antônio José Pinto de Figueiredo. **BR MTAPMT.SG.CA 1268 CAIXA N° 027 | Referência Anterior: 35 Fundo: Governadoria Lata:1792A**

1793, Abril, 15 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres Á D. Joaquim [Aloz]. **BR MTAPMT.SG.CA 1300 CAIXA N° 028 | Referência Anterior: 01 Fundo: Defesa Lata:1793B**

1793, Abril, 18 – São Pedro de Moxos. CARTA (cópia) do [Governador da Província de Moxos] Miguel Frevino Nassare Manrique de Lara ao [Governador Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. **BR MTAPMT.SG.CA 1301 CAIXA N° 028 | Referência Anterior: 02 Fundo: Governadoria Lata:1793**

1793, Novembro, 13 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao ajudante Francisco Rodrigues do Prado. **BR MTAPMT.SG.CA 1319 CAIXA N° 028 | Referência Anterior: 08 Fundo: Defesa Lata:1793**

1793, Novembro, 21 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo Pereira. **BR MTAPMT.SG.CA 1320 CAIXA N° 028 | Referência Anterior: 91 Fundo: Governadoria Lata:1793**

1793, Novembro, 25 – Vila do Cuiabá. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Martinho de Melo Pereira. **BR MTAPMT.SG.CA 1321 CAIXA N° 028 | Referência Anterior: 92 Fundo: Governadoria Lata:1793**

1793, Setembro, 01 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Francisco de Souza Coutinho. **BR MTAPMT.SG.CA 1313 CAIXA N° 028 | Referência Anterior: 72 e 82 Fundo: Defesa Lata:1793**

1793, Setembro, 19 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretario de estados dos negócios de marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. **BR MTAPMT.SG.CA 1316 CAIXA N° 028 | Referência Anterior: 84 Fundo: Governadoria Lata:1793**

1794, Agosto, 20 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Francisco de Sousa Coutinho. **BR MTAPMT.SG.CA 1395 CAIXA N° 029 | Referência Anterior: 66 Fundo: Governadoria Lata:1794**

1794, Julho, 16 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao ajudante de Engenheiro José Pinheiro de Lacerda. **BR MTAPMT.SG.CA 1392 CAIXA N° 029 | Referência Anterior: 58 Fundo: Governadoria Lata:1794**

1794, Maio, 08 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Mestre de Campo Antônio José Pinto de Figueiredo. **BR MTAPMT.SG.CA 1385 CAIXA N° 029 | Referência Anterior: 55 Fundo: Governadoria Lata:1794**

1794, setembro, 20 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Miguel Zamora Frevino Navarre Manrique de Lara. **BR MTAPMT.SG.CA 1398 CAIXA N° 029 | Referência Anterior: 69 Fundo: Governadoria Lata:1794**

1795, Agosto, 02 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes de dragões Francisco Pedro de Melo. **BR MTAPMT.SG.CA 1465 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 20 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Dezembro, 09 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda. **BR MTAPMT.SG.CA 1484 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 32 Fundo: Governadoria Lata:1795**

1795, Dezembro, 22 – Vila Bela. PARCERER do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para a [Rainha]. **BR MTAPMT.SG.CA 1500 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 34 Fundo: Governadoria Lata:1795**

1795, Janeiro, 28 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás] Tristão da Cunha Mendonça. **BR MTAPMT.SG.CA 1445 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 02 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Janeiro, 30 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás] Tristão da Cunha Mendonça. **BR MTAPMT.SG.CA 1446 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 01 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Julho, 07 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Governador e Capitão-General da Capitania de Goiás] Tristão da Cunha Menezes. **BR MTAPMT.SG.CA 1461 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 16 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Julho, 20 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro. **BR MTAPMT.SG.CA 1462 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 18 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Julho, 28 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Secretario do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro. **BR MTAPMT.SG.CA 1464 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 70/17 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Maio, 05 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para o Alferes de dragões Francisco Pedro de melo em que lhe encarrega o comando da Bandeira com que foi expedido

destas vilas, com a mais que na mesma se contem. **BR MTAPMT.SG.CA 1450 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 09 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Novembro, 02 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Miguel Zamorra Frevino Nassare Manrique de Lara. **BR MTAPMT.SG.CA 1480 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 28 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Novembro, 28 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres Martinho de Melo e Castro. **BR MTAPMT.SG.CA 1483 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 31 Fundo: Governadoria Lata:1795**

1795, Setembro, 16 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Ajudante de Infantaria auxiliar de nova Coimbra Francisco Rodrigues do Prado. **BR MTAPMT.SG.CA 1470 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 40 Fundo: Governadoria Lata:1795**

1795, setembro, 18 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Francisco de Souza Coutinho. **BR MTAPMT.SG.CA 1471 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: S/N e 23 Fundo: Governadoria Lata:1795A**

1795, Setembro, 20 – Vila Bela. CARTA do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Alferes de dragões Francisco Pedro de Melo. **BR MTAPMT.SG.CA 1472 CAIXA N° 030 | Referência Anterior: 24 Fundo: Governadoria Lata:1795**

1796, Janeiro, 19 – Vila Bela. CARTA (Cópia) do [Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso] João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [Governador e Capitão-General da Capitania do Pará] Francisco de Souza Coutinho. **BR MTAPMT.SG.CA 1515 CAIXA N° 031 | Referência Anterior: 95 Fundo: Governadoria Lata:1796A**

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - ANTT

ANTT. Chancelaria Régia D. Maria I, Livro 34 p. 52

ANTT. Chancelaria Régia D. Maria I, Livro 45 p.48

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 27 de agosto de 2019.

Thaís Cardoso das Neves